

DOSSIÊ

COMO ESTUDAR A INTOLERÂNCIA? CONTRIBUTOS DA ANTROPOLOGIA E DA HISTÓRIA (CONTEXTO PORTUGUÊS E BRASILEIRO)

COORDENAÇÃO

PATRÍCIA FERRAZ DE MATOS

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

DANIEL FLORENCE GIESBRECHT

CEIS20 e Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra

AUTONOMIA OU COMPLEMENTARIDADE? METODOLOGIAS DA ANTROPOLOGIA E DA HISTÓRIA PARA O ESTUDO DA INTOLERÂNCIA

por

Patrícia Ferraz de Matos¹
Daniel Florence Giesbrecht²

Resumo: Este artigo tem como objetivo apresentar o dossiê “Como Estudar a Intolerância? Contributos da Antropologia e da História (Contexto Português e Brasileiro)”. Evidencia-se a importância da utilização de metodologias científicas, distintas e complementares, principalmente ligadas às áreas da antropologia e da história. Os contextos de análise são Portugal e o Brasil, aprofundando-se sobretudo o período entre o século XIX e a atualidade. Num segundo momento, são apresentados os artigos que compõem o dossiê, resultantes de várias pesquisas da autoria de onze autores/as com afiliações a distintas instituições científicas, em Portugal e no Brasil. No final, conclui-se sobre a importância de promover análises complementares, interdisciplinares e interseccionais no que respeita ao estudo da intolerância.

Palavras-chave: Intolerância; Metodologias científicas; Antropologia e História.

Abstract: This article aims to present the special issue “How to Study Intolerance? Contributions from Anthropology and History (Portuguese and Brazilian Context)”. The importance of using distinct and complementary scientific methodologies (mostly those linked to the areas of anthropology and history) is evidenced. The contexts of analysis are Portugal and Brazil, delving deeper especially the period between the nineteenth century and the present. In a second moment, the articles that integrate the special issue are presented. They are the result of various kinds of research by eleven authors with affiliations to different scientific institutions, in Portugal and Brazil. In the end, the article concludes on the importance of promoting complementary, interdisciplinary and intersectional analyses with regard to the study of intolerance.

Keywords: Intolerance; Scientific methodologies; Anthropology and History.

¹ Investigadora Auxiliar (Contrato Norma Transitória, DL57/2016/CP1441/CT0001), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. E-mail: patricia_matos@ics.ulisboa.pt. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-7322-3756>.

² Doutorando em História Contemporânea pela Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) na mesma universidade. Este trabalho é financiado por fundos nacionais e comunitários através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia pela bolsa de doutoramento – 2021.04805. BD. E-mail: profdanielflorence@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4142-6860>.

O PROBLEMA: EXEMPLOS DE INTOLERÂNCIA NO CONTEXTO PORTUGUÊS E BRASILEIRO

Pelo mundo inteiro, e Portugal não é exceção, a intolerância contra alguns grupos humanos ecoa preconceitos, parte deles vindos diretamente do passado. Ao efetuar uma simples pesquisa na Internet com as expressões “Portugal”, “anti-ciganos” e “ciganofobia”, encontra-se uma extensa lista de páginas que incluem vários casos de discriminação racial. Segundo o antropólogo português José Gabriel Pereira Bastos (1943-2021), o preconceito relativamente às pessoas de etnia cigana em Portugal pode ser compreendido como a forma predominante de racismo e de xenofobia na sociedade lusitana (Bastos et al, 2012). As discriminações, que resultam algumas vezes em segregação, têm permitido manter desigualdades sociais e perpetuar o *status quo* em nações onde convivem diferentes grupos e principalmente em locais mais expostos aos deslocamentos populacionais (Goldberg, 2009). Pereira Bastos sustenta que, similarmente, a associação das populações de etnia cigana à delinquência e ao crime impede a análise histórica e despoleta o fenómeno da intolerância, o que acaba por ocultar processos históricos de violência e de perseguição contra essas pessoas.

Nos últimos anos, além das fissuras sociais provocadas pela “ciganofobia”, esta vem sendo também integrada no discurso estratégico de pessoas que se identificam com o quadrante político da extrema-direita. Desde a revolução democrática trazida pelo 25 de abril de 1974 até 2018, a direita antissistema portuguesa não tinha ainda ocupado um espaço na Assembleia da República. Até essa data, a sua esfera de influência foi estando restrita ao combate cultural por meio de revistas, ou mediante manifestações ténues de militância nacionalista, como, por exemplo, o Movimento Força Nacional Nova Monarquia (FNNM) ou o Movimento de Ação Nacional (MAN) ligado a grupos de *skinheads* (Zúquete, 2007; Almeida, 2014). Contudo, as luzes de advertência se acenderam após o pleito de outubro de 2019, quando o recém-criado (2018) partido nacionalista de extrema-direita (designado por Chega) conquistou a primeira cadeira no hemiciclo português, com a eleição do fundador do partido André Ventura. Apesar de ter sido o único deputado eleito pelo partido, veio a conquistar visibilidade nacional e várias oportunidades para propagar declarações de teor xenófobo, racista e homofóbico. Em janeiro de 2021, candidatou-se à Presidência da República, tendo obtido 11,9% dos votos validados (496.773), um número expressivo se considerarmos o pouco tempo desde o assento no Parlamento conseguido em 2019, que lhe valeu a posição de terceiro colocado entre os vários candidatos, demonstrando um avanço do populismo no campo político do país³.

³ PORTUGAL, MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (2021), Eleições Presidenciais de 2021. Disponível em: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/presidenciais2021/resultados/globais>, acesso em maio de 2023.

O discurso efusivo de André Ventura foi amplificado através dos meios de comunicação alternativos (como o *WhatsApp*, o *Instagram* e o *Facebook*), que lhe permitiram exaltar a “ciganofobia”, o que, para o historiador italiano radicado em Portugal, Riccardo Marchi, se mostrou uma estratégia bem-sucedida por conseguir direcionar “a sua campanha na denúncia da comunidade cigana local, devido à alta taxa de subsidioidependência e às alegadas ilegalidades cometidas (ocupação abusiva de casas camarárias ou utilização de transportes públicos sem pagar)” (Marchi, 2020: 207).

Em suas análises sobre o crescimento dos partidos extremistas nos últimos anos, o historiador argentino Federico Finchelstein refere que vivemos numa espécie de “era da intolerância”, devido ao processo de renovação técnica da “nova” direita radicalizada e populista, que soube se apropriar da revolução tecnológica experimentada pelos meios de comunicação. Ainda de acordo com Finchelstein, a globalização e seus efeitos sobre as diversas culturas nacionais, teria provocado o recrudescimento das identidades de grupos e dos nacionalismos, o que resultou na criação de uma “nova” ontologia, agora baseada em recursos imagéticos com o claro objetivo de instrumentalização de ascensão política pelos líderes populistas (Finchelstein, 2020).

No contexto brasileiro, a tragédia humanitária enfrentada pelos Yanomami, amplamente divulgada pelos Media, causou consternação mundial. Imagens com crianças, adultos e idosos sofrendo de desnutrição grave, assim como a denúncia de mais de 540 mortes nos últimos quatro anos, coincidentes com o governo do ex-Presidente Jair Bolsonaro (2019–2022), revelam uma realidade que resgata um cenário sombrio num país que parece insistir em negligenciar sua diversidade étnica e cultural⁴. Tais episódios constituem como que a ameaça de um passado que se pode repetir. Como bem apontou a antropóloga e professora emérita da Universidade de Chicago, Manuela Carneiro da Cunha, mesmo tendo em conta os progressos alcançados com a promulgação da Constituição de 1988, no que diz respeito aos direitos dos povos indígenas, o Brasil ainda não conseguiu superar a cristalização de uma estrutura mental de longa duração positivista, que atribui aos povos indígenas a posição mais insignificante na escala evolutiva, “condenando-os ao primitivismo e a uma eterna infância” (Cunha, 2012: 11)⁵.

⁴ Universidade de Brasília (2021), Garimpo ilegal, destruição da natureza e violência: o inferno novamente infligido ao povo Yanomami. Notícias UnB. <https://noticias.unb.br/112-extensao-e-comunidade/6305-garimpo-ilegal-destruicao-da-natureza-e-violencia-o-inferno-novamente-infligido-ao-povo-yanomami>, acesso em maio de 2023.

⁵ A Constituição de 1988 foi um marco para os povos indígenas brasileiros, uma vez que reconheceu seus direitos territoriais e culturais. O texto constitucional reconhece a existência prévia dos povos indígenas e estabelece que as terras tradicionais ocupadas por eles são de sua propriedade. A Constituição, além disso, reconhece e protege a diversidade cultural desses povos, assegurando o seu direito de manter suas tradições, línguas e crenças. A Carta Magna também estabelece que o Estado deve proteger e assegurar os direitos dos povos indígenas, inclusive no que tange à sua saúde, educação e outras necessidades. Contudo, apesar dos progressos trazidos

Mas esse exemplo de interpretação etnocêntrica, que já havia embasado a política indigenista durante o período da ditadura militar (1964–1985), foi reeditado *ad litteram* pelo último governo brasileiro. No primeiro dia do seu mandato, Jair Bolsonaro mandou publicar a Medida Provisória n.º 870/2019, que, dentre outras ações, transferiu as competências relativas às demarcações de terras indígenas, bem como o licenciamento de obras que afetem essas terras, para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Ademais, o novo mandatário do poder executivo nomeou para ministra uma pessoa que não era favorável aos direitos indígenas e defendia o agronegócio nacional, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, então deputada federal pelo partido Democratas do Mato Grosso do Sul (DEM-MS). Tais iniciativas seriam um prenúncio para a forma como vieram a ser tratados os direitos dos povos indígenas, e de outros grupos sociais, o que constituiu um estímulo para a intensificação da violência simbólica (e real) contra as minorias, que passou a estar como que legitimada.

Em seu livro *As Consequências da Modernidade*, o sociólogo britânico Anthony Giddens sustenta que a modernidade é caracterizada pelo aumento da incerteza e da complexidade, o que pode levar a uma sensação de desorientação e insegurança, tornando-se um dos fatores que favorece o surgimento de atitudes intolerantes. De acordo com Giddens, o paradigma moderno é sustentado pela dissociação entre tempo e espaço e pela crescente fragmentação das experiências sociais. As pessoas têm acesso a uma grande variedade de dados e opções de escolha, o que pode gerar, para além da ansiedade e frustração, o desejo de explicações simplistas para a complexidade do mundo em que vivem. Como consequência, aumenta-se a probabilidade de responsabilizar grupos minoritários, ou diferentes, por problemas sociais e econômicos. A intolerância, portanto, seria uma forma de tentar restaurar um senso de controle e segurança, através da exclusão ou discriminação desses grupos (Giddens, 1991).

Existe uma plêiade de preconceitos (de classe, de crença, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de etnia, de cultura, entre outros) que foi servindo, ao longo do tempo, de sustentação para formas de discriminação e segregação, e acabou por expor, de acordo com a perspectiva de *habitus* bourdieusiana, um conjunto de pensamentos e atitudes simbolicamente ligados à intolerância, compartilhados pelos que institucionalizam, organizam e difundem construções discursivas oficiais (Bourdieu, 2000, 2008). Essas práticas, que expressam estruturas hierárquicas socialmente construídas, valorizam alguns grupos sociais em detrimento de outros. Assim, os métodos de discriminação e de segregação acabam por materializar processos ideológicos fundamentados em

pela Constituição de 1988, os povos indígenas ainda enfrentam muitos desafios e violações de seus direitos. Para saber mais, veja-se BRASIL (1988), *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988>, acesso em maio de 2023.

preconceitos que refletem a hegemonia de um grupo social e a consequente subordinação dos demais (Giesbrecht, 2022a; Matos e Mwewa, 2022).

Tanto o contexto português como o contexto brasileiro apresentados, retratam a normalização e a disseminação da intolerância através de vários meios. Denominadas por Jürgen Habermas como patologias do mundo da vida, a proliferação das mensagens de ódio, através das novas tecnologias de informação e comunicação, tende a interferir na reprodução simbólica da realidade através do uso performativo da linguagem. Por conseguinte, há uma alteração da lógica dos territórios de expressão verbal, que antes se concentrava na comunicação *vis-à-vis*, e agora é substituída pela das redes sociais, resultando na polarização, em detrimento de um debate aberto e pluralista (Habermas, 2016a; 2016b).

CONTRIBUTOS DA ANTROPOLOGIA E DA HISTÓRIA PARA O ESTUDO DA INTOLERÂNCIA

Em resultado dos cenários anteriormente apresentados, os organizadores deste dossiê promoveram uma reflexão sobre o tema da intolerância a partir de pesquisas que têm sido realizadas por vários/as autores/as em Portugal e no Brasil. O objetivo era procurar identificar contextos históricos e atuais que levaram à disseminação desse fenômeno, registrando origens, motivos e consequentes implicações políticas, sociais e culturais. O primeiro passo nesse sentido foi a organização, por parte dos coordenadores deste dossiê, do painel “Autonomia ou complementaridade? Metodologias (da antropologia e da história) para o estudo da intolerância (racial, social, política e religiosa)”, no âmbito do VIII Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia (APA), decorrido na Universidade de Évora em setembro de 2022. Tendo como ponto de partida o desafio de estudar a intolerância, nas suas diferentes formas de manifestação, e as instigações inerentes que um tema tão complexo pode trazer, lançámos o repto a autores/as ligados/as às disciplinas da antropologia e da história, por considerarmos que, no conjunto das ciências sociais e humanas, ambas estas disciplinas podem contribuir, de modo dialogante e complementar, para um melhor conhecimento dos contextos em que ocorre a intolerância, mas também para a sua análise em distintos tempos e espaços (Schwarcz, 2005).

Logo na altura, tivemos consciência que o desafio não seria apenas disciplinar, ou seja, no que respeitava ao estabelecimento de diálogos produtivos entre pessoas de distintas áreas científicas. A esse desafio teria de ser somado, por um lado, a promoção de uma discussão viva e fértil de estudos que tomam em conta períodos históricos e/ou contemporâneos e, por outro lado, a constatação de que, embora esses estudos contemplem temas similares ou comparáveis, os mesmos são emergentes de geografias distantes,

umas das outras, e podem ser influenciados pelas próprias dinâmicas dessas geografias, neste caso de Portugal e do Brasil. Adicionalmente, tínhamos presente que dentro dessas disciplinas — antropologia e história — podia ainda haver lugar para as subdisciplinas que ambas podem reunir, como é o caso da antropologia histórica e das etno-histórias. É largamente sabido e reconhecido que tanto os praticantes da antropologia social e cultural podem incorporar fontes de arquivo, como os historiadores podem recorrer à história oral ou a memórias.

Apesar das suas perspectivas teóricas e metodológicas distintas, a antropologia e a história podem possuir objetivos em comum: compreender o significado de práticas culturais, analisar relações de poder, tensões sociais e transformações históricas que ocorrem em uma determinada sociedade, sob uma perspectiva diacrônica, ou seja, ambas as disciplinas se podem dedicar, por exemplo, à análise das mudanças e continuidades ao longo do tempo. Compartilhando o compromisso mútuo de produzir conhecimento crítico, que possa contribuir para a compreensão e transformação da realidade social, tanto a antropologia, como a história podem desenvolver, em conjunto, pesquisas que contribuam para desnaturalização de preconceitos e para a desconstrução de estereótipos.

Tal como é enfatizado em alguns estudos do antropólogo Marshall Sahlins (1930-2021), é relevante estabelecer uma conexão entre as dimensões da antropologia e da história. Por outras palavras, é pertinente reconhecer que toda a alteração na prática implica uma reprodução cultural e, por sua vez, toda a reprodução cultural implica uma forma de transformação estrutural. Essa dinâmica se dá através da ação e toda a ação é simbólica, sendo a *práxis* e o *signo* elementos inseparáveis de qualquer realidade empírica. Ao contrário de dicotomizar a estrutura e o evento, a ligação entre conceitos culturais (estrutura) e a experiência humana (evento) é intrínseca. Sendo assim, a cultura se realiza na ação e só tem sentido porque está repleta de significados (Sahlins, 2013).

Assim, apesar de historicamente a utilização de determinadas metodologias de investigação terem estado mais associadas a uma disciplina do que a outra, constatamos que o recurso a distintas metodologias, vistas como complementares, pode ser útil para a realização de estudos sobre fenómenos que têm muitas vezes raízes no passado, mas que continuam a perdurar nas sociedades atuais, embora por vezes de formas distintas de outrora. Estamos a referir-nos, por exemplo, a fenómenos como o racismo, a xenofobia, o nacionalismo, o totalitarismo e outras formas de autoritarismo, e a várias manifestações de intolerância social e/ou religiosa (Giesbrecht, 2022b). Quando nos referimos à intolerância, estamos a contemplar adicionalmente a intransigência ou a falta deliberada de compreensão das diferenças, pois entendemos que há diferenças que não são tão díspares assim, como é argumentado na majestosa carta de John Locke escrita em 1689 sobre algumas dissemelhanças no campo religioso evidenciadas, por exemplo,

entre cristãos (Locke, 1689), e, ainda que a distinção se imponha, podem sempre (ou quase) existir esforços de compreensão mútua.

É assim, com os olhos do presente, que procurámos analisar o contexto contemporâneo, mas também o passado, e com a consciência de que vários fenómenos beneficiam de um estudo segundo uma perspectiva longitudinal. Num mundo cada vez mais global, tecnológico (Matos, 2017a) e em rede (Matos, 2017b), em que a cada dia se ouve crescentemente falar sobre as inúmeras possibilidades de plataformas como o ChatGPT (a que os autores deste artigo ainda não recorreram e, por isso, não tiveram a oportunidade de desfrutar desse mundo prometedor), somos confrontados com os problemas das sucessivas crises que assolam o mundo (a nível político, económico e social), com as migrações e as buscas por uma vida melhor, e as tentativas de promover mais sustentabilidade num planeta, cuja natureza é cada vez mais ameaçada. Por outras palavras, é num contexto em que a inteligência artificial toma conta, cada vez mais, dos nossos espaços de interação e das nossas vidas, que somos, paradoxalmente, surpreendidos com o facto de continuarmos a ser humanos (e das limitações próprias dessa condição) e com a dificuldade de lidar com diversos problemas, desafiantes pela sua elevada ocorrência e também pela sua gravidade.

Foi com base nos pressupostos apresentados anteriormente que elaborámos este dossiê. Os artigos reúnem reflexões críticas sobre a utilização de metodologias, da antropologia e da história, para o estudo de diferentes formas de intolerância, combinando, por vezes, o método etnográfico e a pesquisa de arquivo ou a história oral e/ou a utilização de fontes visuais, como as fotografias e os vídeos. É importante ressaltar ainda que o dossiê agora apresentado não se trata de uma publicação de atas de congresso. Após o término do evento, todos os trabalhos apresentados foram transformados em artigos e posteriormente avaliados e revistos por pares.

Partindo de um exemplo de intolerância de longa duração, o artigo de João Paulo Avelãs Nunes, intitulado “Modalidades de Intolerância no Passado e no Presente: O Exemplo do Anti-Semitismo”, traz-nos uma reflexão, a partir da historiografia, de outras ciências sociais e de tecnologias, sobre o anti-judaísmo e o anti-semitismo, suscitadores de processos de discriminação, violência de massas e genocídio já na chamada época contemporânea. Neste artigo, sobretudo dedicado ao contexto europeu, o autor analisa as condições de possibilidade de colaboração entre diferentes áreas disciplinares e problematiza as implicações desse esforço em distintos pressupostos (epistemológicos, teórico-metodológicos e deontológicos) e paradigmas (Paradigma Moderno, Paradigma Neo-Moderno e Paradigma Pós-Moderno).

O artigo “Fontes Primárias para a Compreensão do Racismo e do Antirracismo Brasileiro: Por Dentro do Arquivo Arthur Ramos”, de Daniel Florence Giesbrecht, revela-nos a importância de mergulhar em fontes históricas e documentais para a compreensão do

fenômeno do racismo e do antirracismo, tendo como ponto de partida a obra pioneira, na década de 30 do século XX, de Arthur Ramos, um intelectual antirracista brasileiro prematuramente falecido. Também no artigo seguinte se constata como ao longo do tempo, o papel dos intelectuais foi fundamental para a formulação de interpretações sociais, nesse caso sobre a identidade nacional. Foi o que aconteceu no caso de várias reflexões sobre a eugenia, em Portugal e no Brasil, que permitem analisar como diversas apreciações estavam muitas vezes relacionadas com manifestações racialistas e racistas, como nos demonstra o artigo “Eugenia Latina em Portugal e no Brasil (Primeira Metade do Século XX)” de Maria Julieta Weber.

Ao contrário do que acontecia no passado, registam-se hoje formas mais engajadas de organização e de luta contra a discriminação social, tanto por parte das pessoas, individualmente, como das comunidades, a um nível mais coletivo e desfrutando de mais apoios. É o que podemos constatar no artigo “Reckoning with Race and Social Inequalities Through the Migrant Communities Project: A Citizen Scientist/ Community Scholar and Service-Learning Methodological Model”, de Miguel Moniz. Baseado em trabalho de campo prolongado em Nova Inglaterra (no estado de Massachusetts, Estados Unidos da América), o autor examina o Migrant Communities Project (MCP) Cape Cod History Initiative, um projecto de ciência cidadã que recorre a metodologias de colaboração entre comunidades imigrantes racializadas (com pessoas provenientes dos Açores, Cabo Verde, Portugal e Brasil). O MCP inclui pesquisas históricas, coleção de artefatos e recolha de histórias orais. O artigo demonstra como uma ciência engajada pode levantar questões históricas críticas e ao mesmo tempo identificar temas-chave, que podem aumentar o acesso à justiça social; alguns dos seus principais resultados foram a criação de um museu cabo-verdiano e a realização de exposições etnográficas, evidenciando-se assim o benefício das metodologias colaborativas, entre a antropologia e a história, para a promoção da inclusão social.

Ter uma posição engajada ou um espaço de atuação são aspectos que podem ser, contudo, antecidos por uma tomada de consciência do lugar de fala, por um lado, e de uma oportunidade para ter voz, por outro. Um exemplo disso vem explicitado no artigo “Lembranças de Escola: Alguns Registros dos Saberes Indígenas”, de Geovana Tabachi Silva. A partir da sua experiência como docente no curso de Licenciatura Intercultural Indígena Tupinikim e Guarani (na Universidade Federal do Espírito Santo, no Estado do Espírito Santo, Brasil), a autora reflete sobre as memórias de escola de professores indígenas, que foram discentes do referido curso. A partir da recolha de memórias e da realização de entrevistas, a análise permitiu concluir que a condição de ser indígena na escola se traduzia muitas vezes em subalternidade e que a educação escolar é importante para o reforço do sentimento de pertença e da luta por direitos e interesses comuns.

A pertinência da utilização de distintas metodologias (observação participante, histórias orais, documentos escritos e audiovisuais e pesquisas bibliográficas) é reafirmada no artigo “Integrando Metodologias de Pesquisa em Antropologia e História: Analisando o Caso Xukuru do Ororubá X Estado Brasileiro na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)”, de Kelly Emanuely de Oliveira, Rita de Cássia Neves e Vânia Fialho, que nos trazem um caso de violação dos direitos humanos e a forma como nem sempre o Estado defende os cidadãos. Nesse trabalho, as autoras analisam a metodologia utilizada na elaboração de um dossiê antropológico apresentado no caso jurídico do Povo Indígena Xukuru, contra o Estado brasileiro, à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). O referido dossiê permitiu comprovar que a utilização de metodologias da antropologia e da história permite uma maior coleta de dados e uma análise mais profunda e longitudinal.

É também do Brasil que nos chega outro retrato de intolerância, desta vez ligada à religião, e especificamente ao candomblé e à umbanda, através do artigo “Austeridade Religiosa Contra Cultos de Matriz Africana no Brasil Contemporâneo”, de Maria S. Ramalho Braga. Segundo a autora, existem fatores históricos, nomeadamente os relacionados com o colonialismo e a subjugação de culturas, que estão na raiz dessa intolerância. O artigo revela alguns dados recentes sobre denúncia de violência racial e religiosa, no contexto brasileiro, e a forma como o Estado tem processado as acusações.

De facto, dos tempos do colonialismo chegam-nos vários relatos de violência extrema, como a ocorrida durante a escravatura no Brasil, assim como a resistência à mesma. Na contemporaneidade, é possível estudar algumas das consequências de certas apropriações do passado pelos agentes turísticos, como observamos no artigo “Lugares de Memória e Violência: Os Conceitos *Dark* Como Possibilidade de Compreensão da Fascinação Pelo Mórbido”, de Karen Cristina Galletto. A partir dos conceitos *dark heritage* e *dark tourism*, a autora enfatiza a importância da história oral para o estudo do racismo e do património imaterial no Brasil. O estudo centra-se na cidade de Campinas, entre os séculos XIX e XX. Para abordar a problemática da violência racial na cidade da época, a autora empreende uma análise, tomando como ponto de partida o estudo de caso centrado em Elesbão, um escravo que, em meados do século XIX, empreendeu a fuga de uma propriedade rural e enfrentou o trágico destino de ser enforcado, sob a acusação de ter cometido o homicídio do seu senhor. O episódio que ocorreu no posteriormente chamado “Largo da Forca” permanece ainda hoje na memória de algumas pessoas, embora o espaço tenha sido descaracterizado a pedido de vários moradores.

Outro tema obscuro que teima em ressurgir, mesmo que não seja convidado, é o da violência conjugal, tratado no artigo “A Análise Histórica da Violência Conjugal: Relevância, Aproximações e Fontes”, de Rita Paiva Costa, onde foi analisado o período entre a segunda metade do século XIX e o final da Primeira República (1926) em Portugal.

A partir da análise de fontes, como os processos judiciais do Círculo Judicial de Coimbra e os processos policiais e processos de medicina-legal, é possível perceber as raízes históricas deste tipo de violência. Segundo a autora, o contexto do século XIX contribuiu para o incremento da violência, em geral, e, de forma mais específica, para o aumento da violência conjugal e da violência doméstica, estando as mulheres entre as principais vítimas. Como refere o artigo, a definição de violência conjugal é recente, mas não a sua realidade.

Este último artigo podia ter sido o escolhido para o início do dossiê, por ser uma das manifestações mais antigas de intolerância e de discriminação. Mas foi aquele com que decidimos fechar. E por uma razão simples: é porque apesar da violência conjugal ser uma das manifestações mais antigas e de ser considerada um crime público, continua a ocorrer amiúde portas adentro, com a conivência de outros/as e merecerá por isso uma reflexão mais profunda e continuada. Esperamos assim que o caminho trilhado até ao final deste dossiê possa ser um ponto de partida e não de chegada, suscitando novas e estimulantes reflexões.

Quando finalizámos a organização deste empreendimento pudemos concluir que o estudo dos vários fenómenos aqui analisados beneficia sobejamente de uma abordagem complementar, interdisciplinar e também interseccional (Crenshaw, 1991), sobretudo quando queremos compreender simultaneamente fenómenos como raça, idade, género, orientação sexual e violência doméstica. Com as reflexões aqui apresentadas, esperamos poder contribuir para movimentar as estruturas que sustentam a(s) intolerância(s) e suscitar a necessidade de novas ações (*práxis*), que possam fornecer subsídios para futuras políticas públicas e atitudes que visem a promoção da tolerância e da equidade, por um lado, e da crítica à propagação de discursos de ódio que ameaçam a convivência pacífica e democrática em sociedades plurais, por outro. Desafiamos agora os/as leitores/as a tirar as suas próprias conclusões.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fábio Chang de (2014), *A Direita Radical no Portugal Democrático: Os Rumos Após a Revolução dos Cravos (1974 - 2012)* (Tese de doutorado em História). Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- BOURDIEU, Pierre (2000), *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel.
- BOURDIEU, Pierre (2008), *A Produção da Crença: Contribuição Para uma Economia dos Bens Simbólicos*. São Paulo: Zouk.

- BASTOS, José Gabriel Pereira; MENDES, Manuela; RODRIGUES, Elsa (orgs) (2012), *Portugueses Ciganos e Ciganofobia em Portugal*. Lisboa: Edições Colibri.
- BRASIL (1988), *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao/constituicao1988>, acesso em maio de 2023.
- BRASIL: PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (2019), *Medida Provisória nº 870*. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/135064>, acesso em maio de 2023.
- CUNHA, Manuela Carneiro da (2012), *Índios no Brasil: História, Direitos e Cidadania*. São Paulo: Claro Enigma.
- CRENSHAW, Kimberlé Williams (1991), “Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color”, *Stanford Law Review* 43 (6): 1241-1299.
- FINCHELSTEIN, Federico (2020), “Para una Historia Global del Populismo: Rupturas y Continuidades”. In: PINTO, António Costa; GENTILE, Fábio (eds), *Populismo – Teorias e Casos*. Fortaleza: Edmeta.
- GIESBRECHT, Daniel Florence (2022a), “Arthur Ramos: Pioneirismo e Militância Antirracismo no Brasil (1926-1949)”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 62: 139-153.
- GIESBRECHT, Daniel Florence (2022b), “Degenerados e Indesejáveis: Racismo, Xenofobia e Eugenia na 37.ª Legislatura Brasileira”. In: KARPOWICZ, Débora Soares; DA SILVA, Emerson Felipe; SIMÃO, Maria Verônica; GOMES, Tânia do Amaral (eds), *Reflexões, Educação e Sociedade*. Deerfield Beach: Pembroke Collins.
- GIDDENS, Anthony (1991), *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp.
- GOLDBERG, David Theo (2002), *The Racial State*. Malden Mass: Blackwell Publishers.
- GOMES, Raio (2023), *Garimpo Ilegal, Destruição da Natureza e Violência: O Inferno Novamente Infligido ao Povo Yanomami*. UnB Notícias, 23 fev. Disponível em: <https://noticias.unb.br/112-ex-tensao-e-comunidade/6305-garimpo-ilegal-destruicao-da-natureza-e-violencia-o-inferno-novamente-infligido-ao-povo-yanomami>, acesso em maio de 2023.
- HABERMAS, Jürgen (2016a), *Teoria do Agir Comunicativo. 1: Racionalidade da Ação e Racionalização Social*. São Paulo: Martins Fontes.
- HABERMAS, Jürgen (2016b), *Teoria do Agir Comunicativo. 2: Sobre a Crítica da Razão Funcionalista*. São Paulo: Martins Fontes.
- LOCKE, John (2016 [1689]), *A Letter Concerning Toleration*, translated by William Popple. Carolina do Sul: CreateSpace Independent Publishing Platform.
- MARCHI, Riccardo (2020), “O Novo Partido Chega no Âmbito da Direita Portuguesa”. In: PINTO, António Costa; GENTILE, Fábio (eds), *Populismo: Teorias e Casos*. Fortaleza: Edmeta.

MATOS, Patrícia Ferraz de (2017a), “*Homo technologicus?* Desafios Trazidos pela Tecnologia no Passado e no Presente”. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 57: 13-28.

MATOS, Patrícia Ferraz de (2017b), “Redes Emaranhadas no Ciberespaço: Indivíduos, Objectos Virtuais e Ideias em Circulação”. In: PIRES, Helena; CURADO, Manuel; RIBEIRO, Fábio; ANDRADE, Pedro de (eds), *Cibercultura: Circum-navegações em Redes Transculturais de Conhecimento, Arquivos e Pensamento*. Coleção Comunicação e Sociedade. Braga e Vila Nova de Famalicão: Centro de Estudos Comunicação e Sociedade e Edições Húmus: 167-182.

MATOS, Patrícia Ferraz de; MWEWA, Christian Muleka (2022), “O Racismo Importa: Contributos dos Campos da Educação, da Formação e das Ciências Sociais”, *Poiésis* 16 (29): 1-13.

PORTUGAL, MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA (2021). Eleições Presidenciais. Disponível em: <https://www.eleicoes.mai.gov.pt/presidenciais2021/resultados/globais>, acesso em maio de 2023.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz (2005), “Questões de Fronteira: Sobre uma Antropologia da História”, *Novos estudos CEBRAP* 72: 119-135.

ZÚQUETE, José Pedro (2007), “Portugal: a New Look at the Extreme Right”, *Representation* 43 (3): 179-198.

MODALIDADES DE INTOLERÂNCIA NO PASSADO E NO PRESENTE: O EXEMPLO DO ANTI-SEMITISMO

por

João Paulo Avelãs Nunes¹

Resumo: Procura-se, neste artigo, reflectir, a partir da historiografia, de outras ciências sociais e de tecnologias também delas derivadas, sobre o estudo de, e a intervenção relativamente a, fenómenos de intolerância existentes nas nossas sociedades. Observam-se o anti-judaísmo e o anti-semitismo como exemplos de intolerância de longa duração, que estiveram na origem de processos de discriminação, de violência de massas e/ou de genocídio na Época Contemporânea. A semelhança do que acontece com outras modalidades de intolerância, o anti-judaísmo e o anti-semitismo ocorrem face a indivíduos, grupos de pessoas e organizações concretos e coevos. Verificam-se, no entanto, igualmente, posicionamentos e a divulgação de narrativas de valoração negativa e de discriminação simbólica perante realidades passadas. A criação (em 1948) e a evolução posterior do Estado de Israel são, ainda, neste caso, um factor relevante. Analisando alguma da investigação já concretizada e divulgada por historiadores e por antropólogos sobre judeu, anti-judaísmo e anti-semitismo, tenta-se defender a operatividade do reforço da colaboração entre ambas as áreas disciplinares no que concerne ao estudo da, e à intervenção relativamente a esta e a outras modalidades de intolerância. Visa-se, ainda, problematizar as implicações de esse esforço ser concretizado com base nos diferentes pressupostos — epistemológicos, teórico-metodológicos e deontológicos — do Paradigma Moderno, do Paradigma Neo-Moderno e do Paradigma Pós-Moderno.

Palavras-chave: Modalidades de intolerância, Judeus, Anti-semitismo.

Abstract: This article seeks to reflect, based on historiography, other social sciences and technologies derived from them, on the study of and intervention in intolerance phenomena in our societies. Anti-Judaism and anti-Semitism are observed as examples of long-term intolerance that have been at the origin of processes of discrimination, mass violence and/or genocide in the Contemporary Era. Like other shape of intolerance, anti-Judaism and anti-Semitism are directed against specific individuals, groups of people, and organizations. However, there is also the positioning and dissemination of narratives of negative valuation and symbolic discrimination against past realities. The creation (in 1948) and the subsequent evolution of the State of Israel are also a relevant factor in this case. Analysing some of the research carried out and disseminated by historians and anthropologists on Jews, anti-Judaism and anti-Semitism, an attempt is made to defend the operability of reinforcing collaboration between both disciplinary areas with regard to the study of, and intervention in relation to this and other forms of intolerance. The aim

¹ Professor de História Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares da Universidade de Coimbra. E-mail: jpavelas@fl.uc.pt ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0419-9179>.

is also to problematize the implications of this effort being carried out based on the different assumptions — epistemological, theoretical-methodological and deontological — of the Modern Paradigm, the Neo-Modern Paradigm and the Post-Modern Paradigm.

Keywords: Modalities of intolerance, Jews, Antisemitism.

INTRODUÇÃO

Penso ser objectivante afirmar que as sociedades humanas têm gerado continuamente — com alterações mais ou menos substanciais em termos de formas de concretização e de níveis de intensidade — modalidades de intolerância que podem ir da hierarquização e da discriminação ao genocídio, passando pela violência de massas. Na actual conjuntura de crise económica e social, de crise de democracias e do multilateralismo, de crise do empenhamento no reforço do grau de racionalização da produção intelectual nas humanidades e nas ciências, assiste-se, mesmo, ao recrudescimento de inúmeras dessas modalidades de intolerância.

Dadas as respectivas longevidade e complexidade, opto por observar, especificamente neste artigo, na qualidade de modalidade(s) de intolerância, o anti-judaísmo e o anti-semitismo. À semelhança de outros vectores de intolerância presentes na Época Contemporânea, o anti-judaísmo e o anti-semitismo estiveram na origem de formas de hierarquização e de discriminação, de violência de massas e de genocídio. Por sua vez, concretizações radicalizadas de judaísmo e de sionismo têm igualmente acarretado, antes e depois da criação — em 1948 — do Estado de Israel, situações e processos de hierarquização/discriminação e de violência de massas no seio da Diáspora Judaica, nos Territórios Palestínianos Ocupados e/ou em Israel.

Tal como acontece com outras modalidades de intolerância, o anti-judaísmo e o anti-semitismo implicam a explicitação de posicionamentos e a intervenção perante indivíduos (seres humanos de origem judaica) e grupos de pessoas, organizações e instituições efectivamente existentes, concretos e coevos. Verifica-se, no entanto, também a divulgação de narrativas de valoração negativa e de hierarquização/discriminação simbólica face a fenómenos passados, difusos e/ou inexistentes (por exemplo, uma suposta “Internacional Judaica”); e a divulgação de narrativas de valoração positiva face a indivíduos, organizações e instituições antes responsáveis por iniciativas de hierarquização e de discriminação, de violência de massas e de genocídio perpetradas contra pessoas de origem judaica.

Viso, assim, reflectir sobre vectores de colaboração interdisciplinar a partir dos quais historiadores e outros cientistas sociais (com destaque para antropólogos e

sociólogos), filósofos e outros especialistas em humanidades podem delimitar, reconstituir e analisar objectos de estudo associados ao anti-judaísmo e ao anti-semitismo. Pretendo, ainda, considerar vectores de colaboração transdisciplinar que envolvam, quer tecnologias e aplicações tecnológicas derivadas da historiografia e de outras ciências sociais, quer a apropriação crítica do saber e do saber fazer produzidos e divulgados por parte de pessoas (indivíduos, profissionais e cidadãos), organizações da sociedade civil e instituições públicas.

Uma vez que advogo a centralidade do debate epistemológico e teórico-metodológico na elaboração de conhecimento científico e de conhecimento tecnológico de base científica (bem como das correspondentes aplicações tecnológicas), diria que é importante começar por referir tanto os pressupostos epistemológicos adoptados, como a configuração proposta para os conceitos utilizados. Quanto às tecnologias de base científica referenciadas, também derivadas da historiografia e da antropologia, elenco a didáctica da História e a divulgação científica, o património cultural e o jornalismo cultural, a cultura organizacional e a diferenciação territorial, o lazer e o turismo culturais².

1. QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS E TEÓRICAS

O debate — explícito ou implícito — entre proponentes e defensores dos pressupostos epistemológicos do Paradigma Moderno, do Paradigma Neo-Moderno e do Paradigma Pós-Moderno é, na minha perspectiva, uma das vertentes mais significativas da evolução da historiografia e da antropologia (assim como de outras ciências sociais e das humanidades) nas últimas décadas. Apesar do respectivo carácter exemplar ou paradigmático — talvez precisamente devido a esse estatuto —, a problemática do anti-semitismo e do Holocausto (produção e divulgação de conhecimento científico e de conhecimento tecnológico de base científica; elaboração de aplicações tecnológicas; transferência multilateral de saber; apropriação crítica do saber e do saber fazer gerados por parte de pessoas, organizações da sociedade civil e instituições públicas) tem sido marcada pela confrontação entre as concepções referidas.

Correndo, embora, o risco de alguma simplificação, proponho que, à luz do Paradigma Moderno (estruturado desde, pelo menos, o século XVIII): os saberes são descritos e valorados tendo em conta a respectiva importância cognitiva e social; a ciência é apresentada como o — ou, pelo menos, como um dos — saber mais relevante, uma vez que,

² Cfr., nomeadamente, Nunes, 1970; Franco, 1999; Martins, 2006; Sen, 2007; Judt, 2018; Vargas Llosa, 2018; Nunes, 2019a; Arendt, 2021; Heinich, 2021.

pela sua objectividade e neutralidade, gera conhecimento permanente e absolutamente idêntico à realidade; a tecnologia consiste na governação da realidade natural e social de acordo com os ditames inevitáveis da ciência. Apenas os incapazes ou os mal-intencionados recusariam a indiscutibilidade dos programas de intervenção na realidade baseados na ciência.

Face, por um lado, às vantagens de manter um continuado esforço de produção de conhecimento científico sobre uma realidade intrinsecamente complexa; por outro lado, à constatação dos efeitos secundários da hegemonia do Paradigma Moderno — quer em termos da intensificação de manifestações de hierarquização e discriminação quer do reforço de lógicas sociais globais autoritárias ou totalitárias —, desde as décadas de 1920 e 1930 tem-se assistido ao consolidar do Paradigma Neo-Moderno.

Individualidades como Marc Bloch e Claude Lévy-Strauss, Hannah Arendt e John Maynard Keynes, Marcel Mauss e Albert Demangeon, fundadores do Paradigma Neo-Moderno, apelaram tanto ao rigor epistemológico e ao sincretismo teórico, à inter e à transdisciplinaridade, como ao abandono da postura cientista (estratégia ideológica cuja eficácia depende da confusão deliberada, sob a capa da ciência, de ideologia, ciência e tecnologia de base científica).

Nos termos do Paradigma Neo-Moderno, os vários saberes — senso comum e ideologia, humanidades e ciências, artes e tecnologias de base científica — têm diferentes características e funções, não fazendo sentido hierarquizá-los ou avaliá-los a partir de um só critério (ou conjunto de critérios); a ciência resulta de esforços de objectivação que têm por meta a elaboração de conhecimento temporária e, parcialmente, o mais próximo possível da realidade; ciência e tecnologia de base científica são saberes de natureza diferente, pretendendo a tecnologia mobilizar conhecimento científico — e outro — para viabilizar a concretização de transformações na realidade previamente assumidas nos planos cívico, profissional ou pessoal a partir de escolhas de cariz ideológico.

Segundo os cultores do Paradigma Pós-Moderno — que surgiu nas décadas de 1950 e 1960 —, excepção feita a segmentos matematizados de descrição e análise de algumas parcelas da realidade, todos os outros saberes são de natureza ideológica (ou seja, subjectiva); o principal critério de apreciação de discursos a propósito da realidade tem a ver com as implicações, mais ou menos justas, da sua divulgação e aplicação; ciência e tecnologia constituem, muitas vezes, estratégias de alienação por parte das elites dominantes e, até, de elites emergentes. Este relativismo e quase-nihilismo — ou, talvez melhor, libertarismo — epistemológico tem sido cultivado tanto por correntes políticas de extrema-esquerda como de extrema-direita.

Quanto aos conceitos mais relevantes para o estudo da problemática delimitada, refiro, antes de mais, que partilho da perspectiva segundo a qual, em ciência, as categorias teóricas não são súmulas exaustivas de todas as características supostamente existentes

numa determinada parcela da realidade. Tendo por função apoiar esforços de reconstituição, análise e contextualização, os conceitos consistem, ao invés, em propostas dialéticas de definição, simultaneamente nucleares e flexíveis (tipos ideais ou arquétipos). Permitem, desta forma, comparar realidades mais ou menos similares, situadas em territórios e em tempos pouco ou muito diferentes³.

Parto da constatação de que a intolerância é uma reacção cronicamente presente nas sociedades humanas, assumindo configurações, graus e escalas dissemelhantes. Daqui resulta que as iniciativas que visam diminuir ou anular formas de intolerância têm de se dotar de elevados níveis de operatividade na recolha e análise de informação, de capacidade negocial e de resiliência. Penso que os graus de violência, sofrimento e trauma associados a modalidades de hierarquização/discriminação, de violência de massas e de genocídio são, no entanto, substancialmente diversos, devendo merecer estudo, caracterização e intervenção (preventiva ou de remediação) diferenciados.

Relativamente aos conceitos de judeus e de judaísmo, lembro que os mesmos remetem para um amplo conjunto de outras categorias teóricas, as quais apresentam maiores ou menores potencialidades de apoio a um esforço de objectivação — de produção de conhecimento tanto quanto possível próximo da realidade — e que, por vezes, são contraditórias entre si. Por um lado, antes e depois de 1948 (da criação do Estado de Israel) é possível referenciar noções como as de grupo étnico ou “raça”, povo e nação, diáspora e re-diáspora, comunidade minoritária e comunidade maioritária ou indivíduos de origem também judaica. Por outro lado, deparamos com categorias como cultura e religião; cultura erudita, culturas populares e cultura de massas; identidade ou identidades, memória e pós-memória, aculturação e hibridização, assimilação ou integração, auto e hetero-segregação; teologia e filosofia, ortodoxia e heterodoxia; integrismo religioso e teocracia, religiosidade e laicidade, agnosticismo e ateísmo; conversão e apostasia; irredutibilidade, diálogo inter-religioso e sincretismo.

Da mesma forma, os conceitos de anti-judaísmo e de anti-semitismo convidam a uma preocupação com o reconhecimento da complexidade do real que permita ir além de um nível relativamente superficial de reconstituição e análise. Numa primeira leitura, o anti-judaísmo, presente nos períodos medieval e moderno, decorreria apenas da condenação de práticas religiosas judaicas. Por sua vez, o anti-semitismo, vigente na época contemporânea, resultaria da valoração dos judeus — “raça” ou povo e indivíduos concretos, cultura em geral e religião em particular — como entidade simultaneamente inferior e perigosa.

³ Cfr., entre outros, Hespanha, 1986; Vattimo, 1987; Jameson, 1991; Santos, 2003; Traverso, 2012; Murray, 2020; Nunes, 2021a; Pluckrose, 2021; Roudinesco, 2022.

Numa segunda leitura, considero que na Idade Média e na Idade Moderna, mau grado a prevalência atribuída ao vector religioso, afluía já, também, o factor “rácico”, como é demonstrado pelo facto de a verificação dos “critérios de limpeza de sangue” relativamente aos cristãos-novos ter sido, no Portugal dos séculos XVI a XVIII, da responsabilidade do Tribunal do Santo Ofício da Inquisição. No que concerne a parte das ideologias de cariz cientista dominantes ou hegemónicas durante a época contemporânea, a pertença à “raça” judaica — segmento tido como o mais agressivo do conjunto de “raças orientais ou asiáticas”, adjectivadas como globalmente inferiores —, implicaria a adopção das supostamente dissolventes cultura e religião judaicas.

Sobre as categorias teóricas de filo-semitismo e de sionismo, diria que ambas sugerem uma dupla leitura. Nomeadamente do século XVII ao final da Segunda Guerra Mundial, filo-semitismo significa, quer valores e comportamentos de não judeus em defesa de indivíduos e de vivências culturais de origem judaica contra acusações e atitudes anti-judaicas e anti-semitas, quer a proclamação da excepcionalidade e da superioridade (sectorial ou global) dos judeus relativamente a outros grupos étnicos ou “raças”, povos e nações. Até aos nossos dias, sionismo identifica, tanto os princípios nucleares de um pensamento nacionalista — do nacionalismo judaico: um povo que se representa e que actua como uma nação tem direito a um território e a estruturar um Estado —, como formas radicais ou extremas, segregacionistas e/ou colonialistas, de nacionalismo judaico (baseadas num argumentário de cariz laicista e/ou teocrático)⁴.

2. ANTI-JUDAÍSMO E ANTI-SEMITISMO

Enquanto modalidades de intolerância, é ainda relevante identificar outras cambiantes nos fenómenos de anti-judaísmo e de anti-semitismo. Geradas em sociedades fortemente segmentadas em termos político-jurídicos, sociojurídicos e territoriais — períodos medieval e moderno — ou em contextos sobretudo marcados por culturas populares — época contemporânea —, as manifestações de anti-judaísmo tendem a responsabilizar judeus concretos, residentes nas mesmas localidades, por práticas negativas de escala local e de curta duração. Fruto de sociedades contemporâneas crescentemente integradas, o anti-judaísmo remete para uma escala simultaneamente local/regional, nacional e mundial; para uma duração secular (desde a Antiguidade Tardia ou a Alta Idade Média).

⁴ Cfr., nomeadamente, Mea, 1997; Mucznik, 2009; Wilke, 2009; Paiva, 2013; Nunes, 2014; Mea, 2021; Mucznik, 2021; Ferreira, 2022.

No caso do anti-judaísmo, aos judeus, facilmente identificáveis, membros de comunidades auto e hetero-segregadas, eram atribuídas características infamantes como a recusa em evoluir de uma falsa crença para a religião verdadeira, resquícios fisiológicos animalescos, resquícios fisiológicos femininos nos homens. Eram, igualmente, feitas acusações de comportamentos lesivos, nomeadamente, ofensas à simbologia cristã, assassinato de crianças no âmbito de supostos rituais judaicos, violência sexual sobre crianças e mulheres cristãs, usura e açambarcamento, abuso de poder quando no desempenho de funções de cobrança de impostos.

Por sua vez, à luz das narrativas anti-semitas — arquétipo de muitas das posteriores “teorias da conspiração” populistas e irracionaisistas —, desde sempre os judeus teriam tentado dominar o mundo e, enquanto esse objectivo não era alcançado, procurariam viver parasitando o trabalho dos cristãos. Valoradas como absolutamente negativas, as transformações fundadoras da contemporaneidade liberal seriam fruto dessa estratégia (executada pelas organizações maçónicas), garantindo a camuflagem dos judeus — a partir de então cidadãos indiferenciados — no interior dos novos Estados-Nação. Através da “Internacional Judaica” e de organizações das sociedades civis de cada país, de Organizações Internacionais e de instituições públicas, os judeus estariam a executar um plano aparentemente caótico, mas na realidade coerente.

Sendo sempre uma parcela diminuta da população de cada Estado, os judeus almejavam, por um lado, deslegitimar e provocar o colapso “dos pilares da Cristandade Ocidental”; por outro lado, gerar conflitualidade crescente de todos contra todos, de modo a conseguirem impor a sua dominação. Assim se explicaria que, “crendo numa religião arcaica e sectária”, os judeus apoiariam o racionalismo e os cientismos, o laicismo, o agnosticismo ou o ateísmo entre os cristãos; “sendo nómadas e inassimiláveis a qualquer entidade política alheia”, patrocinarium todas as causas nacionalistas; “apresentando-se como uma minoria discriminada”, procurariam monopolizar todas as actividades profissionais que confeririam riqueza e/ou poder; impondo-se limites éticos rigorosos no relacionamento com os outros judeus, “adoptariam posturas imorais para com os cristãos (depravação sexual e prostituição, alcoolismo e droga, arte degenerada e pessimismo existencial)”.

Dessa forma se compreenderia, igualmente, “que os judeus protagonizassem e incentivassem, ao mesmo tempo, valores e práticas opostos”. Segundo as inúmeras publicações e declarações anti-semitas, exemplificariam uma tal bipolaridade intencional a apologia do imperialismo informal, ou emergente, e do anti-colonialismo tradicional ou histórico; do militarismo mais extremo e do pacifismo mais radical; dos regimes políticos liberais ou pós-liberais (demoliberalismo e democracia) e das ditaduras comunistas; do individualismo capitalista e do colectivismo socialista, ambos anti-organicistas ou

anti-corporativistas; do machismo amoral que desprotegia ou apoucava a mulher e do feminismo dissolvente “que ignorava as óbvias diferenças entre homens e mulheres”.

Pugnando pelo reforço do grau de objectivação do conhecimento científico — historiográfico, antropológico, sociológico etc. — produzido e divulgado sobre a problemática em apreço, chamo a atenção para a possibilidade de as modalidades de anti-judaísmo e de anti-semitismo atingirem diferentes níveis de intensidade e fazerem parte de posicionamentos ideológicos diversos. Em alternativa à mera verificação da presença ou da ausência de anti-judaísmo e de anti-semitismo, enquanto um dos vectores de propostas ideológicas de extrema-direita ou de direita, considero que é possível identificar situações de anti-judaísmo e de anti-semitismo moderado, radical e genocidário; de extrema-direita e de direita, de centro-direita e de centro-esquerda, de esquerda e de extrema-esquerda.

Tratar-se-ia de anti-judaísmo e de anti-semitismo moderado quando, independentemente da natureza mais ou menos virulenta da caracterização e da contextualização aventadas, não existe nem apelo à prática de nem a concretização de acções violentas contra pessoas de origem judaica. Aplicar-se-ia o conceito de anti-judaísmo e de anti-semitismo radical sempre que, por iniciativa de sistemas políticos, de aparelhos de Estado e/ou de entidades de sociedades civis, coexistem acusações infundadas, discriminação e repressão de pessoas por serem de origem judaica. Anti-judaísmo e anti-semitismo genocidário verificou-se, por imposição do Terceiro Reich nacional-socialista alemão — mas contando, quer com a colaboração, quer com a não oposição consequente de instituições, organizações e indivíduos de múltiplos outros territórios ocupados e países —, durante a execução do Holocausto (Junho de 1941-Abril de 1945).

A categoria teórica de anti-judaísmo e de anti-semitismo moderado permite, eventualmente, compreender melhor a realidade de Portugal, de Espanha e dos Estados latino-americanos entre o início do século XIX e o pós-Segunda Guerra Mundial. Fruto tanto de limitados níveis de desenvolvimento económico e social, como de séculos de hierarquização, discriminação e repressão contra judeus e, depois, contra cristãos-novos ou marranos, os referidos países acolheram, em termos absolutos e proporcionalmente, poucas pessoas de origem judaica e não tiveram responsabilidade directa na concretização do Holocausto.

Com frequência, para além de caracterizações e adjectivações sobre o passado recente e acerca da actualidade, os discursos anti-judaicos e anti-semitas explicitados nestes países avaliam muito positivamente formas de violência de massas praticadas contra judeus e cristãos-novos ou marranos nos séculos XVI a XVIII, antes de mais através dos Tribunais do Santo Ofício da Inquisição. Ter-se-ia, deste modo, resolvido “o problema judaico que se agigantara durante a Idade Média”. Assistiu-se, ainda,

tanto à legitimação como à desvalorização de inúmeras situações de anti-semitismo radical ocorridos em outros Estados e do próprio Holocausto⁵.

Nas sociedades que conheceram comunidades judaicas e nos países ocidentais ou ocidentalizados em geral, a correspondência mais frequente tem sido, pelo menos até ao fim do período da Guerra Fria, entre anti-judaísmo/anti-semitismo e concepções de extrema-direita. Decorrerá o citado correlacionamento crónico, por um lado, da discordância de grande parte da extrema-direita com muitas das características definidoras da contemporaneidade (afirmação da autonomia dos indivíduos, reconhecimento de direitos jurídico-políticos, proclamação da viabilidade do crescimento económico, defesa da atenuação das desigualdades e das modalidades de discriminação); por outro lado, da adopção da tática populista — igualmente racista e xenófoba — que consiste em atribuir a responsabilidade de todos os aspectos valorados como negativos a uma elite ultra-minoritária, “estrangeira e racicamente inferior”.

Menos frequente e menos nuclear, a presença de anti-judaísmo e de anti-semitismo em narrativas ideológicas de direita, de centro-direita e de centro-esquerda será, provavelmente, um efeito secundário de preocupações nacionalistas, eugenistas e pró-cristãs ou laicistas. A maioria dos judeus seriam inassimiláveis, “orientais” e anti-cristãos ou crentes teocráticos. Algo semelhante ocorrerá com correntes ideológicas de esquerda e de extrema-esquerda, marcadas pelo internacionalismo (anti-nacionalista), pela recusa do capitalismo e pela militância ateuista (anti-religiosa). Muitos judeus seriam sionistas (nacionalistas), defensores do capitalismo (ou, mesmo, plutocratas) e crentes teocráticos⁶.

2.1. Judeus e judaísmo

Se, enquanto cientistas sociais — historiadores e antropólogos, mas, também, sociólogos e linguistas, geógrafos e economistas —, consideramos hoje (nas últimas décadas) as realidades sociais globais representadas pelos conceitos de judeu e de judaísmo, podemos identificar e salientar a grande complexidade correspondente aos mesmos. Quando envolvidos num esforço de caracterização dos contextos sociais globais

⁵ Para o caso português, cfr., a título de exemplo, Remédios, 1895; Azevedo, 1921; Sequeira, 1923; Pereira, 1928; Remédios, 1928; Mattoso, 1939; Ameal, 1940; Lima, 1940; Queirós, 2002.

⁶ Cfr., entre outros, Tavares, 1979; Winock, 1982; Tavares, 1982-1984; Benbassa, 1996; Mea, 1997; Rozett, 2000; Milgram, 2003; Loff, 2004; Martins, 2004; Paiva, 2004; Rother, 2005; Louçã, 2007; Marchi, 2007; Friedländer, 2007a; Friedländer, 2007b; Rohr, 2008; Bankier, 2010; Milgram, 2010; Mann, 2011; Mühlen, 2012; Pimentel, 2013; Schaefer, 2014; Reis, 2019; Gutenman, 2020; Milgram, 2020; Nunes, 2020; Pimentel, 2020; Tavim, 2020; Whigham, 2022.

delimitados pelas categorias teóricas de anti-judaísmo e de anti-semitismo, cabe-nos, igualmente, referenciar e destacar a enorme distância existente entre as vidas efectivas dos indivíduos de origem judaica e os mitemas cronicamente presentes nos discursos anti-judaicos e anti-semitas.

O fosso em causa é, quase sempre, constitutivo nas outras modalidades de intolerância (hierarquização e discriminação, violência de massas, genocídio), fundadas em abordagens de senso comum e ideológicas, nas humanidades e nas ciências; transformadas em instrumentos de actuação por intermédio das tecnologias de base científica e das artes. A reconstituição e análise, contextualização e comparação dessa mesma distância pode e deve, assim, ser um objecto estrategicamente significativo tanto para a historiografia e para a antropologia da cultura como para a historiografia e para a antropologia social e política.

Mesmo considerando apenas os indivíduos de origem judaica que têm vivido desde o início da época contemporânea, a imensa diversidade e as contradições presentes no interior do universo social global representado pelas categorias teóricas de judeus e de judaísmo contrariam totalmente os estereótipos caricaturais continuamente retomados pelas narrativas anti-judaicas e anti-semitas. É possível encontrar características, ideários e actuações diferentes face a aspectos como património genético e cultura/religião judaicas, laicismo e agnosticismo/ateísmo, identidade nacional e identidade comunitária, diáspora judaica e Estado de Israel, nichos profissionais e socioeconómicos, modo de governação do sistema de relações internacionais, nacionalismo e internacionalismo, ideologias e regimes políticos, modos de produção e políticas socioeconómicas, situação da mulher e identidade de género, cultura erudita e culturas populares/cultura de massas, formas de expressão artística e correntes estéticas.

À semelhança do que ocorre em muitas outras situações de intolerância, também indivíduos de origem judaica e organizações ou instituições por eles dinamizadas, vítimas de anti-judaísmo e de anti-semitismo, têm gerado concepções e práticas discriminatórias. Os alvos e as vítimas foram ou são outros indivíduos de origem judaica — cristãos-novos e marranos ou apóstatas em geral, sefarditas *versus* asquenazitas, ortodoxos *versus* laicizados, assimilados *versus* sionistas, alemães e austríacos de origem judaica *versus* polacos e soviéticos de origem judaica, etc. —, escravizados e libertos em contexto colonial e pós-colonial, palestinianos.

Mas a importância da história e da teoria da historiografia — da história e da teoria das outras ciências sociais — neste âmbito torna-se, ainda, maior ao verificarmos que, na época contemporânea e nas sociedades ocidentais ou ocidentalizadas, as grandes narrativas ideológicas que albergam modalidades explícitas de intolerância reivindicam para si próprias uma natureza cientista. Isto é, a sua legitimidade e o seu prestígio (ou, mesmo, a respectiva inevitabilidade e indiscutibilidade) decorreriam de veicularem as

conclusões — objectivas ou justas — da teologia e da ética, da filosofia e da ciência. Esse correlacionamento excessivo entre ideologia, ciência e tecnologia de base científica ocorre tanto sob a vigência dos pressupostos do Paradigma Moderno como no contexto do predomínio (ou da hegemonia) dos pressupostos do Paradigma Pós-Moderno.

Perante essa centralidade, uma compreensão mais objectivante quer dos judeus e do judaísmo, quer do anti-judaísmo e do anti-semitismo (bem como de outras formas de intolerância), implica a utilização de mais conceitos, nomeadamente os de darwinismo social e racismo, nacionalismo e xenofobia, eugenia e promoção ou controlo da natalidade, integrismo religioso e exclusivismo identitário ou sociocultural. Identificável pelo menos desde o último quartel do século XIX, questionado sobretudo a partir do imediato pós-Segunda Guerra Mundial, destaco o papel decisivo desempenhado pelas múltiplas configurações do darwinismo social.

Dando continuidade a, e intensificando estratégias de caracterização e de adjecção de indivíduos e de grupos de pessoas já utilizados décadas ou séculos antes da segunda metade de oitocentos, o darwinismo social consiste na atribuição de legitimidade supostamente científica a lógicas de valoração de pessoas e de governação das sociedades humanas que decorrem, afinal, do senso comum ou de vectores ideológicos quase totalmente circulares. Muitas vezes, as referidas iniciativas são concretizadas por cientistas ou por especialistas em tecnologias de base científica. Os posicionamentos darwinistas sociais, que afirmam descrever, explicar e hierarquizar pessoas ou grupos de seres humanos a partir das respectivas características físicas e/ou intelectuais, têm pendor mais individualista ou mais comunitarista, reprodutor ou irredentista, conservador ou radical. Focam-se em critérios socioculturais, socioeconómicos, étnicos, de sexo e/ou de identidade de género⁷.

2.2. Filo-semitismo e sionismo

Coeva do processo de estruturação e de consolidação do Paradigma Moderno (século XVII e seguintes), a afirmação de concepções e de práticas filo-semitas antecipa e ilustra alguns dos debates actuais entre posturas neo-modernas e pós-modernas. Sobre aquele tipo de intolerância e acerca daqueles indivíduos/grupos de seres humanos que são vítimas das citadas modalidades de hierarquização e discriminação, violência de massas

⁷ Cfr., nomeadamente, Pita, 1995; Hawkins, 1998; Lacapra, 1998; Franco e Fevereiro, 2000; Phayer, 2000; Pereira, 2001; D. Vital, 2009; Chalante, 2011; Nunes, 2011; B. Wasserstein, 2012; Turda, 2016; Milgram e Senkmann, 2020; Green, 2021.

ou genocídio, as duas posturas filo-semitas remetem para argumentários diferentes e quase diametralmente opostos.

Deparamos, por um lado, com intervenções em defesa de pessoas de origem judaica — alvo de anti-judaísmo e de anti-semitismo — que, recorrendo a discursos de natureza diversa (ético-cívica, teológico-filosófica, científica, artística ou tecnológica), defendem o direito de todos os seres humanos a serem respeitados e a beneficiarem de igualdade perante a lei. Salientam, ainda, a total discrepância entre a diversidade/a e complexidade da realidade e os redutores — isto é, racistas e xenófobos — estereótipos identitaristas/comunitaristas invocados pelo anti-judaísmo e pelo anti-semitismo.

Encontramos, por outro lado, posicionamentos filo-semitas (quase sempre da autoria de não judeus) que partem do princípio que “os israelitas” são membros de uma “raça”, no essencial auto-segregada dos outros povos, e que mantêm uma identidade comum e específica. Os vectores constitutivos dessa identidade garantiriam aos judeus superioridade em determinadas áreas — competências intelectuais para a produção de filosofia, ciência e tecnologia de base científica; racionalidade e eficácia económica capitalista; capacidade argumentativa e de mobilização de massas através de órgãos de comunicação social, sindicatos e partidos políticos —, assim como os tornariam essenciais para o crescimento económico e o fortalecimento estratégico de qualquer Estado ocidental ou ocidentalizado⁸.

Por sua vez, em torno do conceito de sionismo (nacionalismo judaico moderado ou radical) são identificáveis diversos tipos de ideários e de práticas nacionalistas, instrumentos de mobilização, de auto-protecção ou de agressão por parte de indivíduos de origem judaica. No âmbito da secular diáspora judaica, enquanto comunidades minoritárias, tratar-se-ia de um ideário que propunha uma alternativa de futuro a vítimas sistémicas — efectivas e potenciais — de anti-judaísmo e de anti-semitismo.

Em Israel, sionismo significaria muitas vezes, sobretudo a partir da década de 1980, posturas de intolerância (hierarquização/discriminação e violência de massas de tipo colonial) contra palestinianos. É, ainda, possível referenciar diversos tipos de relacionamento entre aquelas duas fileiras de sionismo e a crítica a determinadas opções da sociedade civil e do Estado de Israel; a anti-judaísmo e a anti-semitismo tradicional ou de novo tipo (associado ao integrismo islâmico e a esquerdas radicais); a um filo-judaísmo de novo tipo, proclamado por integrismos cristãos de extrema-direita (de matriz mais ou menos milenarista e apocalíptica).

Críticas a determinadas opções do Estado ou de entidades da sociedade civil de Israel não se baseiam necessariamente em anti-judaísmo e anti-semitismo, antes de tudo

⁸ Cfr., entre outros, Medina, 1987/1988; Garcia, 1993; Madeira, 2000; Franco, 2002; Parnes, 2002; Franco, 2004; Martins, 2010.

quando remetem para critérios de apreciação universais e para a condenação do ultranacionalismo e da teocracia, de Governos autoritários ou de ditaduras e do unilateralismo, da xenofobia e do racismo. O anti-judaísmo e o anti-semitismo tradicional e de novo tipo estão, no entanto, presentes no revisionismo face às sequelas do anti-judaísmo/anti-semitismo e no negacionismo do Holocausto; na recusa em considerar a complexidade da evolução de Israel e da Palestina — da Jordânia, do Egito, do Líbano e da Síria — entre 1945 e a década de 1970; no recurso ao estereótipo identitarista das características universais e permanentes (o Judeu como perpetrador, símbolo do Ocidente e da branquitude, do capitalismo e do colonialismo; o Palestino como vítima, representante do Sul Global e da não-branquitude, da contestação ao capitalismo e ao colonialismo)⁹.

3. TECNOLOGIAS E APLICAÇÕES TECNOLÓGICAS DERIVADAS

Explicitada uma proposta de caracterização do anti-judaísmo e do anti-semitismo enquanto modalidade de intolerância de longa duração — neste caso geradora de hierarquização e discriminação, violência de massas e genocídio —, penso ser importante reflectir, na qualidade de historiador, acerca do modo como, no âmbito delimitado, podemos e devemos utilizar tecnologias também derivadas da historiografia e da antropologia. Defendo, enquanto cidadão, que a intervenção através das tecnologias em causa deve ter por objectivo reduzir a presença dessa e de outras formas de intolerância.

Tentando elencar as tecnologias de base científica e as aplicações tecnológicas em causa, referiria a divulgação científica (de historiografia e de antropologia) e o jornalismo cultural, a didáctica da História e o ensino da História, o património cultural e a museologia, a cultura organizacional e a diferenciação territorial, o lazer e o turismo culturais. Mesmo não considerando aqueles que adoptam posturas negacionistas ou revisionistas quanto a leituras historiográficas ou antropológicas do anti-judaísmo e do anti-semitismo, que optam por não se pronunciar sobre ou que apoiam esta e/ou outras formas de intolerância, continua a ser necessário decidir como são configurados os saberes tecnológicos em apreço.

Sintetizando, diria que os proponentes da mobilização das citadas tecnologias de base científica com o propósito de tentar contribuir para limitar a influência, quer do anti-judaísmo e do anti-semitismo, quer de outras modalidades de intolerância, se agrupam

⁹ Cfr., nomeadamente, Gilbert, 1998; Breitman, 2001; Geary, 2008; Heinich, 2018; Schrag, 2019; Nunes, 2021; Khalidi, 2022.

em torno de duas lógicas diferentes. De um lado a “exigência moral”, do outro a regulação deontológica; a divulgação, o jornalismo cultural e o ensino da História como propaganda verdadeira e/ou justa ou, em alternativa, como disseminação de leituras historiográficas e antropológicas objectivantes e complexas; o património cultural e a museologia, a cultura organizacional e a diferenciação territorial, o lazer e o turismo culturais como posturas cívicas verdadeiras e/ou justas na luta pelo controlo da memória ou, em alternativa, como saberes tecnológicos de base científica essenciais à edificação de políticas culturais e de memória objectivantes.

Por um lado, de acordo com os pressupostos do Paradigma Moderno e do Paradigma Pós-Moderno, proclama-se que as massas ou o povo não conseguem lidar com a pluralidade de perspectivas e com a complexidade discursiva inerentes ao debate científico tradicional (integrante da cultura erudita, elitista por definição). Os especialistas empenhados em disseminar a verdade e/ou a posição justa deveriam, pois, conceber aplicações tecnológicas eficazes — ou seja, deliberadamente decorrentes da simplificação e da adulteração dos resultados da investigação científica —, única forma de garantir a defesa da democracia e o combate à intolerância.

Diferentemente, à luz dos pressupostos do Paradigma Neo-Moderno, advoga-se que o aprofundamento da democracia e a crescente recusa da intolerância dependem da reprodução do pluralismo e do debate entre leituras diversas; da produção e divulgação de reconstituições e análises sobre a realidade, tão objectivantes e tão comunicacionalmente eficazes quanto possível em cada momento. A auto-qualificação da vivência cívica a partir da apropriação crítica de conhecimento científico complexo e da transferência multilateral de saber tecnológico deontologicamente regulado seriam não só possíveis como necessários à prossecução daqueles objectivos.

Assim se explicaria porque é que os especialistas em ciência e/ou em tecnologia de base científica que procuram adoptar os fundamentos do Paradigma Neo-Moderno (entre os quais me encontro) defendem a divulgação científica e o jornalismo cultural *versus* a animação cultural e o activismo nos *media* formais e informais; a didáctica da História historiográfica e o ensino da História baseado na História Nova *versus* a “boa propaganda”; o novo património cultural e a nova museologia *versus* memoriais em homenagem a determinados justos e a certas vítimas; a cultura organizacional e a diferenciação territorial estruturantes *versus* uma concepção meramente instrumental das mesmas; o lazer e o turismo cultural desalienantes *versus* a cultura de massas¹⁰.

No caso da RFA a partir da década de 1970 e da Alemanha pós-Reunificação, talvez os dois exemplos mais ilustrativos do grau de exigência e das potencialidades decorren-

¹⁰ Cfr., entre outros, Bruchfeld, 1998; Nunes, 2007; Nunes, 2008; Nunes, 2013a; Nunes, 2013b; Fracapane, 2014; Nunes, 2016; Nunes, 2017; Nunes, 2019b; Nunes, 2022.

tes desta abordagem neo-moderna da problemática do anti-judaísmo e do anti-semitismo sejam o Centro de Investigação/Centro de Documentação/Museu “Topografia do Terror” e o Museu Judaico de Berlim, ambos em Berlim. Relativamente a Israel, destaco o Museu da História do Holocausto, fundado em 1953 no interior das instalações do Yad Vashem, em Jerusalém. Reformulado em 2005, adota desde então, no essencial, a perspectiva neo-moderna defendida por Hannah Arendt, inicialmente condenada por ser demasiado complexa e ineficaz ou, mesmo, por ser supostamente anti-semita¹¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei neste artigo, enquanto historiador, reflectir acerca do conceito de intolerância e sobre a forma como o anti-judaísmo e o anti-semitismo são modalidades seculares de intolerância que têm implicado hierarquização e discriminação, violência de massas e genocídio. Considerei, ainda, quer as oportunidades de abordagem interdisciplinar que esta temática abre a ciências como a historiografia e a antropologia, quer as implicações científicas e cívicas da adopção dos pressupostos do Paradigma Moderno, do Paradigma Neo-Moderno e do Paradigma Pós-Moderno.

Visei, também, analisar as possibilidades de colaboração transdisciplinar entre a historiografia e a antropologia, por um lado; por outro lado, a divulgação científica e o jornalismo cultural, a didáctica da História e o ensino da História, o património cultural e a museologia, a cultura organizacional e a diferenciação territorial, o lazer e o turismo culturais tendo por objectivo a atenuação de fenómenos de intolerância em geral, do anti-judaísmo e do anti-semitismo em particular. Debatí, finalmente, acerca do maior ou menor nível de operatividade da mobilização militante e da mobilização objectivante das referidas tecnologias de base científica.

¹¹ Cfr., nomeadamente, Arendt, 2003; Gutterman, 2005; Nachama, 2010.

FONTES PRIMÁRIAS

AMEAL, João (1940), *História de Portugal*. Porto: Livraria Tavares Martins.

AZEVEDO, João Lúcio de (1921), *História dos Christãos Novos Portugueses*. Lisboa: Livraria Clássica Editora.

LIMA, Joaquim Alberto Pires de (1940), *Mouros, Judeus e Negros na História de Portugal*. Porto: Livraria Civilização.

MATTOSO, António G. (1939), *Compêndio de História de Portugal (Aprovado, oficialmente, como livro único para o 6.º Ano dos Liceus)*. Lisboa: Sá da Costa Editora.

PEREIRA, António Serras (1928), *Portugal na História da Civilização*. Lisboa: Edição de José Fernandes Júnior.

QUEIRÓS, Eça de (2002), “A Perseguição dos Judeus”. In: MINÉ, Elsa; CAVALCANTE, Neuma (eds), *Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós. Textos de Imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*. Lisboa: INCM: 105-113.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos (1895), *Os Judeus em Portugal*. Vol. 1. Coimbra: F. França Amado.

REMÉDIOS, Joaquim Mendes dos (1928), *Os Judeus em Portugal*. Coimbra: Coimbra Editora.

SEQUEIRA, Francisco Pereira de; PEIXOTO, José de Lemos (1923), *Os Planos da Autocracia Judaica: Protocolos dos Sábios de Sião*. Porto: Livraria Portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDRT, Hannah (2003), *Eichmann em Jerusalém* (trad. do inglês). Coimbra: Tenacitas.

ARENDRT, Hannah (2021), *Homens em Tempos Sombrios* (trad. do inglês). Lisboa: Relógio D'Água Editores.

BANKIER, David; MICHAN, Dan (eds) (2010), *Holocaust and Justice*. Jerusalém: Yad Vashem.

BENBASSA, Esther (dir.) (1996), *Mémoires Juives d'Espagne et du Portugal*. Paris: Éditions Publisud.

BREITMAN, Richard (2001), *Os Segredos do Reich que os Aliados sabiam* (trad. do inglês). Lisboa: Âncora Editora.

- BRUCHFELD, Stéphane; LEVINE, Paul A. (1998), *Tell Your Children... A Book About the Holocaust in Europe (1933-1945)*. Estocolmo: Regeringskansliet.
- CHALANTE, Susana (2011), “O Discurso do Estado Salazarista Perante o “Indesejável” (1933-1939)”, *Análise Social* 198: 41-63.
- FERREIRA, Lúcia Alexandra da Silveira Coelho (2022), *Desjudaizar as Beiras. A Inquisição nos Bispados de Viseu e da Guarda* (Tese de doutoramento em História). Porto: Universidade do Porto.
- FRACAPANE, Karel; HASS, Mathias (ed.) (2014), *Holocaust Education in a Global Context*. Paris/Berlim: UNESCO Publishing/Topography of Terror Foundation.
- FRANCO, Manuela (1999), “Judeus em Portugal”. In: MÓNICA, Maria Filomena; BARRETO, António (coord.), *Dicionário de História de Portugal. Suplemento*. Vol. 8. Porto: Livraria Figueirinhas: 314-324.
- FRANCO, Manuela (2002), “Uma Influência Portuguesa no Levante? A Diplomacia ao Serviço da Propaganda do Prestígio da República”, *Política Internacional* 26: 187-206.
- FRANCO, Manuela (2004), “Diversão Balcânica: Os Israelitas Portugueses de Salónica”, *Análise Social* 170: 119-147.
- FRANCO, Manuela; FEVEREIRO, Maria Isabel (2000), *Vidas Pouçadas: A Acção de Três Diplomatas Portugueses na II Guerra Mundial*. Lisboa: MNE.
- FRIEDLÄNDER, Saul (2007a), *The Years of Persecution: Nazi Germany and the Jews (1933-1939)*. Londres: Phoenix.
- FRIEDLÄNDER, Saul (2007b), *The Years of Extermination: Nazi Germany and the Jews (1939-1945)*. Nova Iorque: Harper Perennial.
- GARCIA, Maria Antonieta (1993), *Os Judeus de Belmonte: Os Caminhos da Memória*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- GEARY, Patrick J. (2008), *O Mito das Nações: A Invenção do Nacionalismo* (trad. do inglês). Lisboa: Gradiva.
- GILBERT, Martin (1998), *Israel: A History*. Londres: Doubleday.
- GREEN, Abigail; SULLAM, Simon Levis (eds) (2021), *Jews, Liberalism, Anti-Semitism: A Global History*. Londres: Palgrave Macmillan.
- GUTERMAN, Marcos (2020), *Holocausto e Memória*. São Paulo: Editora Contexto.
- GUTTERMAN, Bella; SHALEV, Avner (eds) (2005), *To Bear Witness: Holocaust Remembrance at Yad Vashem*. Jerusalém: Yad Vashem.
- HAWKINS, Mike (1998), *Social Darwinism in European and American Thought (1860-1945)*. Cambridge: Cambridge University Press.

- HEINICH, Nathalie (2018), *Ce Que n'Est Pas l'Identité*. Paris: Éditions Gallimard.
- HEINICH, Nathalie (2021), *Ce Que Le Militantisme Fait à La Recherche*. Tracts 29. Paris: Gallimard.
- HESPANHA, António Manuel (1986), “História e Sistema: Interrogações à Historiografia Pós-Moderna”, *Ler História* 9: 65-84.
- KHALIDI, Rashid (2022), *Palestina, Uma Biografia: Cem Anos de Guerra e Resistência* (trad. do inglês). Porto: Ideias de Ler.
- JAMESON, Frederic (1991), *Postmodernism or The Cultural Logic of Late Capitalism*. Durham: Duke University Press.
- JUDT, Tony (2018), *O Peso da Responsabilidade* (trad. do inglês). Lisboa: Edições 70.
- LACAPRA, Dominick (1998), *History and Memory After Auschwitz*. Ithaca: Cornell University Press.
- LOFF, Manuel (2004), *As Duas Ditaduras Ibéricas na Nova Ordem Eurofascista*. Vol. 3 (Tese de doutoramento em História). Florença: European University Institute.
- LOUÇÃ, António; PACCAUD, Isabel (2007), *O Segredo da Rua d'O Século*. Lisboa: Fim de Século.
- MADEIRA, Lina Maria Gonçalves Alves (2000), *Alberto da Veiga Simões: Esboço de Uma Biografia Política* (Tese de doutoramento em História). Coimbra: Universidade de Coimbra.
- MANN, Michael (2011), *Fascistas* (trad. do inglês). Lisboa: Edições 70.
- MARCHI, Riccardo (2007), *As Direitas Radicais em Portugal Durante o Estado Novo (1945-1974)* (Tese de doutoramento em História Política e Institucional no Período Contemporâneo). Lisboa: ISCTE.
- MARTINS, Jorge (2004), “O Moderno Anti-Semitismo em Portugal”, *Vária Escrita* 11: 291-336.
- MARTINS, Jorge (2006), *Portugal e os Judeus*. 3 volumes. Lisboa: Editorial Vega.
- MARTINS, Jorge (2010), *A República e os Judeus*. Lisboa: Nova Vega.
- MEA, Elvira Cunha de Azevedo (1997), *A Inquisição de Coimbra no Século XVI*. Porto: FEAA.
- MEA, Elvira Cunha de Azevedo (2021), *O Porto Judaico*. Porto: Evo Luna Edições.
- MEA, Elvira Cunha de Azevedo; STEINHARDT, Inácio (1997), *Ben-Rosh: Biografia do Capitão Barros Basto: O 'Apóstolo dos Marranos'*. Porto: Edições Afrontamento.
- MEDINA, João; BARROMI, Joel (1987/1988), “O Projecto de Colonização Judaica em Angola”, *Clio* 6: 79-105.
- MILGRAM, Avraham (ed.) (2003), *Entre la Aceptación y el Rechazo: América Latina y los Refugiados Judíos del Nazismo*. Jerusalém: Yad Vashem.

- MILGRAM, Avraham (2010), *Portugal, Salazar e os Judeus*. Lisboa: Gradiva.
- MILGRAM, Avraham (2020), “Crypto-Jews, Sephardim, Ashkenazim, and Refugees from Nazi Europe in Early Twentieth-Century Portugal: Together and Apart”, *Contemporary Jewry* 40: 607-626.
- MILGRAM, Avraham; SENKMANN, Leonardo (eds) 2020, *Cultura, Ideología y Fascismo: Sociedad Civil Iberoamericana y Holocausto*. Madrid: Iberoamericana Vervuert.
- MUCZNIK, Esther (2021), *Judeus Portugueses: Uma História de Luz e Sombra*. Lisboa: Manuscrito.
- MUCZNIK, Esther et al (coords) (2009), *Dicionário do Judaísmo Português*. Lisboa: Editorial Presença.
- MÜHLEN, Patrick von zur (2012), *Caminho de Fuga Espanha-Portugal: A Emigração Alemã e o Êxodo para Fora da Europa de 1933 a 1945*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MURRAY, Douglas (2020), *A Insanidade das Massas: Como a Opinião e a Histeria Envenenam a Nossa Sociedade* (trad. do inglês). Lisboa: Edições Saída de Emergência.
- NACHAMA, Andreas (dir.) (2010), *Berlin 1933-1945: Between Propaganda and Terror*. Berlin: Stiftung Topographie des Terrors.
- NUNES, Adérito Sedas (1970), “Questões Preliminares sobre as Ciências Sociais”, *Análise Social* 8 (30/31): 201-298.
- NUNES, João Paulo Avelãs (2007), “A ‘Boa Propaganda’, A ‘Má Propaganda’ e O Ensino da História”, *Revista Portuguesa de História* 39: 165-182.
- NUNES, João Paulo Avelãs (2008), “Deontologia, Desempenho Profissional e Utilidade Social”, *O Ensino da História* 32 (III Série): 21-23.
- NUNES, João Paulo Avelãs (2011), “Neo-Darwinism and Politico-Ideological Concepts in Portugal During the First Half of the 20th Century”. In: PEREIRA, Ana Leonor et al (eds), *Darwin, Evolution, Evolutionisms*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra: 151-155.
- NUNES, João Paulo Avelãs (2013a), “A Memória Histórica Enquanto Tecnologia: Estado Novo, Desenvolvimento e Democracia”. In: PIMENTEL, Irene Flunser; REZOLA, Maria Inácia (coords), *Democracia, Ditadura: Memória e Justiça Política*. Lisboa: Edições Tinta-da-China: 363-384.
- NUNES, João Paulo Avelãs (2013b), “O Estado, a Historiografia e Outras Ciências/Tecnologias Sociais”. In: NUNES, João Paulo Avelãs; FREIRE, Américo (coords), *Historiografias Portuguesa e Brasileira no Século XX: Olhares Cruzados*. Coimbra e Rio de Janeiro: Imprensa da Universidade de Coimbra e Editora Fundação Getúlio Vargas: 53-79.
- NUNES, João Paulo Avelãs (2014), “Darwinismo Social e Antisemitismo: O Caso Português”, *Cultura, Espaço & Memória* 5: 117-132.

NUNES, João Paulo Avelãs (2016), “Património Cultural, Museus e Desenvolvimento: Conceitos Teóricos, Políticas Públicas e ‘Sociedade Civil’”. In: TEIXEIRA, Sidélia S. (org.), *Patrimônio e Museus na Contemporaneidade*. Salvador: EDUFBA: 27-52.

NUNES, João Paulo Avelãs (2017), “História e Historiografia, Património Cultural e Museologia, Lazer e Turismo Culturais: Uma Abordagem Deontológico-Epistemológica e Teórico-Metodológica”, *Revista de Teoria da História* 17 (1): 162-182.

NUNES, João Paulo Avelãs (2019a), “A Memória Histórica como Instrumento de Controlo Durante o Estado Novo Português: O Exemplo do Antissemitismo”. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; MONTEIRO, Maria Elizabeth Brêa (orgs), *O Controle dos Corpos e das Mentes: Estratégias de Dominação dos Regimes Fascistas e Autoritários*. Rio de Janeiro e São Paulo: Arquivo Nacional e LEER/USP: 87-113.

NUNES, João Paulo Avelãs (2019b), “Historiografia, Ensino da História e ‘Questões Fracturantes’: Uma Perspectiva de Didáctica da História”. In: LUÍS, Ana R. et al (coords), *A Formação Inicial de Professores nas Humanidades: Reflexões Didácticas*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra: 89-114.

NUNES, João Paulo Avelãs (2020), “Antijudaísmo e Antissemitismo Moderado, em Portugal, nas Décadas de 1930 e 1940”. In: SENKMANN, Leonardo; MILGRAM, Avraham (eds), *Cultura, Ideologia y Fascismo: Sociedad Civil Iberoamericana y Holocausto*. Madrid: Iberoamericana Vervuert: 305-342.

NUNES, João Paulo Avelãs (2021a), “Historiografia e Tecnologias Derivadas: Relevância Social, Epistemologia e Deontologia”. In: VAQUINHAS, Irene Maria et al (coords), *História, Empresas, Arqueologia Industrial e Museologia*. Coimbra: Imprensa Universidade de Coimbra: 343-366.

NUNES, João Paulo Avelãs et al (2021b), “Interview with Avner Gvaryahu and Avihai Stollar, directors of Breaking the Silence”, *Estudos do Século XX* 21: 173-184.

NUNES, João Paulo Avelãs (2022), “O Ensino da História e a Formação para uma Cidadania Democrática: Uma Abordagem Historiográfica e de Didáctica da História numa Época de Crise”, *Estudos do Século XX* 22: 177-194.

PAIVA, José Pedro (2004), “As Entradas da Inquisição, na Vila de Melo, no Século XVII: Pânico, Integração/Segregação, Crenças e Desagregação Social”, *Revista de História das Ideias* 25: 169-208.

PAIVA, José Pedro; MARCOCCI, Giuseppe (2013), *História da Inquisição Portuguesa (1536-1821)*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

PARNES, Livia (2002), *Présences Juïves dans le Portugal Contemporain (1820-1939)*. 2 volumes (Tese de doutoramento em História das Civilizações). Paris: EHESS.

PEREIRA, Ana Leonor (2001), *Darwin em Portugal: Filosofia, História, Engenharia Social (1865-1914)*. Coimbra: Livraria Almedina.

- PHAYER, Michael (2000), *The Catholic Church and the Holocaust (1930-1965)*. Bloomington: Indiana University Press.
- PIMENTEL, Irene Flunser; NINHOS, Cláudia (2013), *Salazar, Portugal e o Holocausto*, Lisboa: Temas e Debates.
- PIMENTEL, Irene Flunser (2020), *Holocausto*. Lisboa: Temas e Debates.
- PITA, Gabriel de Jesus (1995), *A Igreja Católica perante o Nacionalismo Português do Estado Novo: A Revista Lumen (1937-1945)*. 2 volumes (Dissertação de mestrado em História Contemporânea). Lisboa: Universidade de Lisboa.
- PLUCKROSE, Helen; LINDSAY, James (2021), *Teorias Cínicas* (trad. do inglês). Lisboa: Guerra & Paz.
- REIS, Maria de Fátima; PINTO, Paulo Mendes (coords) (2019), *Identidade e Memória Sefar dita: História e Actualidade. Terra(s) de Sefarad 2017. Encontros de Culturas Judaico-Sefarditas*. Bragança: CMB/Ideias Emergentes.
- ROHR, Isabelle (2008), *The Spanish Right and the Jews (1898-1945)*. Londres: Sussex Academic Press.
- ROTHER, Bernd (2005), *Franco y el Holocausto* (trad. do inglês). Madrid: Marcial Pons.
- ROUDINESCO, Elisabeth (2022), *O Eu Soberano: Ensaio sobre as Derivas Identitárias* (trad. do francês). Rio de Janeiro: Zahar.
- ROZETT, Robert; SPECTOR, Shmuel (eds) 2000, *Encyclopedia of the Holocaust*. Jerusalém: Yad Vashem.
- SANTOS, Boaventura Sousa (coord.) (2003), *Conhecimento Prudente para Uma Vida Decente: 'Um Discurso sobre as Ciências' Revisitado*. Porto: Edições Afrontamento.
- SCHAEFER, Ansgar (2014), *Portugal e os Refugiados Judeus Provenientes do Território Alemão*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- SCHRAG, Peter (2019), *The World of Aufbau: Hitlers Refugees in America*. Madison: The University of Wisconsin Press.
- SEN, Amartya (2007), *Identidade e Violência* (trad. do inglês). Lisboa: Edições Tinta-da-China.
- TAVARES, Maria José Ferro (1979), *Os Judeus em Portugal no Século XIV*. Lisboa: Guimarães & C^a.
- TAVARES, Maria José Ferro (1982-1984), *Os Judeus em Portugal no Século XV*. 2 volumes. Lisboa: INIC.
- TAVIM, José Alberto R. Silva et al (orgs) (2020), *As Diásporas dos Judeus e Cristãos-Novos de Origem Ibérica entre o Mar Mediterrâneo e o Oceano Atlântico: Estudos*. Lisboa: Centro de História.

- TRAVERSO, Enzo (2012), *O Passado, Modos de Usar* (trad. do francês). Lisboa: Edições Unipop.
- TURDA, Marius; GILLETTE, Aaron (2016), *Latin Eugenics in Comparative Perspective*. Londres: Bloomsbury Academic.
- VARGAS LLOSA, Mario (2018), *O Apelo da Tribo* (trad. do castelhano). Lisboa: Quetzal.
- VATTIMO, Gianni (1987), *O Fim da Modernidade: Nihilismo e Hermenêutica na Cultura Pós-Moderna*. Lisboa: Editorial Presença.
- VITAL, David (2009), *A People Apart: The Jews in Europe (1789-1939)*. Oxford: Oxford University Press.
- WASSERSTEIN, Bernard (2012), *On the Eve: The Jews of Europe Before the Second World War*. Londres: Profile Books.
- WHIGHAM, Kerry (2022), *Resonant Violence: Affect, Memory, and Activism in Post-Genocide Societies*. Londres: Rutgers University Press.
- WILKE, Carsten L. (2009), *História dos Judeus Portugueses* (trad. do francês). Lisboa: Edições 70.
- WINOCK, Michel (1982), *Nationalisme, Antisemitisme et Fascisme en France*. Paris: Éditions du Seuil.

FONTES PRIMÁRIAS PARA A COMPREENSÃO DO RACISMO E DO ANTIRRACISMO BRASILEIRO: POR DENTRO DO ARQUIVO ARTHUR RAMOS

por

Daniel Florence Giesbrecht¹

Resumo: Durante o último quartel do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, intensificaram-se as discussões a respeito do conceito de “raça” e sua relação com a suposta hierarquia humana, sob o prisma da antropologia física e criminal. Diante desse contexto racista, destacou-se o médico e antropólogo Arthur Ramos de Araújo Pereira. Este artigo tem como objetivo discorrer sobre o legado e compromisso dos estudos de Arthur Ramos, como intelectual antirracista, e sua preocupação em desmascarar distorções sobre as concepções de “raça”, especialmente a partir da década de 1930. Para a realização deste estudo, foram usados referenciais bibliográficos e documentais, sobretudo fontes primárias que estão sob a guarda da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, Brasil. Numa sociedade na qual a intolerância se manifesta de diversas maneiras, sendo o racismo uma das mais prevalentes, reconhecer a contribuição da obra de Arthur Ramos é de suma importância para aqueles comprometidos com a busca pela equidade e pela erradicação dos preconceitos no mundo atual.

Palavras-chave: Arthur Ramos; Racismo e Antirracismo; Brasil.

Abstract: During the last quarter of the 19th century and the first decades of the 20th century, discussions about the concept of “race” and its relationship with the supposed human hierarchy were intensified, from the perspective of physical and criminal anthropology. Given this racist context, the physician and anthropologist Arthur Ramos de Araújo Pereira stood out. This article aims to discuss the legacy and commitment of the studies of Arthur Ramos, as an anti-racist intellectual and his concern to unmask distortions about the conceptions of “race”, especially from the 1930s. For the elaboration of this study, bibliographic and documentary references were used, particularly primary sources that are under the custody of the Division of Manuscripts at the National Library in Rio de Janeiro, Brazil. In a society in which intolerance manifests itself in different ways, racism being one of the most prevalent, recognizing the contribution of Arthur Ramos' work is of paramount importance for those committed to the search for equity and the eradication of prejudice in today's world.

Keywords: Arthur Ramos; Racism and Antiracism; Brazil.

¹ Doutorando em História Contemporânea na Universidade de Coimbra e investigador do Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20) na mesma universidade. Este trabalho é financiado por fundos nacionais e comunitários através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia pela bolsa de doutoramento 2021.04805.BD. E-mail: profdanielflorence@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4142-6860>.

INTRODUÇÃO

O conhecimento histórico e antropológico desempenha um papel crucial no combate à intolerância, fornecendo instrumentos analíticos fundamentais para compreender as origens e dinâmicas das diversas formas de discriminação racial presentes nas sociedades humanas. Como bem apontou Octavio Ianni (2004), ao descobirmos os principais elementos históricos e culturais que influenciam a construção de conceitos, como raça e classe, estamos dando os primeiros passos para compreendermos como os discursos racistas se desenvolveram em determinados períodos. Em particular, no caso brasileiro, essa abordagem nos permite identificar padrões e avaliar as condições sociais, políticas, econômicas e culturais que favoreceram sua disseminação.

Ao analisarmos as contribuições dos pioneiros do pensamento social brasileiro, a problemática racial revela-se, sem dúvida, repleta de preconceitos, o que evidencia a relevância de um elemento crucial na história da cultura brasileira: o processo de construção da identidade nacional. Recuperando um breve legado da incipiente sociologia brasileira entre o final do século XIX e o início do XX, intelectuais como Sílvio Romero (1851-1914)², Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906)³ e Euclides da Cunha (1866-1909)⁴,

² Um exemplo das inúmeras classificações raciais que emergiam pode ser verificado através do trabalho do advogado e sociólogo brasileiro Sílvio Romero. Formado pela Faculdade de Direito do Recife e “baseando-se nas explicações naturalistas da evolução da sociedade, Romero toma o mestiço como base para a formação do povo brasileiro. De acordo com ele, o Brasil seria o produto de três correntes raciais: o branco europeu (grego-latino) que veio para o Brasil com os portugueses e seria inferior aos povos germano-saxões; os negros africanos, que jamais criaram uma civilização, considerados como derrotados na escala etnográfica; e os índios aborígenes, os mais inferiores entre todos os outros grupos” (Rangel, 2015: 17). A respeito dos trabalhos e atuação de Sílvio Romero a partir da Faculdade de Direito do Recife, *vide* Schwarcz, 1993.

³ A Faculdade de Medicina da Bahia ocupou um lugar de destaque com a presença do médico maranhense aí radicado, Raimundo Nina Rodrigues, que se converteu no principal difusor no Brasil da ideia científica do darwinismo social, internacionalmente aceita na época, de que a mistura de raças seria prejudicial. Portanto, segundo essa visão, um país formado por raças muito diferentes estava fadado à decadência. Além disso, ele pregava a separação das raças; assim, a seleção natural num regime competitivo prejudicaria as raças inferiores, que seriam eliminadas ou controladas. Esse diagnóstico do médico tinha respaldo nos exemplos de embriaguez, de loucura, de epilepsia e de violência encontrados em marginais e documentados pela medicina legal. Durante o século XIX, os estudos antropométricos dos crânios humanos foram realizados como modo de sustentação das hipóteses da antropologia criminal, preocupada em encontrar um tipo físico comum aos indivíduos considerados desviantes (Corrêa, 2013).

⁴ Os escritos de Euclides da Cunha nasceram de uma postura política empenhada, a qual complementaria a largueza do âmbito de interesses que estava em jogo naquele cenário político e social do início do período republicano brasileiro. A consideração da viabilidade de promover a dinamização da sociedade implicava necessariamente superar qualquer traço de monarquismo e abraçar os princípios de uma república, o que, por sua vez, conduziu a interpretações com uma forte conotação racial. Isso ficava ainda mais evidente quando o autor visava enfatizar a dicotomia entre um “litoral urbano e civilizado” e um “interior rural e atrasado”, no qual se engajava em teorias fundamentadas em pressupostos evolucionistas. Essas abordagens criaram estereótipos que reforçaram a ideia de que a população sertaneja, em particular, estava num nível inferior no desenvolvimento civilizacional (Carvalho, 2011).

mesmo nos diferentes ramos em que atuaram, já apontavam em seus trabalhos manifestações racialistas que viriam estabelecer grande influência na interpretação da formação da identidade nacional brasileira, condenando determinados grupos (negros, mestiços e indígenas, por exemplo) a estereótipos depreciativos, forjados por meio de paradigmas influenciados pelo pensamento antropológico estrangeiro — principalmente pela escola francesa e seu positivismo comtiano, pelo darwinismo social inglês e pela escola criminal italiana, teorias pautadas pela crença na hierarquização de povos e culturas, tendo o modelo europeu como referência para estabelecer assimetrias entre grupos humanos (Matos, 2018).

Nesse sentido, a importação dessas teorias enfraqueceu a capacidade hermenêutica de se pensar a realidade brasileira, pois o estado civilizatório do país estaria, *a priori*, definido como “inferior”, em relação à etapa alcançada pelos europeus, e o conceito de “raça” seria determinante para compreendermos as diferenças entre as sociedades humanas, de acordo com as diretrizes evolucionistas em voga no período.

No caso brasileiro, a problemática racial é complexa: ela é vista como explicativa da base fundamental de toda a história, de toda a política, da estrutura social, de toda a vida estética e moral da nação. A política de imigração desenvolvida a partir de meados do século XIX vem ainda corroborar as teorias raciais do período, além do romantismo ter elevado o indígena como símbolo nacional e ignorado completamente a presença do negro, tornando as reflexões em relação ao cruzamento interracial superficiais e pouco esclarecedoras.

Como fato político, a abolição da escravatura (1888) marca o início de uma nova ordem onde o negro deixa de ser mão-de-obra escrava para se transformar em trabalhador livre, mas estigmatizado como cidadão de segunda categoria, aparecendo assim, como fator dinâmico da vida social e econômica brasileira, o que faz com que, ideologicamente, sua posição fosse reavaliada por alguns intelectuais, dentre eles, o médico e antropólogo alagoano Arthur Ramos de Araújo Pereira (1903-1949).

Formado dentro do dogmatismo cientificista de sua época, Arthur Ramos graduou-se em medicina (1926) pela Universidade Federal da Bahia, até então o grande baluarte *spenceriano* brasileiro. Discípulo de Nina Rodrigues, aventurou-se desde cedo pelos meandros de uma ciência, a qual dificilmente imaginaria que ajudaria a se consolidar no Brasil: a antropologia. Ressignificando de forma ousada conceitos até então cristalizados por boa parte da *intelligentsia* brasileira, inclusive por seu próprio mestre, Nina Rodrigues, a obra de Ramos tornou-se vanguarda no que tange aos estudos da população negra e mestiça brasileira.

Em 1934, com a conclusão de *O Negro Brasileiro*, Ramos reinterpreta completamente o trabalho anterior de Nina Rodrigues, *Os Africanos no Brasil*. Sua maior contribuição foi perceber a diversificada colaboração da imigração africana no país para a

construção de fenômenos culturais (festivos, religiosos, culinários, entre outros) difusos, e que dependiam das áreas africanas culturais de origem dessas populações (Ramos, 1940; Rodrigues, 2010).

Nina Rodrigues, utilizando a antropometria, identificou duas grandes áreas de imigração africana ao Brasil. Uma de etnia *bantu* (originária do Congo e de Angola), que se estabeleceu no sudeste brasileiro, e outra de etnia sudanesa (do Golfo da Guiné) estabelecida no nordeste, principalmente na Bahia. Devido a essa circunstância, o afrodescendente baiano herdaria o padrão social relativo à etnia sudanesa.

Por outro lado, Artur Ramos estudou os aspectos culturais relativos aos *bantus* e aos sudaneses trazidos desde suas áreas de origem. Percebeu que havia uma significativa influência da cultura *bantu*, basicamente animista (que acredita na presença de almas na manifestação dos fenômenos da natureza), na formação do candomblé baiano, enquanto boa parte dos sudaneses tinha chegado islamizada (muçulmana) e sua contribuição para o candomblé teve menor peso. Dessa forma, visou demonstrar como a cultura dos grupos e a circulação cultural entre eles eram fundamentais para a constituição de uma sociedade, e não apenas o seu caráter étnico de origem.

As pesquisas de Arthur Ramos abarcam desde os mistérios da cosmogonia religiosa afro-brasileira até reflexões inovadoras acerca da psiquiatria, num mundo que ainda procurava compreender as ideias recentes da psicanálise de Sigmund Freud (1856-1939) — seu amigo e correspondente. Em 1935 publicou *As Culturas Negras no Novo Mundo*, trabalho no qual faz um vasto mapeamento das áreas culturais negras da América do Norte, do Caribe e da América do Sul (Ramos, 1946). Com esse trabalho, o médico alagoano se tornará internacionalmente conhecido.

Sem preocupar-se em se abster, militou incessantemente, até ao último dia de vida, sob o cargo de Diretor de Ciências Sociais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em prol da construção de uma agenda antirracista, buscando a libertação de negros e mestiços do determinismo que os condenava desde Leclerc, Lombroso, Galton e Gobineau⁵.

⁵ Uma das principais obras que cumpriu o papel de articular o pensamento racial é *Essai Sur l'Inégalité des Races Humaines* ("Ensaio Sobre as Desigualdades das Raças Humanas" — tradução nossa), escrita pelo diplomata francês Arthur de Gobineau (1816-1882), publicada entre 1853 e 1855. Para esse autor, toda a produção humana deriva de uma dinâmica das raças, sendo as mais avançadas manifestações culturais uma ação direta ou indireta das raças brancas, em particular de "linhagem ariana". Gobineau era um ferrenho contestador da miscigenação que, segundo ele, conduziria à degeneração racial, comprometendo o avanço civilizacional.



Fig. 1. O Batuque do Preto Velho [s.d.] foi registrado numa fotografia realizada por Arthur Ramos e incluída na obra *A Casa das Minas*, de Nunes Pereira, a primeira pesquisa no Brasil sobre o candomblé do Daomé. A introdução do livro foi elaborada por Arthur Ramos em 1947 a convite do autor. Fonte: Arquivo Arthur Ramos [Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro — Brasil].

Devido à sua destacada atuação, tanto na esfera civil quanto acadêmica, Arthur Ramos tornou-se uma figura essencial para a compreensão das dinâmicas sociais do seu tempo, especialmente durante um período marcado por intensos debates sobre a construção da identidade nacional brasileira. Diante desse contexto, o presente artigo, dividido em duas partes, tem como objetivo explorar a importância do legado do trabalho de Arthur Ramos. Na primeira parte, abordaremos a relevância do Arquivo Arthur Ramos, atualmente sob a guarda da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Brasil, a partir de uma perspectiva histórico-arquivística, visando identificar suas principais características. No segundo momento, analisaremos, com base em fontes primárias contidas no Arquivo, o engajamento antirracista desse intelectual, especialmente a partir da década de 1930. Dessa forma, visamos contribuir para uma melhor compreensão das relações existentes entre o racismo e a formação social e cultural brasileira, bem como os movimentos de resistência antirracista que se estabeleceram como antítese.

1. ARTHUR RAMOS E SUA IMPORTÂNCIA PARA A COMPREENSÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA

Desde 2019, desempenhamos estudos nas áreas da antropologia histórica e história das ciências, mais particularmente a respeito do racismo científico, darwinismo social e eugenia. Ao debruçar-nos sobre tais temáticas, percebemos que uma das metodologias possíveis para tentar compreender esses fenômenos e as repercussões deles entre o final do século XIX até à primeira metade do século XX seria identificar e analisar periódicos científicos produzidos por sociedades e associações organizadas durante esse período, ainda sob o resguardo de bibliotecas, arquivos e coleções particulares — ou as que ainda estivessem em atividade, como é o caso da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAÉ)⁶.

Foi em meio a essas investigações, particularmente àquelas a respeito das relações entre a história do pensamento eugênico e suas correlações com as teorias racialistas, que nos deparamos com a figura de Arthur Ramos, chamando-nos a atenção para, além da sua importância no processo de institucionalização da antropologia no Brasil, o seu engajamento e a sua militância para a consolidação de uma agenda antirracista.

Ao revisitar outro trabalho por nós realizado anteriormente, destacamos que, a antropologia concebida por Arthur Ramos se baseia em pesquisas de campo apoiadas em estudos etnológicos e etnográficos abrangentes, que buscaram examinar os aspectos culturais, tanto materiais quanto simbólicos, das populações indígenas e negras do país. Sua abordagem fundamenta-se na convicção incontestável de refutar a inferioridade racial, bem como as tipologias e estereótipos perpetuados pela medicina legal. Outrossim, estabeleceu uma forma de antropologia físico-cultural que permitiu uma nova perspectiva em relação aos antigos determinismos que condenavam uma parcela significativa dos brasileiros à degenerescência. Essas perspectivas o levaram a se envolver ativamente no campo político, assumindo uma posição de liderança em diversas iniciativas de combate ao racismo. Ele participou de congressos e se comprometeu em declarações relevantes, como o *Manifesto dos Intelectuais Brasileiros Contra o Preconceito Racial* (outubro de 1935), que teve a assinatura do sociólogo Gilberto Freyre (1900-1987) e do antropólogo e então diretor do Museu Nacional, Edgard Roquette-Pinto (1884-1954). Adicionalmente, se sobressaiu por se engajar no *Manifesto contra o Racismo*, lançado pela Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (SBAE) em 28 de agosto de 1942 (Giesbrecht, 2022: 145). Para Ramos, uma das chaves para compreender o racismo estava no exercício do entendimento de que ele não era algo intemporal, mas fruto de uma construção histórica pautada pelo eurocentrismo:

⁶ Sobre a SPAE, *vide* Matos, 2016, 2021.

É essa questão que temos diante dos olhos: a do valor mental do Negro. Nos tempos ominosos da escravidão, a ideia do Negro inferior, selvagem, bárbaro, foi uma invenção europeia, para a justificativa das tropelias de colonização e escravidão. Quem o disse foi o ariano Frobenius. Esta foi a primeira opinião estereotipada que passou às terras das Américas, naturalmente com nuances diferentes, aqui e ali. Os argumentos expendidos foram vários e todos baseados nessas estereotipias. Um dos argumentos históricos foi o da incapacidade civilizadora do Negro, que seria atestada pela inexistência de civilizações na África. Está provado agora que isso foi uma opinião decorrente de um erro de observação. A etnologia do século passado foi uma etnologia livresca, que não teve contacto com os chamados “primitivos” (Ramos, 1943: 99)⁷.

Arthur Ramos pode ser considerado um intelectual à frente do seu tempo, por ter repensado conceitos referentes às parcelas negra e mestiça da população brasileira, além de ter interpretado com precisão antropológica os significados das religiões de matriz africana. De 1926 a 1949, escreveu aproximadamente 458 trabalhos, muitos dos quais ainda inéditos e, atualmente, disponíveis no arquivo que expõe o seu nome na Biblioteca Nacional do Brasil, localizada na cidade do Rio de Janeiro. Esse espólio tornou-se parte do nosso cotidiano nos últimos anos, não apenas pela importância relacionada às nossas temáticas de interesse, mas principalmente por ser um raro exemplo brasileiro de exímio trabalho de catalogação, iniciado ainda no ano de 1985 pelo professor Waldir da Cunha e, a partir de 2000, sob a supervisão da então Chefe de Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional, Vera Lúcia Faillace, que coordenou as últimas etapas do catálogo e a informatização do acervo, entregando o fundo documental completo em 2003, ano do centenário do nascimento de Arthur Ramos (Biblioteca Nacional [Brasil], 2004).

O Arquivo Arthur Ramos é uma das mais extensas coleções sob a guarda da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional e seu conteúdo é composto por correspondências do titular e de terceiros, recortes de jornais, folhetos, fotografias, manuscritos, pesquisas e estudos sobre educação, medicina legal, psiquiatria, psicologia, sociologia, antropologia, folclore e etnografia (com cerca de cinco mil documentos recuperáveis em 4.860 verbetes). Esta coleção documental tem um valor relevante devido à sua catalogação eficiente, que inclui um inventário com um índice abrangente contendo informações sobre autores, títulos e temas, o que possibilita a realização de investigações sobre os diversos assuntos devido à fácil localização dos documentos arquivados.

⁷ Todos os documentos e fontes citadas neste artigo foram adaptados às regras do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.

O acervo expressa com precisão a principal característica que distinguiu Arthur Ramos de muitos de seus pares contemporâneos: as múltiplas diretrizes de conhecimento. Ramos se distancia do reducionismo da compartimentalização do conhecimento humano como estratégia de institucionalização do curso de ciências sociais na recém-criada Universidade do Brasil, na qual seria o responsável pela institucionalização da cadeira de antropologia, que esteve a seu cargo por mais de uma década, até seu afastamento em virtude do convite, realizado por Jaime Torres Bodet (1902-1974), para que integrasse a Unesco, no cargo de Diretor de Ciências Sociais⁸. Esse convite lhe incumbiu a missão de coordenar estudos sobre raça que desqualificassem as teorias deterministas e racistas oriundas do século XIX, as quais serviram de orientação para os crimes cometidos contra a humanidade durante a Segunda Guerra Mundial (Maio, 2015).

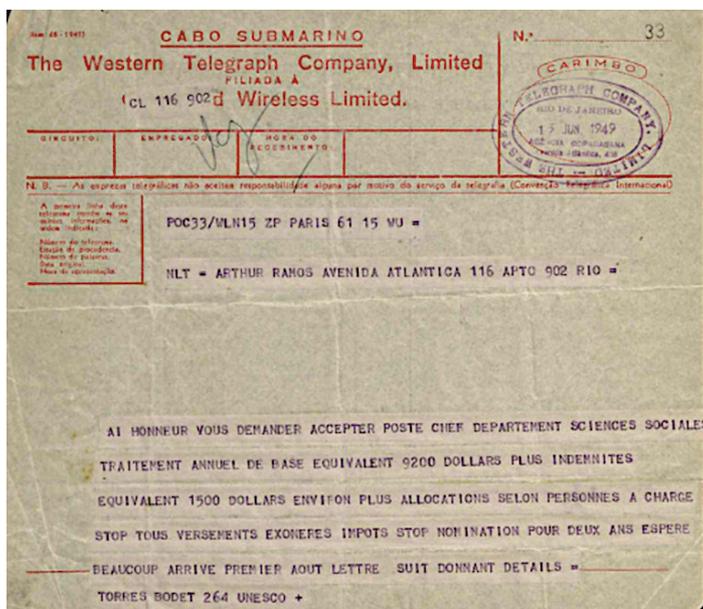


Fig. 2. Telegrama de Jaime Torres Bodet a Arthur Ramos convidando-o para assumir o cargo de chefe do Departamento de Ciências Sociais da Unesco. Paris [França]: [s.n.], 1949.

Fonte: Arquivo Arthur Ramos [Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro — Brasil].

⁸ Conforme pontua Barros (2000: 66), o “fazer antropológico” de Arthur Ramos se realizará em diversas esferas, especialmente a institucional, consolidando-se a partir da cadeira de antropologia, criada por ele, para a até então Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi). Esse desdobramento representou uma forma de delimitação nos estudos de Ramos, que, gradualmente, foi se afastando dos padrões estabelecidos pela Escola Nina Rodrigues e suas pesquisas o aproximaram mais da corrente dos culturalistas norte-americanos e de outros grupos de intelectuais brasileiros.

A documentação existente no arquivo pode ser dividida em algumas categorias para que tenhamos uma ideia da quantidade e qualidade de materiais disponíveis:

ARQUIVO ARTHUR RAMOS	
CORRESPONDÊNCIA ATIVA E PASSIVA	Inclui documentação escrita em português, espanhol, inglês, francês e alemão.
RECORTES DE JORNAIS	De grande variedade temática, permitem-nos compreender os matizes de interesse de Arthur Ramos, o seu engajamento político e a militância.
FOTOGRAFIAS	Para além de elementos sobre a vida pessoal de Arthur Ramos, encontramos importante documentação etnográfica e etnológica a respeito de seus estudos <i>in loco</i> , principalmente sobre as populações afro-brasileiras.
TEXTOS INÉDITOS E DOCUMENTOS DIVERSOS	Material sobre suas pesquisas de folclore, análise de prontuário de pacientes, estudos de medicina legal, além de vasta coletânea sobre religiões afro-brasileiras. Destaca-se a grande diversidade de estudos sobre a história da psiquiatria, psicologia, educação infantil e pedagogia.

Fig 3. Quadro elaborado pelo autor a partir do Inventário Analítico do Arquivo Arthur Ramos, publicado pela Fundação Biblioteca Nacional do Brasil (Biblioteca Nacional [Brasil], 2004).

Arthur Ramos estabeleceu preciosas redes de comunicação interprofissional com intelectuais de diferentes áreas de atuação, fato que lhe rendeu a ampliação de conceitos possíveis por meio de atividades interdisciplinares, resultando em revisão constante de seu trabalho e de suas teorias, bem como na ampliação de seus objetos de estudo. Basta uma breve leitura de sua correspondência para percebermos que Arthur Ramos rompeu vínculos restritos ao mundo acadêmico, aproximando-se do mundo artístico. Isso lhe rendeu, graças a sua sensibilidade ímpar com relação à cultura brasileira e mundial, encontros com o poeta lusitano José Osório de Oliveira (1900-1964) e com o artista plástico Cândido Portinari (1903-1962), para citarmos apenas dois exemplos. Esse exercício intelectual gerou trabalhos que superaram a tradição livresca e de gabinete da antropologia herdada do século XIX, tornando Ramos uma espécie de intelectual orgânico de seu tempo, com trabalhos voltados para a efetiva melhora das condições sociais da humanidade, confrontando cientificamente a violência racial e a guerra. Tais feitos o consagraram como um ativista social pela integração do negro, pela libertação feminina e pela luta contra o nazifascismo.

Ao contestar diversas teses racistas, sobretudo defendidas por eugenistas radicais, e introduzir análises mais sociológicas sobre a diversidade racial e cultural brasileira, Arthur Ramos foi de grande valia num momento em que o número de simpatizantes do modelo alemão de “higiene racial” crescia significativamente. Dessa forma, conhecer a obra deste intelectual alagoano é indispensável para todos os que desejam aprofundar os estudos sobre a formação da identidade cultural brasileira.

2. O ANTIRRACISMO EM ARTHUR RAMOS

Além da vasta produção científica, engajada como médico e antropólogo, Arthur Ramos propunha constantemente revisões sistemáticas de conceitos e premissas até então cristalizadas, como, por exemplo, a do suposto atraso dos denominados “povos primitivos”, no caso brasileiro, especialmente, das populações negra, indígena e mestiça. Tais pujantes realizações permitem-nos evidenciar determinados eventos que impactaram suas ações como “intelectual antirracista”, como a violência física e simbólica perpetrada contra determinados grupos étnicos e a difusão de teorias racistas no meio intelectual e político brasileiros, oriundas, principalmente, de ideias que circulavam no mundo anglo-saxônico e germânico.

No acervo do Arquivo Arthur Ramos se encontra o seu livro *Guerra e Relações de Raça*, publicado em 1943. Esse material, considerado uma obra rara, é talvez o seu texto mais contundente para compreendermos alguns dos motivos que influenciaram Ramos em engajar-se numa pioneira agenda antirracista. No decorrer de sua leitura, o autor nos deixa claro suas escolhas metodológicas em oposição às políticas segregacionistas e eugênicas implementadas desde a ascensão do III Reich na Alemanha, assim como suas consequências para o desequilíbrio da ordem mundial, da exacerbação do preconceito e do colonialismo (Ramos, 1943)⁹.

É também em *Guerra e Relações de Raça* que Ramos inseriu integralmente em seu apêndice documentos fundamentais para compreendermos a cronologia de sua campanha de combate ao racismo. Um deles remonta ao ano de 1935 e denomina-se *Manifesto*

⁹ No quinto capítulo, intitulado “Uma Análise Sexológica do III Reich”, Ramos apresenta suas reflexões sobre as contradições e implicações para o futuro racial da Alemanha, devido aos trágicos eventos ocorridos na noite de São Bartolomeu, em 30 de junho de 1934, quando membros do alto escalão da *Sturmabteilung* (SA), acusados de praticar atos homossexuais, foram assassinados. O autor, influenciado pelo seu contato com o pensamento freudiano, enfatiza a ligação intrínseca entre a “ação de limpeza a todas as formas de vício” (Ramos, 1943: 38), como um exemplo do que os nazistas poderiam concretizar contra minorias consideradas anormais.

dos Intelectuais Brasileiros contra o Preconceito Racial¹⁰. Nele, Arthur Ramos e outros renomados intelectuais se reuniram e assumiram diversos compromissos (acadêmicos e políticos), entre eles o de pactuarem em promover a valorização do processo de miscigenação, assim como de empenharem-se em afastar do Brasil as formas extremadas de racismo¹¹, dado que:

O movimento contra o preconceito racial visa não apenas combater as influências estranhas que nos querem arrastar para o turbilhão dos racismos truculentos, como também contribuir por todos os meios para o estudo dos problemas surgidos na nossa própria formação étnica, tendo sempre em mira promover maior harmonia e mais fraternal cordialidade entre os elementos que se vão caldeando na etnia brasileira (Ramos, 1943: 173).

Posteriormente à publicação do Manifesto em 1935, torna-se mais corriqueira a presença de um tipo de documentação encontrada no Arquivo Arthur Ramos, notadamente a que marca suas relações mantidas com intelectuais antirracistas, tanto no espaço pessoal, como no profissional e na imprensa da década de 1930 e 1940. Tal fato parece-nos refletir a dimensão dos estudos afro-brasileiros que vinham sendo elaborados naquela altura. Como exemplo, podemos destacar a ligação de Arthur Ramos com expoentes da militância negra, como Abdias do Nascimento (1914-2011), um dos organizadores da Convenção Nacional do Negro, encontro realizado por dois anos no Rio de Janeiro e em São Paulo e que propôs à Constituinte de 1946 a tipificação da discriminação racial como crime de lesa-pátria. Em carta enviada a Ramos em dezembro de 1945, Abdias submete à sua consideração o manifesto que seria remetido à nação da “Convenção do Negro Brasileiro”, no qual se reforçavam diversas demandas do movimento, antes do mesmo ser entregue ao Congresso Nacional, pelo então senador Hamilton Nogueira (1897-1981)¹².

¹⁰ O manifesto foi lançado no Rio de Janeiro em outubro de 1935 e contou, além de Arthur Ramos, com outros signatários, como Gilberto Freyre e Edgard Roquette-Pinto, assim como de outros nomes proeminentes da época. Entre eles estavam o matemático Inácio do Amaral (1883-1950), o médico e jornalista Maurício de Medeiros (1885-1966), o jurista e futuro Ministro do Supremo Tribunal Federal Hermes Lima (1902-1978), o promotor público e professor da Faculdade de Direito do Recife Joaquim Pimenta (1886-1963), o magistrado e diretor do gabinete de Identificação do Ceará Queiroz Lima (1886-1948), o político baiano Castro Rebello (1865-1939), o líder socialista Leônidas de Resende (1889-1950), o historiador Victor Vianna (1881-1937) e o médico e escritor Azevedo Amaral (1881-1942).

¹¹ Também podemos destacar para além das críticas ao racismo alemão, as influências do regime de segregação racial norte-americano para o engajamento antirracista de Arthur Ramos, especialmente após sua estada nos Estados Unidos, intermediada pelo historiador Richard Pattee (1906-2000), entre setembro de 1940 e março de 1941. Publicou nesse período diversos trabalhos em revistas, ministrou palestras e, alinhado à “democracia racial” de Gilberto Freyre, contribuiu com pesquisadores norte-americanos na luta contra o racismo (Giesbrecht, 2021).

¹² Carta de Abdias do Nascimento a Arthur Ramos submetendo a sua consideração o manifesto à nação da Convenção do Negro Brasileiro (Biblioteca Nacional do Brasil, 30 dez. 1945. N. de chamada: I-35,35,1.924).

Em 18 de junho de 1942, Arthur Ramos dava novo salto em sua busca pela institucionalização da antropologia fundando a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (SBAE), como uma espécie de prolongamento dos cursos que ministrava como professor catedrático na Universidade do Brasil. Com o claro objetivo de debater teorias, metodologias, o desenvolvimento científico nas áreas das ciências sociais e, sobretudo, os crimes de raça que para ele estavam sendo cometidos em nome da antropologia, não demorou muito para a SBAE colocar-se à frente das discussões sobre o racismo no Brasil e no mundo: aprovado por aclamação em sessão extraordinária realizada em 28 de agosto de 1942 nascia o *Manifesto contra o Racismo da Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia*. Segundo foi destacado nesse documento, o dever de combater o racismo é:

(...) tanto mais premente quanto estamos assistindo ao monstruoso fato de, em nome da Antropologia, se estarem cometendo os mais nefandos crimes da história da humanidade. A história do racismo, essa contrafação da nobre ciência do homem, já é bem conhecida por aqui ser recontada. Ela teve os seus precursores e os seus codificadores, aqueles que criaram toda uma teoria das raças baseada em termos biológicos exclusivos, com suas categorias de superioridades e inferioridades e o direito consequente que teriam as “raças superiores” de dominarem as outras, chamadas de “raças inferiores”, de povos escravos e dominados (Ramos, 1943: 177).

As posições políticas adotadas por Arthur Ramos foram consideradas “subversivas” pelos censores do Estado Novo (1937-1945), liderado por Getúlio Vargas. Ele foi acusado de promover um racismo antirracista, ou seja, de tentar demonstrar a superioridade dos negros em relação aos brancos, além de ser associado a uma possível inclinação ao socialismo. Essas acusações resultaram em um pedido de prisão emitido pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio de Janeiro em 24 de março de 1942. No entanto, após prestar esclarecimentos, Ramos foi liberado (Barros, 2000: 61). É importante ressaltar que essas acusações surgiram durante o período da ditadura varguista, em meio à Segunda Guerra Mundial e ao início da Guerra Fria, momentos caracterizados por um intenso maniqueísmo e violência tanto material quanto simbólica.

Em tempos de profundo negacionismo, a “subversão” de Arthur Ramos era, talvez, a que hoje alguns poderiam considerar das mais perigosas: pensar cientificamente. Indivíduo de carreira intelectual ímpar e consolidada, Arthur Ramos era um personagem altamente respeitado entre seus pares, inclusive aqueles que não corroboravam suas visões e paradigmas. Suas ideias eram para aquele tempo histórico, numa analogia braudeliana, “avançadas” e “perigosas”, um verdadeiro arsenal de vanguarda que, atualmente, ainda fazem parte das demandas pela equidade da sociedade, especialmente àquelas que permeiam questões raciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Adentrar o universo da obra de Arthur Ramos possibilita-nos apreender a importância da indissociabilidade entre o “ser intelectual” e o “ser histórico”. Ramos conseguiu, com o seu trabalho, articular as teorizações acadêmicas e práticas antropológicas em seu *ethos* de ciência social aplicada. Enfatizou, assim, a importância da pesquisa de campo e o respeito pela cultura negra aviltada pela ação policial, por meio de produção acadêmica engajada e que acentuava a importância do intelectual numa sociedade brasileira elitista e discriminadora.

Nos primeiros anos após a Segunda Guerra Mundial percebe-se um descrédito, ao menos conceitual e semântico, do racismo científico e do evolucionismo como explicação para as diferenças culturais e sociais, assim como da eugenia como utopia pragmática de consecução civilizacional (Skidmore, 1976). Diante disso, os trabalhos e engajamento de Arthur Ramos potencializaram seu poder de reconhecimento, pois demonstravam uma nova perspectiva de abordagem de como ocorrera no Brasil o processo de integração racial, o qual teria resultado na constituição de uma rica identidade e cultura nacional de cunho mestiça. Com isso, Ramos firmara-se como autor de referência, sobre o tema da discussão racial. Para além da passagem de Arthur Ramos pelo cargo de Diretor de Ciências Sociais da Unesco (fato que optamos em não aprofundar neste artigo), é possível perceber a repercussão de suas ideias através de outros autores, patrocinados pela entidade, sobre a questão racial, tendo sido, inclusive, compilados dois volumes de trabalhos sob o título *Raça e Ciência* (Comas et al, 1970; Dunn et al, 1972).

A temática racial é sempre latente. Ao examinarmos pormenorizadamente as ideias presentes nas obras de Arthur Ramos, é evidente a preocupação do autor em desmascarar as distorções existentes em sua época sobre as concepções de raça e a hierarquização decorrente do racismo etnocêntrico propagado desde o século XIX. Além disso, os estudos de Arthur Ramos podem ser considerados um mecanismo de denúncia contra os perigos das ideologias que, em nome de uma suposta supremacia de certos grupos sobre outros, justificam a violência e a opressão por parte daqueles que se consideram superiores. Dessa forma, tendo em vista que o conhecimento histórico e antropológico pode nos permitir uma melhor compreensão das raízes estruturais das intolerâncias, capacitando-nos a desconstruir visões estereotipadas e promover a empatia, estabelecendo pontes de diálogo e respeito mútuo, reconhecer a contribuição da obra de Arthur Ramos é de suma importância para aqueles comprometidos com a busca pela equidade e pela erradicação dos preconceitos no mundo atual.

FONTES

BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL) (2004), *Arquivo Arthur Ramos: Inventário Analítico*. Rio de Janeiro: Edições Biblioteca Nacional.

BODET, Jaime Torres (1949), *Telegrama a Arthur Ramos convidando-o para assumir o cargo de chefe do Departamento de Ciências Sociais da Unesco*. Biblioteca Nacional do Brasil, jan. 1949. N. de chamada: I-35,24,754.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL), *Arquivo Arthur Ramos*. Divisão de Manuscritos. Rio de Janeiro.

NASCIMENTO, Abdias do (1945), *Carta a Arthur Ramos submetendo a sua consideração o manifesto à nação da Convenção do Negro Brasileiro*. Biblioteca Nacional do Brasil, 30 dez. 1945. N. de chamada: I-35,35,1.924.

NUNES, Pereira (1947), *A Casa das Minas* (Introdução de Arthur Ramos). Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia.

RAMOS, Arthur (1940 [1934]), *O Negro Brasileiro*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

RAMOS, Arthur (1943), *Guerra e Relações de Raça*. Rio de Janeiro: Departamento Editorial da União Nacional dos Estudantes.

RAMOS, Arthur (1946 [1935]), *As Culturas Negras no Novo Mundo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

RODRIGUES, Raimundo Nina (2010 [1932]), *Os Africanos no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti (2000), *Arthur Ramos e as Dinâmicas Sociais de seu Tempo*. Maceió: Edufal.

CARVALHO, Raquel Alves de (2011), *A Construção da Identidade e da Cultura dos Povos do Campo, entre o Preconceito e a Resistência: O Papel da Educação* (Tese de doutorado em Educação). São Paulo: Universidade Metodista de Piracicaba.

COMAS, Juan; LITTLE, Kenneth Lindsay; CHAPIRO, Harry Lionel; LEIRIS, Michael; LÉVI-STRAUSS, Claude (1970), *Raça e Ciência I*. São Paulo: Perspectiva.

CORRÊA, Mariza (2013), *As Ilusões da Liberdade: A Escola Nina Rodrigues e a Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

DUNN, Leslie Clarence; MORANT, Geoffrey Miles; CHAPIRO, Harry Lionel; ROSE, Arnold Marshall; KLINEBERG, Otto; JAHODA, Marie (1972), *Raça e Ciência II*. São Paulo: Perspectiva.

GIESBRECHT, Daniel Florence (2021), “A Antropologia de Arthur Ramos: Contribuições para a Consolidação de uma Agenda Antirracista”. In: SILVA, Adriano Rosa da; FILPO, Klever Paulo Leal; ALMEIDA, Marcelo Pereira de; TEIXEIRA, Marcia Cavalcanti (orgs) (2021), *Desigualdade e Solução de Conflitos*. Rio de Janeiro: Pembroke Collins: 474-489.

GIESBRECHT, Daniel Florence (2022), “Arthur Ramos: Pioneirismo e Militância Antirracismo no Brasil (1926-1949)”, *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* 62: 139-153.

GOBINEAU, Arthur de (1853), *Essai Sur l'Inégalité des Races Humaines*. Paris: Librairie de Firmin Didot Frères.

IANNI, Octávio (2004), *Raças e Classes Sociais no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense.

MAIO, Marcos Chor (2015), “Caminhos de Arthur Ramos: a Busca do Brasil como Processo Civilizatório”. In: LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto, *Médicos Intérpretes do Brasil*. São Paulo: Hucitec: 362-389.

MATOS, Patrícia Ferraz de (2016), “Anthropology in Portugal: The Case of the Portuguese Society of Anthropology and Ethnology (SPAEE), 1918”. In: DARNELL, Regna; GLEACH, Frederic (orgs), *Local Knowledge: Global Stage*, volume 10 de *Histories of Anthropology Annual*. Lincoln e Londres: University of Nebraska Press: 53-97.

MATOS, Patrícia Ferraz de (2018), “‘Raça’, Miscigenação e Preconceito: Desafios Actuais Perante a Evolução do Pensamento Social (e Racial e Nacional) Brasileiro”, *Portuguese Studies Review* 26 (1): 273-298.

MATOS, Patrícia Ferraz de (2021), “A Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia (SPAEE), 1918-2021: Mais de 100 Anos ao Serviço da Ciência e da Comunidade”. In: POLÓNIA, Amélia; RIBEIRO, Fernanda; PEREIRA, Gaspar Martins; NUNES, Henrique Barreto; ALVES, Jorge Fernandes; CAPELA, José Viriato; ALVES, Luis Alberto; PEREIRA, Maria da Conceição (orgs), *Não nos Deixemos Petrificar: Reflexões no Centenário do Nascimento de Victor de Sá*. Porto: CITCEM e FLUP: 111-129.

RANGEL, Pollyanna Soares (2015), “Apenas uma Questão de Cor? As Teorias Raciais do Século XIX e XX”, *Revista Simbiótica* 2 (1): 12-21.

SCHWARCZ, Lilia Moritz (1993), *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras.

SKIDMORE, Thomas (1976), *Preto no Branco: Raça e Nacionalidade no Pensamento Brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra.

EUGENIA LATINA EM PORTUGAL E NO BRASIL (PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX)

por

Maria Julieta Weber¹

Resumo: O estudo sobre a eugenia remete para a apreensão de distintos movimentos intelectuais e historicidades próprias nos processos de formação de nacionalismos e suas respectivas construções identitárias. Este artigo estabelece comparativos entre Portugal e o Brasil, no contexto da primeira metade do século XX, de forma a discernir, especificamente, sobre algumas das questões centrais para a eugenia denominada latina, ou seja, do pensamento eugênico em países considerados de herança latina. A bibliografia utilizada permite distinguir diferenças e aproximações entre a eugenia latina e a eugenia maioritariamente adotada em países do norte da Europa. São analisadas proposições de fundamentação da denominada ciência eugênica, que também em suas formas latinas propagaram noções de superioridade cultural e ideias de cunho racial.

Palavras-chave: Eugenia latina; Portugal; Brasil.

Abstract: The study on eugenics refers to the apprehension of distinct intellectual movements and their own historicity in the formation process of nationalisms and their respective identity constructions. This article established some comparisons between Portugal and Brazil during the first half of the 20th century aiming to specifically discern some of the fundamental issues of so-called Latin eugenics, i.e., the eugenic thinking in countries considered to be of Latin heritage. The bibliographical research aimed to distinguish differences and similarities between Latin eugenics and eugenics adopted in northern European countries. Based on the consulted authors, several proposals were investigated to justify the so-called eugenic science, that even in the Latin-types propagated notions of cultural superiority based on racial ideas.

Keywords: Latin eugenics; Portugal, Brazil.

INTRODUÇÃO

Está provado que os cruzamentos entre raças superiores dão typos superiores, e vice-versa. Assim conseguiu melhorar o typo racial a America do Norte, para onde emigraram, não os peores, mas os mais selectos, quiçá, de varios paizes, em tempos de perseguições politicas e religiosas. Na Australia e

¹ Professora Associada na Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil. Foi Investigadora Visitante no Instituto de Ciências Sociais (ICS), Universidade de Lisboa (ULisboa), entre fevereiro de 2022 e janeiro de 2023, sob a supervisão da Doutora Patrícia Ferraz de Matos (ICS – ULisboa). E-mail: mjbaweber@gmail.com.

na America do Sul succedeu algo semelhante; não obstante, os latinos não lograram alcançar o nível eugenico de que se orgulham os anglo-saxões. Na America Central os hespanhoes procrearam sem nenhum critério selectivo, dando origem a um typo de mulato inferior; que na luta contra a metropole foram os seus maiores inimigos² (Recasens, 1929).

Abordar temas que dizem respeito à eugenia remete-nos à apreensão de distintos movimentos intelectuais, em diferentes países, e historicidades próprias nos processos de formação dos nacionalismos e das suas respectivas construções identitárias. E, nessa direção, às diferentes interposições intelectuais e concepções de ciência em temporalidades específicas, bem como ao complexo debate sobre raça e cultura.

Este estudo estabeleceu alguns comparativos entre os movimentos eugênicos, em Portugal e no Brasil, no contexto da primeira metade do século XX. No Brasil, foram fundadas organizações como a Sociedade Eugênica de São Paulo (1918), a Liga Brasileira de Hygiene Mental (1923) e o Instituto Brasileiro de Eugenia (1929); em Portugal, foi criada a Sociedade Portuguesa de Estudos Eugênicos (1937)³. Os contextos do Estado Novo em Portugal (1933-1974), do Estado Novo no Brasil (1937-1945) e, ademais, do período entreguerras, foram definidores para a análise dos movimentos e das intermediações intelectuais decorrentes. Ao se abordar, especificamente, a eugenia em países considerados de herança latina, objetivou-se tanto distinguir diferenças, quanto possíveis aproximações com a eugenia de caráter racial adotada no norte da Europa. Nesse sentido, analisaram-se algumas das questões centrais da chamada eugenia latina, de forma a considerar alguns dos seus possíveis desdobramentos.

Os integrantes dos movimentos eugênicos eram, na sua maioria, intelectuais bem posicionados nas esferas política, científica, educacional e cultural, de modo a investirem-se de uma linguagem autorizada (Bourdieu, 2008). Ou seja, por meio do reconhecimento de seus discursos legítimos, legitimavam formulações científicas e propunham projetos sociais e educativos com base no que entendiam por critérios de seletividade da procriação dos considerados fracos, doentes e degenerados, seguindo mesmo os preceitos de Francis Galton (1822-1911) no que se refere aos ideais de salvaguarda dos considerados bem dotados contra o que se avaliava eugenicamente por taras hereditárias.

O conteúdo da epígrafe desta introdução, proferido por um decano da Faculdade de Medicina de Madrid, Sebastian Recasens, por ocasião do primeiro curso eugênico espanhol organizado pela *Gazeta Médica Espanhola*, expressa o que se pressupunha por

² Optou-se pela transcrição literal dos conteúdos das fontes consultadas, preservando-se a grafia original.

³ Importante notar que, embora criada em 1937, os estatutos da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugênicos tinham sido aprovados em 1934, justamente no período em que Eusébio Tamagnini esteve à frente do Ministério da Instrução Pública, de 1934 a 1936.

tipos raciais superiores e inferiores, a depender da geopolítica e de fatores eugênicos de hereditariedade: “É evidente que podem vir de raças puras elementos melhores, e cabe uma selecção que redima paulatinamente a humanidade de taras hereditarias. Apresenta-se neste ponto a questão da consanguinidade [...]” (Recasens, 1929: 2). Tal discurso foi publicado na primeira página do Instituto Brasileiro de Eugenia, evidenciando a rede de relações que se estabelecia entre diferentes países da Europa e das Américas, bem como suas apropriações latinas.

O estudo para este artigo direcionou-se numa perspectiva sociocultural, pois compreende-se que, para a análise dos movimentos que formularam proposições científicas sobre eugenia, é necessário perceber a noção de intelectual como criador, mas também como mediador cultural, inserido em redes de pertencimento e sociabilidades próprias⁴ (Dosse, 2007). Por conseguinte, tais intelectuais embasavam-se também em argumentações de ordem moral, determinantes de dispositivos e idealizações sanitárias e higiênicas, de forma a idealizarem proposições de um projeto civilizador para uma almejada sociedade eugênica. Esses intelectuais se empenharam ainda no fomento ao estudo de populações, mas com o objetivo de disseminar ideias de seletividade social a ser implementadas em instituições políticas, científicas e educativas. É a partir desses pressupostos que se procurará estabelecer, no presente artigo, uma análise comparativa entre Portugal e o Brasil.

EUGENIA LATINA EM PORTUGAL E NO BRASIL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA

A escrita deste artigo baseou-se em fontes bibliográficas, com vista a estabelecer comparativos entre Portugal e o Brasil. Os autores consultados permitiram evidenciar interposições entre eugenia e higienismo, bem como averiguar, analiticamente, proposições de fundamentação da denominada ciência eugênica, que em suas formas latinas também propagou noções de superioridade cultural embasadas por ideias de cunho racial.

Para Nancy Stepan (1991), a divulgação do pensamento eugênico em distintos países da América Latina teve como pano de fundo um projeto discursivo que se fundamentava por uma prescrição cultural e investigação médico-moral. No Brasil, concomitante à fundação de entidades eugênicas e órgãos próprios de divulgação, fomentaram-se ideias

⁴ Para Dosse (2007: 28): “Polimorfo y polifónico, el medio intelectual evoluciona muy claramente de acuerdo con las mutaciones sociales de cada época. La noción de intelectual remite a una acepción amplia, cuando depende de una definición sociocultural que engloba a creadores y mediadores culturales”.

de modernidade e de progresso, de forma a utilizarem-se da imprensa como instrumento de disseminação e consolidação de um estatuto científico ao pensamento eugênico, a exemplo das questões sobre miscigenação e hereditariedade. Argumentos dessa natureza sustentavam a alegação de problemas de degeneração populacional, frequentemente relacionados a problemas de saneamento e higiene social. Stepan (1991) atenta também para as visões norte-americana, pan-americana e latina de eugenia, mencionando a realização de duas conferências pan-americanas de eugenia. A primeira, em 1927, em Cuba, e a segunda em 1934, na Argentina. A autora aponta diversas divergências entre a eugenia anglo-saxônica e a latina, dentre as quais sobre os critérios raciais e de hereditariedade a serem adotados como padrões eugênicos. Atenta também para a necessidade de se realizarem estudos de aprofundamento com o objetivo de se especificarem as produções sobre a eugenia nos países da América Latina que, ainda que diferenciadas da norte-americana, foram também redimensionadas pelas rupturas contextuais advindas com a Segunda Guerra Mundial e a ascensão do regime nazista.

Propondo avançar na ideia de latinização da eugenia, Marius Turda e Aaron Gillette (2014) analisam contextos de entreguerras, especificando momentos de reconhecimento científico internacional, como a fundação da Federação Latina Internacional de Sociedades Eugênicas, em 1935, que, dentre seus expoentes, destaca-se o estatístico e eugênista Corrado Gini (1884-1965). Para Marius Turda e Aaron Gillette (2014), longe de configurarem-se por um pensamento monolítico, o mote principal de ação da intelectualidade que debatia sobre eugenia em contextos latinos valia-se de pressupostos de modernização nacional e, por conseguinte, de fortalecimento do Estado-nação. Dessa forma, estabelecem comparativos entre ideias e práticas eugenistas em diferentes países como França, Itália, Espanha, Bélgica, Portugal e Romênia, na Europa; Argentina, México, Cuba, Brasil e Peru, na América Latina. Esses países seriam os integrantes de uma comunidade cultural e linguística dita latina (*latinité* em francês; *latinità* em italiano; *latinidad* em espanhol; *latinitate* em romeno), pois pertencentes à antiga civilização romana e alicerçados nas concepções de modernidade francesa e italiana.

Marius Turda e Aaron Gillette (2014) especificam, ainda, contraposições intelectuais eugênicas entre categorizações da eugenia nórdica e anglo-saxônica e da eugenia que se efetivava nos países que faziam parte da referida comunidade latina. Nessa divisão, residiriam argumentos de melhoramento humano, mas a depender do contexto político e tecnológico e de pautas relacionadas aos avanços da ciência e da medicina. Importante também ressaltar a fundação de entidades representativas na América Latina, como a Sociedad Eugénica Mexicana para el Mejoramiento de la Raza (Sociedade Eugênica Mexicana para o Melhoramento da Raça), em 1931, e a Asociación Argentina de Biotipología, Eugenesia y Medicina Social (Associação Argentina de Biotipologia, Eugenia e Medicina

Social), em 1932, em países bastante atuantes no fomento à criação da Federação Latina Internacional de Sociedades Eugênicas.

Em estudo anterior, Marius Turda (2010: 98) aponta indicadores da relação entre modernismo e eugenia e suas possíveis relações com as biopolíticas, as reconfigurações dos nacionalismos e as narrativas raciais que se consubstanciaram a partir da década de 1930. Assinala algumas assertivas dos participantes no I Congresso Internacional de Eugenia Latina, em França, no ano de 1937, como as do eugenista francês Georges Schreiber (1884-1931), para quem a eugenia latina teria como foco propósitos de melhoria social e educacional em comparação com a eugenia anglo-saxônica, mais preocupada com a prevenção negativa e com critérios de “reprodução seletiva e protecionismo racial” (Turda, 2010: 98).

Marius Turda (2010: 99) considera que dentre os indicadores de uma retórica bem sucedida no supracitado congresso, em torno do debate sobre a eugenia latina, destacou-se a atuação do eugenista romeno Gheorghe Banu (1889-1957) na defesa de um programa prático de eugenia na Romênia, tendo como parâmetros fatores disgênicos. Para este eugenista, eram de vital importância os projetos de esterilização voluntária no sentido de especializar preceitos para a implementação da “esterilização dos débeis mentais hereditários” (Turda, 2010: 99). Certamente a esterilização constituiu-se num tema complexo e de muitas divergências, inclusive entre os próprios eugenistas, assim como no que se relaciona às distinções entre o que poderia ser definido como eugenia latina ou anglo-saxã.

Luc André Berlivet (2016) assinala para um legado múltiplo e ambivalente o estabelecimento da Federação Latina Internacional de Sociedades Eugênicas, enfatizando articulações entre médicos e cientistas da América Central e do Sul. Embora o nome do seu primeiro presidente, Corrado Gini (1884-1965), eugenista e estatístico italiano, seja associado atualmente às áreas da estatística e da demografia, seu interesse por estatísticas populacionais esteve intrinsecamente relacionado com as suas pesquisas sobre a eugenia. Berlivet (2016), ao se debruçar sobre a projeção da trajetória internacional de Corrado Gini, reitera a posição do dito eugenista como diretor do Comitê Italiano para o Estudo dos Problemas da População, comitê que estimulou a realização de expedições científicas, entre os anos 1933 e 1940, cujas pesquisas, pioneiras e ainda pouco conhecidas, tinham como foco questões formativas e de controle do que se considerava ser degeneração das raças humanas.

O programa científico e político traçado pelo Comitê Italiano para Estudo dos Problemas da População, notadamente a partir de dez expedições realizadas nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, objetivou estudos sobre as populações que viviam no sul da Europa, no leste europeu, no Oriente Médio, na África do Norte, na África do Sul e na América Central (Berlivet, 2016). Em que pese os desdobramentos do contexto da Segunda Guerra Mundial e do próprio regime fascista na Itália, e ainda que o referido

programa tivesse sido abandonado por completo nesse período por tais questões, Corrado Gini e seus colaboradores utilizaram-se de grande parte dos dados que haviam sido coletados durante as dez expedições realizadas no período de atuação do comitê para publicações posteriores a partir da década de 1970. Berlivet (2016) enfatiza também discussões entre os eugenistas da América Latina nos trabalhos do citado comitê desde os anos de 1930, como uma agenda viável para demarcar posicionamentos em relação ao que se entendia como *establishment* anglo-saxão. Tais posições acabavam por reforçar ora favoritismos, ora intencionalidades diferenciadas no que diz respeito às noções de pertencimento aos padrões nórdicos enquanto caracteres eugênicos almejados.

Em Portugal, dentre os intelectuais que mais se aproximavam de uma eugenia racial aos moldes nórdicos, Eusébio Tamagnini (1880-1972) pode ser considerado um dos expoentes. Professor catedrático de antropologia na Universidade de Coimbra, foi indicado por António de Oliveira Salazar (1889-1970) nos primeiros anos do Estado Novo, de 1934 a 1936, para o cargo de ministro da Instrução Pública e fundou a Sociedade Portuguesa de Estudos Eugênicos (1937). Por seu turno, no Brasil, Renato Ferraz Kehl (1889-1978) foi um dos idealizadores mais atuantes do movimento eugênico: fundou o Instituto Brasileiro de Eugenia, criado em 1929, posteriormente denominado por Comissão Central Brasileira de Eugenia; médico e farmacêutico, foi ainda diretor da Bayer no Brasil e atuou no Departamento Nacional de Saúde Pública, projetando reformas higiênicas e sanitárias. O pensamento eugênico, tanto de Eusébio Tamagnini como de Renato Kehl, alicerçava-se na necessidade de se implantarem medidas eugênicas nas esferas da saúde, da educação e no meio familiar. Contudo, a eugenia foi por eles abordada, muitas vezes de forma exaustiva, com uma associação frequente a elementos como a “cor” e a “raça”, e com fundamentações derivadas da chamada eugenia ora nórdica, ora germânica.

Ao problematizar a noção de eugenia latina na historiografia, Richard Cleminson (2014) atesta que os indicadores da institucionalização da eugenia em Portugal, no contexto do Estado Novo, foram demarcados por uma oposição católica renovada, a exemplo da Associação dos Médicos Católicos. Embora exista oposição às práticas eugênicas por parte da Igreja Católica portuguesa, sobretudo no tocante à esterilização, Cleminson (2016) ressalta que uma mudança de equilíbrio entre diferentes experiências eugênicas, advindas de diferentes países, operou-se em Portugal ao longo dos anos de 1930 a 1960, seja no âmbito do movimento da Sociedade Portuguesa de Estudos Eugênicos (1937), ou fora dele.

Se em Portugal, por um lado, houve moderação na adoção de medidas eugênicas mais radicais no que tange à questão da hereditariedade e da esterilização, por outro lado, pode-se verificar um impulso aos estudos de cunho demográfico, como a realização de congressos na década de 1940, cujos temas eram voltados aos estudos populacionais, bem como a criação de um Centro de Estudos Demográficos pelo Instituto Nacional de

Estatística, em 1944. No entanto, o autor ressalta posições mais acirradas como a de Eusébio Tamagnini, que fez parte do referido centro, porém mantendo a Sociedade Portuguesa de Estudos Eugênicos na década de 1940, de forma a assegurar a sua posição de defensor da eugenia enquanto um baluarte no combate às consideradas degenerações de uma suposta herança racial no mundo português. E, portanto, mesmo que se possam averiguar elementos mais em comum com as vertentes ditas latinas de eugenia, as tendências germânicas não se extinguíram completamente.

Richard Cleminson (2016) menciona que em Portugal podem-se verificar diferentes tipos de movimentos eugênicos e algumas evidências do que poderia se considerar por forma latina de eugenia, a exemplo de tópicos relacionados à miscigenação⁵ e à higiene familiar e pré-natal. Ao pontuar para o risco metodológico em homogeneizar conceitualmente a eugenia, tendo em conta continuidades e descontinuidades conceituais no próprio contexto português, distingue aproximações da eugenia latina com a eugenia racial adotada no norte da Europa, e mais especificamente germânica, justamente porque ambas se ancoravam recorrentemente em argumentos ligados a expressões de caráter autoritário e excludente.

No contexto da primeira metade do século XX, as questões sobre higiene social, genealogia e hereditariedade figuravam como conteúdos de grande relevância para o combate aos males, supostamente entendidos como degenerativos, da sociedade. Neste contexto, é importante também destacar a Liga Brasileira de Higiene Mental, fundada em 1923 pelo médico e psiquiatra Gustavo Riedel (1887-1934). Os *Archivos Brasileiros de Higiene Mental* constituem-se em documentos representativos desse órgão enquanto um espaço de produção da intelectualidade médica e psiquiátrica no Brasil, bem como de sociabilidades entre eugenistas do mundo e, especificamente, entre os membros do Instituto Brasileiro de Eugenia e da referida Liga Brasileira de Higiene Mental.

Ainda no que se refere ao contexto português, António Mendes Correia (1888-1960) é um dos intelectuais que merece destaque relativamente aos estudos sobre eugenia⁶. Com formação em medicina, foi deputado, professor catedrático na Universidade do Porto, presidente da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, da qual foi fundador em 1918, e mentor da Escola de Antropologia do Porto, desempenhando um papel fundamental no próprio processo de institucionalização da antropologia em Portugal. Para Matos (2023), a relevância de pesquisas biográficas, como foi a pesquisa sobre António Mendes Correia, relacionada com o contexto português do período do Estado Novo, é dar a conhecer o trabalho de uma figura que foi importante no seu tempo, na contracorrente da “repulsão”

⁵ Sobre concepções de miscigenação no contexto intelectual português, veja-se Matos, 2019.

⁶ Sobre o pensamento de Mendes Correia sobre cientistas como Lamarck e Darwin (e para compreender seus posicionamentos raciais nas décadas de 1920 e 1930), veja-se Correia, 1915.

ou “esquecimento do passado antropológico”, enfatizando, contudo, que alguns dos seus estudos foram influenciados por teorias raciais (e racistas) e que no âmbito do contexto colonial e da política do Estado Novo vários trabalhos de antropologia física “assentavam em pressupostos preconceituosos e discriminatórios para os indivíduos neles analisados” (Matos, 2023: 3).

Patrícia Ferraz de Matos (2023) assinala questões referentes aos debates demarcados por concepções científicas no campo das ciências sociais e, mais especificamente, da antropologia: em Portugal, o processo de institucionalização da antropologia fez parte de um contexto (finais do século XIX) em que se desenvolveram organizações científicas e surgiram outras disciplinas, processo este vinculado a “factores políticos e ideológicos”, dentre os quais “merecem destaque as preocupações relativas à consolidação do império colonial e as respeitantes ao conhecimento das origens, identidade étnica e práticas culturais do povo português” (Matos, 2023: 42). É nesse sentido que é fundamental atentar para as implicações teóricas e as áreas de conhecimento envolvidas, assim como as relações da área das ciências sociais com a área da saúde, a exemplo da “proximidade da medicina com a antropologia em alguns dos trabalhos produzidos pela Escola de Antropologia do Porto” e que, portanto, “suscita a necessidade de compreendermos o contexto da sua institucionalização” (Matos, 2023: 48).

Nessa direção, um estudo sobre as “cores” do racismo português desde o colonialismo e que remete à suposta plasticidade portuguesa nos trópicos, pode ser apontado como indicativo de modelos teóricos consagrados. Tal modelo, recorrente na produção do pensamento social, pode ser exemplificado tomando-se por base ideias e práticas colonialistas e patriarcais consolidadas e reforçadas, como é o caso da tese luso-tropicalista, a partir da produção intelectual do escritor brasileiro Gilberto Freyre (Cahen e Matos, 2018). Esta tese pensada nos anos de 1930, porém incorporada pelo regime português nos anos de 1950, “segundo a qual os portugueses, por terem recebido várias influências, inclusivamente do Norte de África, eram mais propensos a misturar-se amigavelmente com outros povos”, veio a tornar-se “útil numa altura em que vários outros impérios deixavam de ter legitimidade para perpetuar a violência colonial com base racial” (Matos, 2021: 17).

Tanto em Portugal, como no Brasil, muitos dos intelectuais que fomentaram teorias raciais tinham formação em medicina e em direito e exerceram funções políticas e académicas, ou ocuparam cargos próximos do poder. Gilberto Hochman e Nísia Trindade Lima (2004: 495), em estudo sobre as interpretações da nação brasileira no contexto de institucionalização das ciências sociais no país, atentam para a necessidade de se “perceber como uma perspectiva médico-higienista da sociedade brasileira se transforma numa questão da cultura e da política”. É nessa direção que os autores apontam que, nas três primeiras décadas do século XX, os intelectuais higienistas em busca de um projeto de

cunho progressista e modernizador “ultrapassaram os limites do debate sobre saúde e informaram representações mais amplas sobre a sociedade” (Hochman e Lima, 2004: 495). Dentre as ações desse contexto, vale ressaltar a campanha pelo saneamento rural do Brasil, cujo protagonismo político, acentuado da intelectualidade em questão, culminaria com a criação da Liga Pró-Saneamento do Brasil, em 1918, tendo como figura central o médico e inspetor-sanitário Belisário Penna (1868-1939). Tais ações tiveram um “papel central e prolongado na reconstrução da identidade nacional a partir da identificação da doença como elemento distintivo da condição de ser brasileiro” (Hochman e Lima, 2004: 495).

É basilar evidenciar que Gilberto Hochman e Nísia Trindade Lima (2004) tomam como base de estudo abordagens médicos-higienistas para enfatizar o “debate paradigmático” em torno da figura profusamente divulgada de Jeca Tatu, personagem criado pelo escritor brasileiro Monteiro Lobato (1882-1948), que “resume as mudanças verificadas na compreensão do escritor paulista sobre o que acreditava ser os males do Brasil, e também o debate intelectual que envolveu diferentes autores preocupados com o tema dos contrastes sociais existentes no país” (Hochman e Lima, 2004: 509). Em consonância com o processo de institucionalização das ciências sociais no Brasil, tal produção intelectual foi gerada nas esferas acadêmica e científica e propiciada sobretudo pelo contexto de criação de cursos universitários, dentre os quais o de sociologia e o de antropologia.

Em artigo sobre o movimento eugênico no Brasil, Nancy Stepan reflete sobre a Sociedade Eugênica de São Paulo, cujo primeiro encontro ocorreu em 1918 nessa cidade. Tal organização teve como finalidade promover e divulgar estudos científicos com o objetivo de discutir questões afetas ao “fortalecimento físico e moral do povo brasileiro” (Stepan, 2004: 341). A autora destaca ainda a formação intelectual dos seus membros, tendo em conta também o seu próprio idealizador, Renato Kehl. Formada por uma ampla maioria de doutores da área da medicina e do direito, a Sociedade Eugênica de São Paulo contava dentre os seus membros, desde a fundação, eugenistas da América do Sul, nomeadamente Victor Delfino (1883-1941), da Argentina, e Carlos Enrique Paz Soldan (1885-1972), do Peru.

Dentre os membros da sociedade referida anteriormente, é essencial salientar a atuação de: Belisário Penna (1868-1939), especialista em saneamento; Arnaldo Vieira de Carvalho (1867-1920), diretor da então recém criada Faculdade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, fundada em 1912; Vital Brazil (1865-1950), bacteriologista; Arthur Neiva (1880-1943), microbiologista e que atuaria nos serviços de saneamento do estado de São Paulo; Luís Pereira Barreto (1840-1923), médico, divulgador do positivismo no Brasil e sócio-fundador do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; Antônio Austregésilo Rodrigues de Lima (1876-1960), psiquiatra e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. E ainda o educador Fernando de Azevedo (1894-1974), formado em ciências jurídicas e sociais na Faculdade de Direito de São Paulo, que se

notabilizaria posteriormente por sua produção intelectual na área da educação; foi redator e primeiro signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova em 1932, Diretor-Geral da Instrução Pública do Distrito Federal (1926-30) e, no período da chamada Era Vargas (1930-1945), Diretor-Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo (1933) e membro da comissão organizadora da Universidade de São Paulo (1934).

Além de um importante agregador de intercâmbios, particularidades culturais, intervenções políticas e sociais, o campo educacional desempenhou, no contexto da primeira metade do século XX, um papel fundamental na difusão e apropriação de princípios formativos da nacionalidade, seja nas interposições curriculares e nos conteúdos formativos, seja na formulação de políticas educacionais. É nesse sentido que Jerry Dávila defende que educação e eugenia contribuíram para “múltiplas percepções de raça e cor” enquanto “valores vigentes em uma sociedade”, consubstanciados inexoravelmente em práticas escolares (Carvalho e Corrêa, 2016: 230). Dessa forma, é importante assinalar as relações do pensamento eugênico com os ensinamentos cívicos e patrióticos: “À educação eugênica caberia a missão civilizadora de selecionar e preservar os quesitos hereditários daqueles considerados geneticamente aptos e úteis à pátria. Cidadãos sadios e brancos [...]” (Weber, 2022: 69).

As reverberações do pensamento eugênico não surgem e tampouco se esgotam na primeira metade do século XX. No que se refere à “circularidade”, à “multiplicidade e complexidade dos usos sociais da ‘raça’”, é preciso compreender que: “Se, analiticamente, o conceito de mestiçagem foi construído em oposição ao de raça, nas práticas sociais combinam-se muito bem miscigenação, racismo e até mesmo racismo” (Véran, 2010: 17). Assim, se em Portugal a noção de eugenia latina pode ser associada por moderações acerca do radicalismo das medidas profiláticas eugênicas nas categorizações da eugenia nórdica, é necessário evidenciar que tal posicionamento não afastava a idealização do tipo de eugenia racial adotada no norte da Europa, bem como do seu caráter excludente. No Brasil, da mesma forma, tal discursividade moderadora em torno do sanitário e do higienismo, acabou por sedimentar um projeto de reconstrução nacional com forte apelo ao controle e enfrentamento do que julgavam por males sociais advindos de uma alegada mistura de raças. Ou seja, enfatizavam-se ações para a institucionalização de critérios raciais e, por conseguinte, racistas e também excludentes.

Por fim, os intelectuais que propunham a eugenia como ciência, impingiram probabilidades genéticas de melhoramento social em prol do combate aos considerados degenerados, inaptos, dentre outras adjetivações a exemplo do que avaliavam por métricas de debilidade dos indivíduos. O ponto central é que no contexto ora delimitado, questões vinculadas aos conceitos de raça e cultura suscitaram intermediações de intelectuais que, bem estabelecidos política e socialmente, alicerçados por discursos legítimos, articularam movimentos, promoveram estudos populacionais e fundaram bases para uma almejada sociedade eugênica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Projetos eugênicos são indicadores de ideias de seletividade social, de diretrizes de profilaxias física e mental, de programas de formação escolar e familiar com base em critérios higiênicos e sanitaristas, de métodos contraceptivos com vista ao aperfeiçoamento genético, enfim, questões elencadas a partir de proposições científicas e conjecturas sobre o problema eugênico das populações e sua correlação com idealizações de cunho nacionalista, acentuadamente em períodos ditatoriais e de autoritarismos.

Em que medida a latinização da eugenia ramificou-se incisivamente na formação de nacionalismos e de culturas políticas sedimentadas por autoritarismos e por naturalizações em processos de seleção excludentes? Algumas das possíveis respostas situam-se na evidente negação de políticas públicas inclusivas de considerável parcela da população brasileira; ou mesmo na incompreensão da relevância de tais políticas no combate às desigualdades enraizadas pelo racismo estrutural no país. Na mesma direção, o crescimento de movimentos racistas em Portugal fez ressurgir a ideia da hipotética plasticidade dos portugueses ou do alegado mito de democracia racial. Argumentos que, ainda que não sejam formulados exclusivamente a partir de um tipo específico de eugenia nórdica, germânica ou latina, constituem-se em exemplos da negação de direitos e de lacunas historiográficas, fruto de construções identitárias outrora forjadas por princípios seletivos de fundo racial.

No caso da eugenia latina e, mais especificamente, na análise comparativa entre Portugal e Brasil, pode-se asseverar que justamente porque não houve a recorrência aos métodos incisivos da eugenia negativa, repercutiram-se outros formatos de caráter seletivo e excludente. Tal assertiva diz respeito aos argumentos que evidenciam um tipo de eugenia diferenciada em países considerados de herança latina e que por não se configurarem pela severidade da eugenia nórdica ou germânica, acabaram por compactuarem-se com outros princípios seletivos de fundo racial e, por conseguinte, de superioridade cultural. Posições estas que enraizaram preconceitos e que ainda se configuram por diversas formas de discriminação e violência, notadamente em países anteriormente concebidos por um tipo de eugenia latinizada.

Nessa direção, pode-se dimensionar o alcance histórico e social dos movimentos eugênicos, cujos intelectuais foram protagonistas da produção e divulgação do que se apregoava por eugenia latina na esfera de projetos de cunho civilizatório, que objetivavam o combate aos considerados degenerados. Logo, é necessário frisar que um dos intentos da presente investigação foi trazer ao debate indicadores de enraizamento do racismo, que se desdobram em intolerância e preconceito, alguns ainda vigentes na atualidade. As repercussões das possíveis apropriações do pensamento eugênico podem incidir em marcas socioculturais distintas, geradoras de políticas segmentárias e hierárquicas com

base em projetos de caráter populista. Ou seja, noções de superioridade cultural, por um lado, e de degeneração social, pelo outro, ainda subsistem, quer docilizadas pelo ainda ambicionado mito da democracia racial, quer por diferentes silenciamentos historiográficos e invisibilidades sociais e culturais.

REFERÊNCIAS

BERLIVET, Luc André (2016), “A Laboratory for Latin Eugenics: The Italian Committee for the Study of Population Problems and the International Circulation of Eugenic Knowledge, 1920s-1940s”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 23 (1): 51-72.

BOURDIEU, Pierre (2008), *A Economia das Trocas Linguísticas: O que Falar Quer Dizer*. 2.^a ed. São Paulo: EDUSP.

CAHEN, Michel; MATOS, Patrícia Ferraz de (2018), “Introdução: Novas Perspetivas sobre o Luso-tropicalismo”, *Portuguese Studies Review* 26 (1): 1-6.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de; CORRÊA, Igor Nazareno da Conceição (2016), “Eugenia e Educação no Brasil do Século XX: Entrevista com Jerry Dávila”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 23 (1): 227-234.

CORREIA, António Mendes (1915), *Antropologia: Resumo das Lições feitas pelo Assistente, Servindo de Professor da Cadeira*. Porto: Imprensa Portuguesa.

CLEMINSON, Richard (2014), *Catholicism, Race and Empire: Eugenics in Portugal, 1900–1950*. Budapest, Nova Iorque: Central European University Press.

CLEMINSON, Richard (2016), “Between Germanic and Latin Eugenics: Portugal, 1930-1960”, *História, Ciências, Saúde – Manguinhos* 23 (1): 73-91.

DOSSE, François (2007), *La Marche de Las Ideas: Historia de los Intelectuales, Historia Intelectual*. Valência: Universitat de València.

HOCHMAN, Gilberto; LIMA, Nísia Trindade (2004), “‘Pouca Saúde e Muita Saúva’: Sanitarismo, Interpretações do País e Ciências Sociais”. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs), *Cuidar, Controlar, Curar: Ensaio Histórico sobre Saúde e Doença na América Latina e Caribe* [online]. Fiocruz, Rio de Janeiro: 492-533.

MATOS, Patrícia Ferraz de (2019), “Racial and Social Prejudice in the Colonial Empire: Issues Raised by Miscegenation in Portugal (Late Nineteenth to Mid-Twentieth Centuries)”, *Anthropological Journal of European Cultures* 28 (2): 23-44.

MATOS, Patrícia Ferraz de (2021), “As cores do racismo português: do colonialismo à actualidade”. *Público*, 31 de janeiro de 2021, Ano XXXI, n.º 11237: 16-17.

MATOS, Patrícia Ferraz de (2023), *Anthropology, Nationalism and Colonialism: Mendes Correia and the Porto School of Anthropology*. Oxford e Nova Iorque: Berghahn Books.

RECASENS, Sebastian (1929), “Eugenia e Procriação”, *Boletim de Eugenia* 1 (4): 1-2.

TURDA, Marius (2010), *Modernism and Eugenics*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.

TURDA, Marius; GILLETTE, Aaron (2014), *Latin Eugenics in Comparative Perspective*. Londres: Bloomsbury.

STEPAN, Nancy Leys (1991), *The Hour of Eugenics: Race, Gender, and Nation in Latin America*. Ithaca e Nova Iorque: Cornell University Press.

STEPAN, Nancy Leys (2004), “Eugenia no Brasil, 1917-1940”. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs), *Cuidar, Controlar, Curar: Ensaios Históricos sobre Saúde e Doença na América Latina e Caribe* [online]. Fiocruz, Rio de Janeiro: 330-391.

VERÁN, Jean-François (2010), “Raça existe? Clarificando Equívocos, Devolvendo a Pergunta...”. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (eds), *Raça como Questão: História, Ciência e Identidades no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz.

WEBER, Maria Julieta (2022), “Pensamento Eugênico e Educação: Princípios Formativos da Nacionalidade Brasileira na Primeira Metade do século XX”, *Poiésis* 16 (29): 55-72.

RECKONING WITH RACE AND SOCIAL INEQUALITIES THROUGH THE MIGRANT COMMUNITIES PROJECT: A CITIZEN SCIENTIST/COMMUNITY SCHOLAR AND SERVICE-LEARNING METHODOLOGICAL MODEL

por

Miguel Moniz¹

Abstract: This article examines the Migrant Communities Project's (MCP) Cape Cod History Initiative, a citizen scientist/community scholar research project that uses unique methodologies and collaborative partnerships that identify and engage social justice issues among racialized immigrant communities, uncovering hidden narratives, empowering agencies, and creating public educational programs. Developed since 2019, this project convened a working group of citizen researchers in a community of immigrants from the Azores, Cabo Verde, Portugal, and Brazil in New England. Historically marginalized in the context of racialized mobile labor processes, these immigrants are enmeshed in relations that have been both cooperative and sometimes antagonistic. A collective of diverse individuals and several immigrant community organizations were provided training and guidance to conduct historical research, artifact collection, and oral histories, creating an immigrant centered viewpoint, narrating the past and understanding the present. MCP initiatives helped to create a permanent space for a Cape Verdean Museum and applied community engaged service learning and intercultural competence methodologies to develop a community scholar curriculum that generated original research, ethnographic exhibits, public memorialization, and state historical archives recognition of immigrant organizations. The collaborative initiative's innovative historical/anthropological research methodologies brought this diverse community together to create new knowledge examining racialized inequalities, working to improve diversity, equity, and inclusion of immigrant voices in local history and public discourse.

Keywords: Community Social Action; Citizen Science; Methodologies for Diversity, Justice and Social Inclusion.

Resumo: Este artigo examina o Migrant Communities Project (MCP) Cape Cod History Initiative, um projecto de ciência cidadã, que utiliza metodologias únicas e parcerias de colaboração, que identificam e envolvem questões de justiça social entre comunidades imigrantes racializadas, descobrindo narrativas escondidas, fortalecendo agências de imigrantes e criando programas educacionais públicos. Desenvolvida desde 2019, a MCP Cape Cod History Initiative, reuniu um grupo de trabalho de investigadores

¹ Center for Research in Anthropology (CRIA), ISCTE/Instituto Universitário de Lisboa and Brown University.

cidadãos numa comunidade de imigrantes provenientes dos Açores, Cabo Verde, Portugal e Brasil na Nova Inglaterra. Historicamente marginalizados no contexto dos processos de trabalho móvel racializado, estes imigrantes estão enredados em relações que têm sido tanto cooperadoras como opositoras. Um colectivo de diversos indivíduos, e várias organizações comunitárias de imigrantes, foi formado e orientado para conduzir pesquisas históricas, coleção de artefactos e histórias orais, criando um ponto de vista centrado no imigrante, narrando o passado e compreendendo o presente. As iniciativas do MCP ajudaram a criar um espaço permanente para um museu cabo-verdiano, e aplicaram metodologias de *service-learning* e competências interculturais, para desenvolver um currículo académico comunitário que gerou investigação original, exposições etnográficas, memorialização pública e reconhecimento nos arquivos históricos do estado das organizações de imigrantes. As metodologias inovadoras de investigação histórica/antropológica da iniciativa colaborativa juntaram esta comunidade diversificada para criar novos conhecimentos examinando desigualdades racializadas, trabalhando para melhorar a diversidade, equidade e inclusão das vozes imigrantes na história local e no discurso público..

Palavras-chave: Acção Social Comunitária; Ciência Cidadã; Metodologias para Diversidade, Justiça e Inclusão Social.

INTRODUCTION

My research as an anthropologist over the past twenty plus years has focused on how inequalities are structured. In this work I have examined how the state defines classifications of citizenship and racial identity, and how categories of racial and ethnic identity structure privilege, social mobility, place making, and access. In developing this research, I have always endeavored to apply whatever theoretical explorations of themes, literature, and scientific production in my academic inquiries to the practical consequences of these ideas and their applicability in the social contexts studied. As some social scientists approach their relationship to those who they “study” in field settings as “subjects” and “informants”, my work has been rather guided by a principle of collaboration with communities in which I frequently belong. Further, my work is guided by the supposition that it should be the anthropologist that serves and protects the interests of research collaborators, rather than the other way around.

Part of this approach is guided by the topic of research in which I am involved. Examining power inequalities and how they are structured, ethnography has a role, if not a responsibility or goal, to engage with underlying causes. The discipline, ultimately, can be fairly accused of compliance with those causes if it fails to assist with solutions. Such solutions may be as simple as using social inquiry as a tool of reproach and critique. Our work and professional expertise however can also endeavor to more directly assist communities harmed by social inequality and facing marginalization by collaborating on practical solutions to redress such situations.

Section 1 of the article provides a general overview of research literature, theoretical goals and methodological practices behind the MCP’s programs; section 2 examines the

community context and key community themes shaping this case study as an effort to engage social justice; sections 3 to 7 present ethnographic descriptions of different program activities, and how these activities meet project goals; the final section evaluates outcomes and efficacies within the aims of the broader organization and offers suggestions for further engagement.

1. THE MIGRANT COMMUNITIES PROJECT (MCP)

The Migrant Communities Project (MCP), a Massachusetts chartered, federal 501 (C)(3) non-profit civil society organization, of which I serve as Executive Director, and primary humanities/social sciences scholar, was created as an experiment in collaborative social action. Founded in 2019, formalized in 2021, but with earlier roots, MCP is an ongoing citizen scientist, and social and racial justice project in Southeastern New England (predominantly Massachusetts and Rhode Island). The project works to bring the expertise of various scholars and professional researchers in anthropology, education, history, medicine, and healthcare to assist immigrant communities directly affected by social, racial, and other forms of categorical inequality.

Outlining the theoretical underpinning of the project, its objectives, and evaluating program effectiveness, this article presents the activities and outcomes of certain MCP historical recovery and social action programs. MCP programs are varied and include efforts to ameliorate social inequalities in responses to the opioid and addiction crisis through partnerships with policymakers, law enforcement, innovative medical researchers, and community organizations. This article, however, focuses on programs and methodologies developing a community-engaged citizen scientist pedagogic model that stimulate reflection upon the historical causes of social inequality and work to empower immigrant place making agencies.

Undertaken as an applied anthropology project, the MCP was founded with community partners and creates programs facilitating collaboration among a wide range of educators, researchers, and institutions intended to operationalize and engage the scholarship of integration and transformative social action. The MCP's Board of Directors include professional educators, scholars, and those working in the social justice ecosystem. Project partners include a wide range of educational, social justice, humanities, healthcare, and cultural institutions. MCP partnerships and programs use historical materials along with community research and public issues projects to promote social justice and strengthen local institutions directly and indirectly, centering the lived experiences and goals of immigrant participants' experiences. Developed from methodological and theoretical models in

anthropology and history, MCP programs expand beyond these disciplines to rely upon scholarship in education, specifically work conducted on community engagement and institutional transformation, as well as practices that advance intercultural competences—both well-established but growing literatures. Attention to cross-disciplinary approaches guiding such programs, and my own critical evaluation and experimentation with community-based engagement and service-learning curriculum development in Portugal and the United States (US) further informs and validates the approach. Board members have worked in a range of community-engaged, results-oriented programs. This includes a former Director of Amos House, along with the current COO (Amos House is a renowned RI institution creating practical solutions to oppression, homelessness, and poverty) and a former Director of Facing Race and Ourselves, who is now the current Executive Director of the WPS Institute (a training program for innovative community education). Other members of the MCP Board of Directors include important immigrant community figures, such as the current President of the Cape Verdean Club of Falmouth and a community historian. The perspectives of board members and other professional project collaborators have been instrumental in guiding MCP programs that attempt to connect community shareholders, educators, institutions, and the general public in local community contexts².

MCP organized collaborations among professional researchers and partners with varied backgrounds and educational and professional expertise, design community research models that generate new scholarship, help non-academics to inform themselves of existing work that is relevant to their lives and experiences, and create collective bonds that help facilitate the advancement of social justice. As Donald Schon writes, “the scholarship of integration gives meaning to isolated facts, putting them into perspective [...] making connections across disciplines, placing the specialties in larger context, illuminating data in a revealing way, often educating nonspecialists, too”; in these kinds of local engagements, “the scholar asks ‘How can knowledge be responsibly applied to consequential problems? How can it be helpful to individuals as well as to institutions?’” (Schon, 1995: 27). MCP takes local engagement a step further, as Mitchell points out, by relying upon guidance from:

[...] An emerging body of literature advocating a ‘critical’ approach to community service learning with an explicit social justice aim. A social change orientation, working to redistribute power, and developing authentic relationships are most often cited in the literature as points of departure from traditional service-learning (2008: 52; see also Mitchell, 2007).

² See discussions about the community engagement and service “movement” in Phinney, 1993; Torres et al, 2003; Fitzgerald et al, 2010; Wijeyesinghe & Jackson, 2012; Patton et al, 2016.

As stated above, the MCP is guided by attempts to embody and operationalize these learning approaches and objectives in an applied anthropology setting. MCP methodologies and curricula work with communities and social actors to articulate goals and design programs that address local concerns. Collaborations gather historical data, recover marginalized narratives, and use research on the past to inform the present. Projects are designed to engage contemporary issues of social justice and facilitate community efforts to address and work to overcome issues of inequality. Based on literature examining citizen researcher and engaged service-learning methodologies, as well as a relationship to Brown University's Swearer Center — especially the center's prominent practical application of state-of-the-art theoretical research related to community service programs — the MCP has created several initiatives that assist the social justice aims of local communities.

Applying these theoretical materials to practical situations, the project has worked with citizen scientist researchers and the general public to explain the political and economic forces behind power inequalities across multiple intersectional categories of difference and identity (Fraser, 1998). As Donahue and Mitchell suggest “critical service-learning practitioners interrogate systems and structures of inequality, question the distribution of power, and seek to develop authentic relationships among” professional researchers and “community partners” (2010: 16-17). MCP has created research and curriculum for experiential and engaged learning that use local institutions and historical research as points of local contact to examine inequality and promote diversity in order to “build a bridge between the sociological and abstract dimensions and the individually lived, personal dimensions” on which these inequalities function (Bell et al, 2008: 9).

Ultimately, these projects help participants to develop an understanding of and directly confront categories of privilege, inequality, and global systems of power. The models emerging from these historical materials and the lived experiences of the community researchers help them to ultimately understand their own individual categories of difference and privilege. These critical and auto-reflective exercises assist participants, the broader public, and professional academics and researchers to engage disparate communities, form partnerships, and develop the historical knowledge and intangible cultural wherewithal to engage and foment social transformation. Through the project, participants' historical research and engagement with contemporary problems has helped them to recover the past and learn about others, but also helps them to better understand their own place and own roles in power hierarchies structuring inequality (Donahue and Mitchell, 2010). The public facing nature of MCP project outputs, including museum and online programs, also help to inform broader audiences of critical social justice and immigrant community issues.

2. COMMUNITIES CONTEXT

MCP program models and curricula are designed to be replicable and scalable to any immigrant community context to construct historical narratives and to better understand local issues affecting place-making, diaspora formation, dislocation, temporary or permanent settlement, and how power inequalities, the law, and racialization processes, structure and exacerbate marginalization and social inequality. Although MCP activities include projects and partnerships across Southeastern New England, this article focuses on some of the programs undertaken with immigrant communities on Cape Cod, MA, specifically the Upper Cape (including Falmouth, Mashpee, and the village of Marstons Mills) where the bulk of project activities have been centered and have had their greatest longevity.

Cape Cod is a narrow spit of land jutting 65 miles off the Massachusetts coast into the Atlantic. Comprised of fifteen townships, the Cape (as well as the adjacent islands of Martha's Vineyard and Nantucket) were home to several important 18th-19th century whaling ports, including Falmouth, which also housed a prominent whale boat shipyard. As was the case in the prominent port of New Bedford, crews taken on by whalers and merchant vessels from the Portuguese Atlantic archipelagoes of the Azores and Cabo Verde left shipboard life to settle all over Cape Cod and the islands. The number of those settling in the whaling period, however, was dwarfed by those arriving in the region during the second industrial revolution, which, over 1870-1920s would employ hundreds of thousands of low-wage laborers from Cabo Verde, the Azores, and continental Portugal. Tens of thousands of these workers were recruited in the early decades of the 1900s as seasonal low wage agricultural laborers to pick fruit in cranberry bogs and strawberry fields and work on industrial farms and as domestic staff. Over the first decades of the 1900s migrant settlement in the farm towns of Falmouth, Mashpee, Marstons Mills, and Harwich would grow, outstripping the number of immigrants in the whaling and fishing city of Provincetown, which steadily declined (White, 2021). By the early 1900s, 40% of Falmouth's population were settlers from Portugal, primarily the Azores and Cabo Verde (Moniz, 2021). These immigrant populations created social and economic networks that would continue to bring settlers from the Atlantic archipelagoes and continental Portugal, especially during the large immigrant wave from Portugal over the 1960-1980s. The Lusophone community has also grown with the arrival of immigrants from Brazil since the 1980s. As the Upper Cape's economic base transformed from agriculture, to building, to tourism, immigrants from Jamaica arriving since the 1990s (recruited on service industry visas) have formed another prominent immigrant community.

Racialized labor processes over the 20th century and social and economic mobility efforts among these migrant communities has led to complex social relations, and layered

racial identities, including well-documented racial discrimination and ongoing social equality challenges (Moniz, 2021, 2023). This includes native American Wampanoag, who share residential and marriage connections with Portuguese and Cape Verdean communities. The racialized marginalization of the Portuguese category as a whole, is further crosscut by arguments over assimilability, self-generated and culturally imposed definitions of whiteness and blackness, and how competing definitions of racial identities, geographic origins, and social class, fit into normative categories and broader state and federal statutes that socially map and legally codify minority status. The complex racialization processes of migrants from Portuguese-speaking geographies in these diverse North American communities are a growing literature in ethnography and historiography with racialized discrimination present in external and internal community relations (Estep, 1941; Harney, 1990; Barker, 1996; Gross, 2008; Moniz, 2009, 2021, 2023; Ramos-Zayas, 2009; Azevedo, 2010; Bastos, 2018).

The MCP is situated at the intersection of these communities' complex social connections, which have shared local histories, residential patterns, community institutions, and economic codependency. Passive and overt antagonisms are expressed through power inequalities structured by intersections of race, gender, labor class, and geographic origin (along with other categories of hierarchized difference). Issues of racial and social inequity, as well as the quality of and access to healthcare, remain ongoing issues in this community.

3. INITIATIVE BACKGROUND

The MCP was founded to consciously assist social issues, with programs created through organic connections among working groups of immigrant organizations. Program design is guided by methodologies developed from state-of-the-art literature, practical field experiments, and evaluations of previous programs. I have various personal and professional connections to these communities and have previously participated in and organized several earlier community engaged initiatives in this and other Lusophone immigrant locales in New England—my primary field research and archival site. Growing up in Falmouth myself, my connection to Azorean and Cape Verdean communities in the town extends to my childhood and has been a topic of my anthropological research since the 1990s.

This longitudinal connection to the town and region has facilitated activities among the communities with which the MCP engages, working on projects over the years both in my capacity as a researcher and as a member of some of the participating institutions.

This includes the collection of oral histories and artifacts, documentary film making, archival video collection, as well as the production of ethnography and historiography in which community members have been key collaborators on several academic and scientific research studies. Other work informing MCP programs includes experiments and programs in international mobility education among Portugal, the EU, and North America with curriculum and programs connecting outsiders with community institutions, and cultural practices. This work has been guided by extensive literature on cultural competence education and includes curriculum development as part of a training certificate from the Sheridan Center for Teaching and Learning at Brown University.

At its core, the MCP is a community service organization that supports institutional collaboration, works to improve equity, amplifies the voices of underrepresented groups, and facilitates community efforts to accomplish these ends. The MCP relies upon a model of service leadership, a concept that places those with elevated professional knowledge and managerial skills not in a position to tell others what to do, but rather to provide service or assistance to help a group achieve its own goals. While members of the organizations have tremendous cultural and historical knowledge and ideas, they often lack some of the professional capacities and scholastic wherewithal necessary to realize their vision and carry out all aspects of educational and cultural initiatives, such as bureaucratic requirements and especially those that require state-level and foundational fund raising. The project brings these academic and expert level specialized resources to local cultural, humanities and civic and social welfare projects, helping participants and organizers to engage issues of concern, and expand critical vocabularies. Working with participants and organizers, the MCP creates collaborations that center the needs of community organizations, citizens, and citizen scientists.

Current research promoting global learning outcome objectives examines the importance of designing strategic and academic programs that achieve internationalization skills and intercultural competences³. Global competences curriculum are important, as “intercultural competences empower the participating groups and individuals and enable them to interact with cultural ‘others’ with a view to bridging differences, defusing conflicts and setting the foundations of peaceful coexistence” (UNESCO, 2013: 6). Recent academic literature on the topic guides educational institutions current learning goals that require their students to develop a broad range of global learning skills, including intercultural competencies, international communication skills, cross-cultural

³ See Vygotsky, 1978; Reichard, 1983; Hopf, 1998; Lave & Wenger, 1998; Schoorman, 1999; Lutterman-Aguilar & Gingerich, 2002; Montrose, 2002; Peterson, 2002; Lim, 2003; Knight, 2004; Peppas, 2005; Killick, 2006; McLaughlin & Johnson, 2006; Stohl, 2007; Pagano & Roselle, 2009; Zemach-Bersin, 2009; Hanson, 2010; Slimbach, 2010, 2014; Maliniak et al, 2012; National Center for Education Statistics, 2012; Long, 2012-2013; United Nations, 2013; Gordon, 2014; Tarrant et al, 2014.

conviviality, reflexivity, and critical capacities (Deardorf, 2006; Fine, 2009; Slimbach, 2010, 2014; Tarrant et al, 2014).

Indeed, MCP projects in the region were given an initial impetus through Brown University's Portuguese and Brazilian Studies Department through the development of the mobile educational site visit course "Migrants, Politics, and the Racialization of Labor"⁴, which assisted students with local research projects in immigrant communities in Rhode Island and Massachusetts. As with similar community engaged syllabi I developed in Portugal through the UMass in Lisbon and Study in Portugal Network (Fundação Luso-Americana) programs, Brown students visited and participated in collaborative programs with immigrant institutions in sites throughout the region. They studied theory and regional history to inform their understanding of the forces structuring contemporary power inequalities, including critical reflection on the complexities of the criminalization, racialization, and marginalization of migrant and migrant labor identities. Collaborative projects created between the students and their partner immigrant community organizations directly engaged course themes in practical ways, helping students to better understand and challenge theoretical and historical models. The volunteer work they did with the organizations also ensured that the immigrant communities would not be a passive object of study but would also receive meaningful contributions to their own objectives. This model of service engagement is one that guides MCP programs: facilitating collaborations that serve multiple, synergic, community-wide goals. MCP community programs adapted this model to settings not with university students, but with community scholars.

One of the first MCP programs in Falmouth, as part of the Brown University course, was a day-long public conference held at multiple community institutions in collaboration with Portuguese associations, Falmouth educational institutions, and policy makers that included papers and presentations given by academics, immigrant community members, elected representatives, and other community shareholders. Held in 2019, the mobile conference "From Field to Town: A History of the Azorean, Cape Verdean and Portuguese-Speaking Migrant Community of Falmouth", brought the public and presenters on a site visit tour of immigrant institutions. The collaboration created a dialogue through presentations that explored settlement and contemporary issues among waves of migrants and descendants from Portuguese-speaking geographies in Falmouth. These included the promotion of Portuguese language education in the public-school system, which, after some thirty years of instruction, the school board had recently discontinued. Attending the conference were a legislator from the Massachusetts House of Representatives, the Chairperson of the town's Select Board, and the Superintendent of the Falmouth Public Schools.

⁴ The course was developed as part of my activities as the Brown/FLAD Michael Teague Distinguished Visiting Professor in 2019.

Although the immigrant civic and socio-cultural institutions may be prominently situated in the middle of local communities, for many outsiders they are opaque spaces, the activities of members poorly understood. Members of the Cape Verdean, Azorean and Portuguese communities may share common local histories, but the separation of the institutions often based on geographic origin, crosscut by class, race, and gender inequalities, has often created divisions among groups that might otherwise collectively confront common challenges. To both introduce these organizations to outsiders and foster dialogue among their members, the program put the spotlight on presentations given by the immigrants about themselves. This was achieved through public talks and open houses at community immigrant civic associations including presentations at and by members of the Cape Verdean Club of Falmouth, Fresh Pond Holy Ghost Society, the East Falmouth IDES, the Portuguese American Association, and the Cape Cod Cape Verdean Museum, the latter of which existed at the time as an itinerant artifact collection without a permanent museum space. At the end of the event all of the participating institutions and members of the public participated in a common potluck meal of regional cooking traditions. The meal was an opportunity for officers and members of the disparate organizations to interact, something that was more commonplace in the past, but now occurs with less frequency among the Portuguese and Cape Verdean organizations. The program created connections that directly led to the formation of a working group of interested immigrant citizen historians/community researchers collaborating on what would become the MCP's Cape Cod History Initiative.

4. PROGRAM PROJECT: EMERALD HOUSE AND THE CAPE COD CAPE VERDEAN MUSEUM AND CULTURAL CENTER

“Emerald (an anglicized version of Amaral) House”, named after the Azorean family that owned it, is an historical farmhouse with relevance to the town's Portuguese immigrant history. Obtained by the Town of Falmouth in 1996, after years of different public uses, in August of 2020 the town's Select Board declared that an RFP would be opened seeking proposals for Emerald House. When formally issued later that year, the RFP stated that favored proposals would, among other goals, “include educational opportunities for town residents, particularly school age children, to learn about the history of the property” and to “honor the history of Portuguese ancestry and farming”⁵. Thinking that the site was well-suited for an historical museum and interpretive visitors’

⁵ Select Board, Town of Falmouth, Request for Proposals, Emerald House, Issued December 4, 2020.

center about immigration from Portugal and other immigrant communities that could also serve as a physical base of operations for Migrant Communities Project activities, MCP officers began to write-up a proposal. In the process of reaching out to community partners, however, it was learned that the Cape Cod Cape Verdean Museum, which had participated in the Field to Town program the year prior, was also hoping to submit an application for the property as a permanent site for their museum and cultural center. According to some of the museum's officers, however, there were several obstacles to proceeding with their application.

The issues voiced by the Cape Verdean Museum board were similar to those frequently faced by immigrant community organizations in general, which have deep seated cultural knowledge, but sometimes lack specific professional capacities to navigate governmental regulations, proposal requirements, and lack confidence and experience putting together professional and competitive proposals. Furthermore, many of these organizations, despite creating extraordinary cultural or humanities resources (as was the case with the Cape Cod Cape Verdean Museum), often struggle to arrange the financial and specific professional capacities necessary to scale up their activities.

In light of the museum's interest in Emerald House, the MCP decided that rather than compete with them for the space, we would drop our own application and help them to win theirs, which they did in February of 2021. Given that one of the goals of the project was to increase the capacities of community organizations to accomplish their own cultural and humanities goals, it was felt that this would reflect the MCP's mission and be a clear demonstration of solidarity, helping to empower efforts to highlight and center narratives of immigrant histories that came from the communities themselves. Over several months, the MCP worked to complete and fulfill the terms of the proposal on behalf of the museum. Working with the board, MCP developed, articulated, and submitted the educational and pedagogical goals of the museum's project which "explores the broad legacy of the town's and region's Portuguese-speaking communities [providing] a resource for research and knowledge dissemination about the history, culture, civic life, agricultural practices, land use development, and challenges of these communities"⁶. Additionally, the MCP worked with the board to create a budget and guarantee financial viability by securing a \$50,000 line of credit for the museum, all necessary aspects of the proposal. MCP wrote proposals and obtained governmental grants and private funds to support activities and arrange for office and bureaucratic equipment, including computers, printers, software, etc.

Winning the RFP, of course, was only the beginning of the process and the museum faced additional obstacles if it hoped to promote a viable operation that could

⁶ Cape Cod Cape Verdean Museum and Cultural Center, "Emerald House RFP", Proposal.

be fiscally solvent in the years ahead. Under any circumstances creating a successful new venture like this is a difficult endeavor. Given the historical context of the community in which the museum was situated and complex and nuanced local discourses around race, ethnicity, and belonging, the museum faced more subtle challenges as well. The Emerald (Amaral) family that owned and operated the farmstead on which the museum (and a separate community farm project) is situated was one of the founding Portuguese families of the community and an important player in the agricultural economics of the town. The original sale of the property to the town intended that the space be used to promote that history. First there was some pushback in the community of the logic of a Cape Verdean Museum being situated at Emerald House. Disapprobation was expressed by individuals in the Portuguese community, but objections to the siting of the museum at that location also came from some in the town's Cape Verdean community as well. Located in a traditionally Azorean immigrant enclave, the museum would not be located in the town's Cape Verdean residential center. Even the local newspaper wrote an editorial in which they welcomed the museum at the site, while recognizing that it was perhaps not the most logical choice for a Cape Verdean historical center given its location and the farmstead's Azorean immigrant history. Other conflicts among personalities in the small community also created dissension. Among the broader immigrant community in general, buy-in for a Cape Verdean museum at Emerald House was not so simply achieved. Overt and more subtle undercurrents of racialized discrimination among some Portuguese and Cape Verdeans was a variable. How racial identities, geographic origins, and arguments over social mobility structured community relations was another contributing factor.

There were several practical concerns as well. The museum has a collection of some 1000 artifacts related to Cabo Verde, Cape Verdean, and other Lusophone migration that includes photographs, textiles, masks, popular and fine art, historical exhibits, original documents, genealogy resources, and a library. As the museum moved into and lost two other physical sites since its' 2012 founding, some of the collection had been temporarily stored in a university archive, as other parts of the collection had bounced from private residences in uncontrolled conditions, uncondusive to artifact preservation. Further, the Emerald House building, originally a private residence before last serving as a thrift shop, was not equipped with climate control, appropriate windows, and other museum quality standards to protect artifacts. The collection was largely lumped at random into uncatalogued boxes, without any indexing, or assessment of content and value. In an effort to assist the museum to meet these practical issues of professional museum management, MCP used contacts with university archival specialists who visited and assessed the collection. A specialist provided recommendations to the board on architectural improvements and worked out appropriate storage facility resources including a highly favorable memorandum of cooperation, that would provide all of the resources of the university

archives — including preservation, assessment, cataloging and digitizing the collection — even as the museum maintained full control and ownership of the artifacts.

The first part of creating community buy-in for the museum's siting at Emerald House was an MCP PR blitz which wrote up and distributed press releases to shareholders in the town, including libraries, museums, historical societies, policy makers, teachers, churches, and the school board. Many representatives of these organizations would later join the MCP History Initiative. Press releases were also sent to English and Portuguese language newspapers and other media outlets to promote the museum's siting at Emerald House. These efforts succeeded in arranging positive local press and word-of-mouth among the cultural and humanities ecosystem about the museum, but a more substantive effort would be required. The aim was not to just generate positive feeling toward the museum's goals, but also to create a model for transformative social action in an attempt to bring the community together in concrete fashion around the project.

Coordinating with the museum board, the MCP re-activated core participants in earlier community projects, including representatives from all four of the towns active Cape Verdean and Portuguese immigrant cultural organizations, members of local historical societies and museums, members of the town's school board, and other interested parties. Dubbed the Migrant Communities Project Cape Cod History Initiative, the MCP used its institutional contacts and previous project partners to assemble a working group which met weekly over a period of five months leading to the creation of an ethnographic and history exhibit.

5. MIGRANT COMMUNITIES PROJECT CAPE COD HISTORY INITIATIVE

The MCP Cape Cod History Initiative brought together around 50 individuals including officers and members of the immigrant civic organizations along with policy makers, members of the town's school board, K-12 teachers, education professionals, representatives from libraries, historical societies and local museums, along with interested citizens from the Brazilian community.

One of the purposes of the group was to assist the museum by collaboratively conceiving and designing an ethnographic, historical, and living history exhibit/fair that was part of the inauguration of the museum, including displays that could be used as part of the permanent collection. The MCP History Initiative however had broader goals in mind, creating a pilot project for a citizen scientist historical recovery and archival data collection intended to: 1. Assist and strengthen local immigrant community civic

organizations through an institutional history program; 2. Help to promote local Portuguese and Cape Verdean history among the region's broader population and among educational institutions; 3. Help provide a vocabulary and create a dialogue among disparate community shareholders over the role of history in shaping racial inequalities. Citizen scientist projects elicit the participation of the public to conduct academic studies, and "refers to the general public engagement in scientific research activities when citizens actively contribute to science either with their intellectual effort or surrounding knowledge or with their tools and resources" (SOCIENTIZE, 2015: 8; ECSA, 2015)⁷.

The interests of the History Initiative working group resulted in several topics of interest for the exhibit and for themes in the citizen science research project. Given the role of farming that brought the Azorean and Cape Verdean residents to originally settle the town, the group wanted to research these and other labor activities in the community. Another area of interest was in understanding the many nicknames used to refer to residents and why Portuguese names were anglicized in the US. Citizen Scientists collected names, which was really an *entrée* into speaking with members of the community about family histories. Data collection was used to examine themes of belonging, immigrant place making, and the power inequalities inherent in these processes. The participation of the immigrant civic organizations led to another interest expressed by the group to collect comprehensive histories of their civil society cultural associations. These were carried out through research into organization archives, oral histories and interviews being conducted with members, and artifact collection. Finally, to meet the requirements of the RFP, it was decided to create a history of the Emerald family, the farm, and the museum site. Other topics on the wish list that would develop outside of the scope of the museum exhibit were to create memorialization and memory plaques and panels at key sites of immigrant history in the town.

To achieve these ends, the MCP designed a citizen science training program that included workshops with skilled professionals and peer-to-peer mentoring to help participants conduct the research necessary to generate exhibits and to recover histories. The project further set out to re-read historical archives and narratives in terms of racialized inequalities. Specific workshops were held to help participants recognize sources of research, identify artifacts, and identify and use archives. The group worked collectively to develop an oral history rubric and questionnaire. Peer counselors, advisors, and mentors were assigned among more experienced researchers and those with specific professional skills to provide feedback and training to less experienced citizen researchers, also occurring on an ad hoc basis. As the History Initiative's director and academic humanities and social sciences advisor, I was also available to assist with all aspects of data

⁷ The MCP was presented at the 2021 Encontro Nacional de Ciência Cidadã.

collection, analysis and presentation, and helped model best practices by conducting interviews and working with participants to collect data and artifacts. As the history displays were near completion, the learning and training process included informal presentations of research at weekly meetings. Through this process, peer-to-peer learning/training about their organizations and town history was reinforced, and individuals who had not known one another prior to the project, became collaborative partners, with a mutual ownership stake in the initiative's outputs. This and other critical/collaborative feedback, augmented research for the final exhibit. The presentations also created models for participants to work on their own projects and promoted collaboration, mutual understanding, and knowledge sharing as each organization shared the history of their civil/cultural association or community, pointing to similarities among the larger group's shared experiences, and discussing distinct challenges faced by different members. This was a key part of meeting the initiative's learning objectives: encouraging critical challenges to well-accepted historical narratives and helping to develop intercultural understanding and competences among participants through settings in which they controlled the conversation.

Outputs and activities included artifact collection, the identification of individuals for oral histories and subsequent interviews, and archival research, which also provided data for display panels presented in the "Communities under Construction/ *Comunidades a Construir*" exhibit. The interpretive panels, artifact displays, and organization presentations were all a part of the exhibit and living history fair accompanying the Cape Verdean Museum's inauguration. The research was also used in other contexts, including as part of an historical lecture series at the Falmouth Public Library about Portuguese and Cape Verdean immigration and other presentations at immigrant civic organizations. Some of the research has also been incorporated into local history projects, as well as larger scientific and ethnographic studies.

6. COMMUNITIES UNDER CONSTRUCTION/ *COMUNIDADES A CONSTRUIR* OUTPUTS

The interpretive panels for the exhibit along with each of the immigrant civic organizations' historical narratives and power point presentations are available online⁸. In brief, the *Comunidades a Construir* living history exhibit took place on the grounds of the Cape Cod Cape Verdean Museum on June 25, 2021, aligning with the *Dia de São*

⁸ <Facebook.com/migrantcommunitiesproject> (provisional site) or <MigrantCommunitiesProject.com> (forthcoming).

João, a holiday that has significance for Cape Verdean, Azorean, and Brazilian participants, who all locally celebrate different manifestations of the day in their respective communities, and ran as part of the official inauguration and ribbon cutting event for the museum. The event, celebrating the opening of the museum's permanent exhibits, invited the public into a Cape Verdean maritime room, a Cape Verdean police and military service room, a re-creation of a Cape Verdean immigrant grandmother's kitchen, and other history-minded displays about Cabo Verde and Cape Verdean immigration to the US. Other parts of the inauguration and fair included live music performances by a Cape Verdean singer, a *capoeira* demonstration, and elements of the Kola San Jon Dia de São João celebration including a *mastro*. About a dozen tables with representatives from the immigrant organizations, and other community institutions, created living history booths about their histories and activities. This also included the Marston's Mills Historical Society, which contributed a presentation and power point slide show booklet on Cape Verdean families in that residential village, and the Woods Hole Historical Museum, which produces *Sprintsail*, a history journal that has published numerous articles about Portuguese immigration to Falmouth.

Each table exhibited historical and ethnographic materials including artifacts collected by the history project members, the historical narrative displays about their organizations, and their power point presentations in booklet form. The Brazilian community and East Falmouth Festa do Espírito Santo Irmandade tables offered food items related to their community and organization activities. Additionally, oldest living members of organizations (or in some cases founding members) were present at tables along with newer members and officers who provided living oral histories to fair goers in which they talked about activities and their own lives. Community organizations that created displays for the exhibit were Fresh Pond Holy Ghost Society (founded late 1800s), Cape Verdean Club of Falmouth (chartered 1944, founded as early as 1935), St. Anthony's Club (chartered 1942), Portuguese American Association (chartered 1983), East Falmouth IDES (chartered 1984), Cape Cod Cape Verdean Museum and Cultural Center (2012), along with tables about the Falmouth Brazilian Community, a presentation on the Cape Verdean Community of Marstons Mills (by Marstons Mills Historical Society), Falmouth Portuguese community historical research in the journal *Sprintsail* (by Woods Hole Historical Museum), and the Falmouth Oral History project presentation (by anthropologist Sandra Faiman Silva).

The MCP Cape Cod History Initiative ethnographic and historical narrative interpretive panels were also displayed. These were "Emerald House, Agriculture, Labor, and Immigration" (history of Falmouth agricultural labor and the Emerald Family), "What's in a name: 'Nicknames' and 'The Anglicization of Portuguese Names'" (exploration of place making and how immigrants create agencies to control their own narratives),

and “Early Portuguese and the Founding of the Falmouth Fire Department” (a photographic display of the earliest immigrant inclusion in municipal civic life and a labor occupation that has historically promoted social mobility among Portuguese and Cape Verdean men).

The MCP was involved in all aspects of the inauguration’s organization and planning, as well as raising around 30,000 dollars in funding, equipment, and services to support the event and expenses related to displays including grants from Massachusetts Cultural Council, regional banks, private donors, and in-kind contributions. MCP arranged press for the event, providing interviews, press releases, photographs, and other PR work, and activated informal networks of the MCP History Initiative to circulate word-of-mouth promotion. The inauguration and history fair were attended by 350 people including town officers, state representatives, and an official from the district’s US congressional delegation, newspapers, local television and radio, and a broad town cross-section including exhibit goers from different Lusophone communities and others who had no connection at all to Portugal, Cabo Verde, or Brazil.

After the event, the displays and knowledge generated by the project have been used in other endeavors including a public lecture series given at the Falmouth Public Library and presentations and programs offered by the organizations for their own members as well as open houses for the general public.

7. HISTORICAL MEMORIALIZATION: “FORM B” RECOGNITION AND THE COONAMESSETT RIVER PROJECT

The MCP History Initiative has also been involved in two other projects involving historical memorialization. The first was a collaboration with the Falmouth Historical Commission for work on the Massachusetts Historical Commission and Massachusetts Buildings Archive to create, update and augment current information and entries on “Form B” documentation⁹ historical registers in the state. Buildings owned by the civic associations were constructed by the immigrants, with some dating to the 19th century (by local standards considered historically significant). The halls housed the organizations many activities and in earlier times were community centers for broader swaths of the public beyond the Portuguese and Cape Verdean members. The buildings are themselves living

⁹ The “Form B” is an official state document that catalogues architectural features and registers the historical significance of buildings in Massachusetts, a pre-requisite to achieving landmark status and/or to demonstrate eligibility for state funds for the preservation and upkeep of buildings that are deemed to be of historical importance.

archives and museums that house immigrant material culture, with some artifacts dating back over 100 years.

Citizen scientists/community researchers helped to identify historic buildings and provided information on their features. The information provided in Form B write-ups and amendments ensured that the true nature of the material and intangible culture produced by the organizations in these spaces would be registered. Further, the MCP History Initiative association tombstones and power point presentations were provided to the Commission and used by consultants in their assessment and write-ups. In all cases this was information that the state commission evaluators would have been otherwise completely unaware. One goal of the project is to help the organizations access a pool of state funds for upkeep and capital improvements provided for buildings with historic significance. This is not without some compromise, in that accepting state funds comes with some restrictions on future construction and renovations, but the organizations will at least have the option to make the decision, rather than having no record of the important immigrant community landmarks in the state register. Further, there are a number of what are called picker shacks or sheds in which were housed seasonal fruit pickers who worked under arduous conditions. The historically significant dwellings have been all but demolished or enveloped into existing structures. A longer-term MCP project is to identify existing picker sheds and ensure that they are a part of the historic register before they entirely disappear.

Another MCP History Initiative memorialization endeavor involves the redesign of historical signage along the Coonamessett Greenway Heritage Trail. This is a project fraught with multiple intersections of class and privilege, and clearly demonstrates how the goals of the MCP can benefit local communities and ensure that immigrant narratives are protected and divulged. The project involves efforts to create appropriate signage recognizing the immigrant laborers, residents, and entrepreneurs that lived and worked land on cranberry bogs in the 19th and 20th centuries, and that now form part of a massive hiking trail and environmental wetlands recuperation project along Cape Cod's Coonamessett River. Given the river's centrality to farming and cranberry bogs, it runs through the heart of the historic and contemporary Azorean and Cape Verdean immigrant residential communities of Falmouth.

In the 1980s and 1990s many of the old Portuguese owned farmsteads that were founded around the river were sold to a local land preservation committee with the intention that the property would be preserved in perpetuity. Indeed, the purchase of Emerald House farm and lands was a part of acquisitions by the 300 Committee Land Trust (named after the tercentenary of the English charter for the town). Labor on industrial cranberry bogs were among the more prominent agricultural activities of Cape Verdean and Portuguese workers and were a primary impetus that brought them to Cape Cod in the

decades before and after 1900. Of course, resources such as native cranberries and herring running in the Coonamessett River had been a part of subsistence strategies for indigenous people in the region for thousands of years prior to European arrival.

The terms under which the Greenway took control of 300 Committee lands and redesigned the bogs in the heart of what was an Azorean residential community was controversial among many residents, especially as the committee was largely composed of individuals who resided in a more affluent part of the town, or were more recent arrivals, and would greatly affect the landscape of residents of the traditionally Portuguese immigrant community. The project is a wonderful example of environmental recuperation, as layers and layers of sand were stripped away from the manmade bogs to recover wildlife and natural habitats prior to their 19th century construction. The trail also incorporated older bogs and natural habitat from a recuperated US Superfund site where runoff from a nearby US Air Force facility had contaminated the river and ground water with a toxic plume.

Although memorialization signage is present along the trail, much of the display examines the environmental science behind the project. The historical panels tend to recognize prominent figures, farms, and industrial entrepreneurs, with short shrift given to the communities of laborers and immigrants that worked those bogs, and in whose residential community the project was undertaken. A historical memorialization plaque about the native Wampanoag, for example, was created with input from some members of that indigenous community, however the panel is placed in a far-removed and hidden corner of the trail. Interpretive panels about the Portuguese and Cape Verdean community caused much consternation among some members of the community. Completed with little input from historians or immigrant settlers, the memorialization starts off with a grotesque comparison between the migration of eels across the Atlantic to the Cape's marshes to the human migration of laborers from Portugal to the same banks. The tone-deaf comparison creates an inappropriate and inaccurate equivalence between marine biological processes and the political, economic, and racial inequalities and power processes fomenting the transoceanic mobility of human mobile labor migrants. No local historians of Portuguese communities were consulted directly, but the Falmouth Historical Societies' files were used to crib together a random series of decontextualized information, much of which was factually incorrect. A quote was pulled from the author of this article completely out of context and the author's original research was used in the display without attribution, in addition to being decontextualized. Other memorialization along the trail way likewise missed the mark, erasing immigrant labor narratives. For example, a working strawberry farm founded by one of the most prominent Cape Verdean families in the town includes not a single mention of their immigrant origins.

After discussions among members of the MCP History Initiative, I reached out to the officers of the Greenway committee. Through our initial conversations, some members of the Greenway project were adamantly opposed to changing the memorialization, with others more amenable. With some effort I attempted to explain both specific factual errors and provide a basic understanding of community memorialization which is characterized by the tenet of “nothing about us, without us”, a principle the Coonamessett Greenway Heritage Trail memorialization committee largely failed to honor with the Portuguese and Cape Verdean communities. After conversations and consultations, the committee agreed to let the MCP change the panel about the Portuguese and add information to the Cape Verdean farmstead panel. After working to make these changes, a final meeting with the History Initiative for approval resulted in a serious conversation concluding that the Greenway’s agreement to change only two panels would be superficial and by participating the group would be implicitly accepting that the rest of the flawed memorialization along other parts of the greenway was acceptable. It was felt that memorialization along the entire space should be transformed, including rethinking and redesigning other interpretive panels (most of which were written by non-specialists and without any consultation with community members or historical scholars). This far more ambitious proposal has been undertaken by the MCP History Initiative, which is currently fundraising for the project. Other scholars have consulted as well, including an anthropologist who focuses on heritage trail memorialization and who has worked on projects in indigenous and Hispanic communities in the US southwest.

CONCLUSIONS AND EVALUATION

As stated earlier in this article, the goals of MCP projects are to support institutional collaboration, improve equity, amplify the voices of immigrants and underrepresented groups, and facilitate community efforts to accomplish these ends. To this, MCP history projects have had some direct, and some indirect successes. To be certain, the project has helped the participating immigrant communities to raise their own visibility and provided them with material assistance to promote and amplify the narratives that they wish to tell about themselves. This extends not only to group and individual histories, but also to the stories about their important community institutions, institutions that have had such an integral part in community social life, in place-making strategies, and that have provided immigrants with a political voice. The training and professional development, along with institutional and specialist expertise contacts facilitated by the project, have, as the old proverb goes, not given a fish to the participants, but rather has helped to teach them how

to fish. These activities have broadened the opportunities for citizen scientists and communities to have mutually interdependent relations and encouraged mutual collaboration on joint projects that have, in some cases, continued after the MCP projects have long ended. For example, the Falmouth Public School system currently has educational protocols with the Cape Verdean Museum, connections introduced and facilitated by follow up with the Superintendent of Schools and School Board members through MCP initiatives. These educational protocols extend to international collaborations and exchanges among the town, the museum, the Cape Verdean Club of Falmouth and partner organizations in Cabo Verde.

Some lessons learned through the initiatives reiterate the importance of approaches to historical narrative construction that include the guiding principle of “Nothing about us, without us”. How public community histories are created and *how* knowledge originates is critical to the production of knowledge itself. Despite best efforts on the part of those intervening, individuals can, rightly so, be highly sensitive to the stories that belong to them. Professional scholars must be sensitive to such narratives, even when they are seen as ahistorical, and incorporate into our analyses the variables of how communities themselves understand their own stories. In this, the project’s methodologies resulted in research outcomes that would not have been possible otherwise.

Further, citizen scientists were able to collect historical data that would be inaccessible to other researchers. Their deep insider status allowed for a level of engagement with interviewees that even a trained researcher would have difficulty obtaining. This yielded some extraordinary results. In the case of work done by community researchers on the Cape Verdean Club (to which they belonged) narratives were uncovered pointing to a much deeper relationship of the club in the political process of the 1930s, a historical period in which much professional historiography and academic consensus argues was largely apolitical, with immigrants supposedly uninvolved in direct electoral processes. In this collaborative effort, the information from the MCP History Initiative’s citizen scholars, was used as a departure point for professional historical research to assemble broader patterns of direct electoral political participation in communities of immigrants from Portugal, challenging academic consensus and pointing to novel lines of research. The end goal of the initiatives modeled by the MCP are to ultimately serve the ends of the community with which one is conducting the project. Collaborations undertaken in this manner also have an important role in the generation of professional scholarship. Another related outcome of the work of the citizen scientists/community scholars has been the identification of repositories of troves of artifacts, some having significant historical value. The MCP has worked with the University of Massachusetts, Dartmouth library’s historical archives to identify and preserve some of these collections.

There are of course minefields, many unanticipated, when dealing with sensitive subject material, as was undertaken by examining histories of racial discrimination within these communities. How scholars view constructions of race, racialization processes of labor classes, and the situational and woolly nature of categorical identities including race and ethnicity, were often challenged by the self-conceptions of those who rely on such categorizations to make sense of their own social lives. Authoring an obscure academic paper after fieldwork can leave anthropologists largely inured from potential conflicts between theoretical analysis and the perspectives of those that they research. Discussions directly engaging the conclusions of academic scholarship with the understanding of social actors, however, are of elemental importance in assuring that theoretical and historical models expounded by scholars are accountable to the social narratives of those the analyses describe. Such an approach ultimately enriches research findings and strengthens arguments. It is essential, of course, to be honest about project goals, ends, and assumptions in order for service leadership to overcome such challenges. Further, engaging community scholars with the critical theories and analyses of social scientists provides additional vocabularies to empower communities who confront issues of social inequities in their daily lives.

Complicated issues like social equity and engagement of racialized discrimination are simple to grasp when contemplating them from an ethical perspective, but, are obviously complex problems when employed to engage the lived reality of racialized power inequalities. Were there simple solutions, these issues would have already been resolved. Ideally, inequality and injustice would be redressed quickly, like the end of a war after surrender or the changing of a law that ushers in transformative progress in one quick, shining, and enduring moment. If one hopes to eschew symbolic progress for substantive transformation, however, the process is often slow and laborious. Deliberately building trust and commonality among disparate and overlapping social communities through dialogue and finding common purposes may be a less dramatic or satisfactory outcome than the end goal of swift and righteous change. This incrementalism, however, is ultimately necessary to achieve hoped for outcomes. Changing minds and perspectives is indeed a slow and undramatic process, especially when what is being challenged are individuals' own structured and societally embedded privileges. How to encourage individuals to engage those inequalities — without rejecting their own responsibility in perpetuating them — has been one of the more difficult challenges of the initiatives. The dialogue building process and efforts to create common purpose and find common points of experience, however, has assisted in this approach.

What the MCP initiatives, methodologies, and models to engage social justice have demonstrated is that the success of scholastic inquiry as social critique is not solely dependent on asking the right questions, but must also consider the roads that are taken to arrive at the answers.

BIBLIOGRAPHY

- AZEVEDO, Rui Vitorino (2020), “Not Quite White: The Ethno-Racial Identity of a Portagee”. *Op. Cit.*: 19-34.
- BARKER, Jean E. (1996), “Cape Verdean-Americans: A Historical Perspective of Ethnicity and Race”, *Trotter Review* 10 (1): 17-20.
- BASTOS, Cristiana (2018), “Migrants, Inequalities and Social Research in the 1920s: the story of ‘Two Portuguese Communities in New England’”, *History and Anthropology* 29 (2): 163-183.
- BELL, Lee Anne; ROBERTS, Rosemarie A.; IRANI, Kayhan; MURPHY, Brett & with the Storytelling Project Creative Team (2008), *The Storytelling Project Curriculum: Learning About Race and Racism through Storytelling and the Arts*. New York: Barnard College.
- BERNAL, Martha E.; KNIGHT, George P. (1993), *Ethnic Identity: Formation and Transmission Among Hispanics and Other Minorities*. SUNY Series, United States Hispanic Studies. Albany: SUNY Press.
- DEARDORF, Darla (2006), “Identification and Assessment of Intercultural Competence as a Student Outcome of Internationalization”, *Journal of Studies in International Education* 10 (3): 241-266.
- DONAHUE, David M.; MITCHELL, Tania D. (2010), “Critical Service Learning as a Tool for Identity Exploration”, *Diversity and Democracy* 13 (2): 16-17.
- ECSA (European Citizen Science Association) (2015), “Ten Principles of Citizen Science”. Berlin, <<http://doi.org/10.17605/OSF.IO/XPR2N>>.
- FINE, Gerald A. (1941), “Portuguese Assimilation in Hawaii and California”, *Sociology and Social Research* 26 (1): 61-69.
- FINE, Robert (2009), *Cosmopolitanism*. New York: Routledge.
- FITZGERALD, Hiram E.; BURACK, Cathy; SEIFER, Sarena D. (2010), *Handbook of Engaged Scholarship: Contemporary Landscapes, Future Directions*: Volume 1: Institutional Change; Volume 2: Community-Campus Partnerships. Michigan State University Press.
- FRASER, Nancy (1998), *Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, Participation*. Discussion Papers / Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung, Forschungsschwerpunkt Arbeitsmarkt und Beschäftigung, Abteilung Organisation und Beschäftigung. Berlin.
- GIBAU, Gina Sánchez (2005), “Contested Identities: Narratives of Race and Ethnicity in the Cape Verdean Diaspora”, *Identities* 12 (3): 405-38.
- GORDON, Dennis R. (2014), “Curriculum Integration Versus Educating for Global Citizenship: A (Disciplinary) View from the International Relations Classroom”, *Frontiers: The Interdisciplinary Journal of Study Abroad* 24 (1): 59-72.

- GROSS, Ariela Julie (2008), *What Blood Won't Tell: A History of Race on Trial in America*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- HALTER, Marilyn (1993), *Between Race and Ethnicity: Cape Verdean Immigrants 1860-1965*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press.
- HANSON, Lori (2010), "Global Citizenship, Global Health, and the Internationalization of Curriculum: A study of Transformative Potential", *Journal of Studies in International Education* 14 (1): 70-88.
- HARNEY, Robert F. (1990), "'Portygees and Other Caucasians': Portuguese Migrants and the Racialism of the English-Speaking World". In: HIGGS, David (ed.), *Portuguese Migration in Global Perspective*. Toronto: The Multicultural History Society of Ontario: 113-35.
- HIGGS, David (ed.) (1990), *Portuguese Migration in Global Perspective*. Toronto: The Multicultural History Society of Ontario.
- HOPF, Ted (1998), "The Promise of Constructivism in International Relations Theory", *International Security* 23 (1): 171-200.
- KILLICK, David (2006), *Cross-Cultural Capability & Global Perspectives: Guidelines for Curriculum Review*. Leeds, UK: Leeds Metropolitan University.
- KNIGHT, Jane (2004), "Internationalization Remodeled: Definitions, Approaches and Rationales", *Journal of Studies in International Education* 8: 5-31.
- LAVE, Jean; WENGER, Etienne (1998), *Situated Learning: Legitimate Peripheral Participation*. Cambridge, UK: Cambridge University Press.
- LIM, Gil Chin (2003), "The Rationale for Globalization". In: LIM, Gil Chin; MILLER, Michael, *Strategy for a Global University*. 2nd ed. East Lansing: Michigan State University: 3-20.
- LONG, Theodore E. (2013), "From Study Abroad to Global Studies: Reconstructing International Education for a Globalized World", *Frontiers: The Interdisciplinary Journal of Study Abroad* 22: 25-36.
- LUTTERMAN-AGUILAR, Ann; GINGERICH, Orvil (2002), "Experiential Pedagogy for Study Abroad: Educating for Global Citizenship", *Frontiers: The Interdisciplinary Journal of Study Abroad* 8: 41-82.
- MALINIAK, Daniel et al (2012), *TRIP Around the World: Teaching, Research, and Policy Views of International Relations Faculty in 20 Countries*. Williamsburg, Virginia: The Institute for the Theory and Practice of International Relations at the College of William and Mary.
- MARTINEZ, Aja Y. (2014), "A Plea for Critical Race Theory", *Composition Studies* 42 (2): 65-85.
- MCLAUGHLIN, Jacqueline S.; JOHNSON, Kent D. (2006), "Assessing the Field Course Experiential Learning Model: Transforming Collegiate Short-Term Study Abroad Experiences into Rich Learning Environments", *Frontiers: The Interdisciplinary Journal of Study Abroad* 12: 65-85.

- MITCHELL, Tania D. (2007), "Critical Service-Learning as Social Justice Education: A Case Study of the Citizen Scholars Program", *Equity & Excellence in Education* 40 (2): 101-112.
- MITCHELL, Tania D. (2008), "Traditional vs. Critical Service-Learning: Engaging the Literature to Differentiate Two Models", *Michigan Journal of Community Service Learning* 14 (2): 50-65.
- MONIZ, Miguel (2009), "The Shadow Minority". In: KLIMT, Andrea; HOLTON, Kim (eds), *Community, Culture and the Makings of Identity*. North Dartmouth: Tagus Press, University of Massachusetts, Dartmouth: 409-30.
- MONIZ, Miguel (2021), "The Day of Portugal and Portuguese Heritage, Social Exclusion, and Imagined Mobilities: Legacies of Racialized Migrant Industrial Labor in Contemporary New England", *Portuguese Literary & Cultural Studies* 33: 95-153.
- MONIZ, Miguel (2023), "Political Activism and Migrants from Portugal in New England Industrial Mill Communities (pre-World War II): Labor Organization and Voluntary Association Collaboration in the Movement to Americanize the Immigrant". In: BASTOS, Cristiana; FELDMAN-BIANCO, Bela; MONIZ, Miguel (eds), *Migration, Mill Work, and Portuguese Communities in New England*. North Dartmouth: Tagus Press, University of Massachusetts.
- MONTROSE, Lynne (2002), "International Study and Experiential Learning: The Academic Context", *Frontiers: The Interdisciplinary Journal of Study Abroad* 8: 1-15.
- NATIONAL CENTER FOR EDUCATION STATISTICS (2012), "Digest of Education Statistics: 2012, Table 3". <http://nces.ed.gov/programs/digest/d12/tables/dt12_003.asp?referrer=report>, Access April 2023.
- PAGANO, Monica; ROSELLE, Laura (2009), "Beyond Reflection Through an Academic Lens: Refraction and International Experiential Education", *Frontiers: The Interdisciplinary Journal of Study Abroad* 15: 217-229.
- PAP, Leo (1981), *The Portuguese-Americans*. Boston: Twayne Publishers.
- PATTON, Lori D.; RENN, Kristen A.; GUIDO, Florence M.; QUAYE, Stephen John (2016), *Student Development in College: Theory, Research, and Practice*. Hoboken: John Wiley & Sons, Incorporated.
- PEPPAS, Spero (2005), "Business Study Abroad Tours for Non-Traditional Students: An Outcomes Assessment", *Frontiers: The Interdisciplinary Journal of Study Abroad* 11: 143-163.
- PETERSON, Chip (2002), "Preparing Engaged Citizens: The Models of Experiential Education for Social Justice", *Frontiers: The Interdisciplinary Journal of Study Abroad* 8: 165-206.
- PHINNEY, Jean S. (1993), "A Three-Stage Model of Ethnic Identity Development in Adolescence". In: BERNAL, Martha E.; KNIGHT, George P. (eds), *Ethnic Identity: Formation and Transmission Among Hispanics and Other Minorities*. SUNY Series, United States Hispanic Studies. Albany: SUNY Press: 61-79.

- RAMOS-ZAYAS, Ana Yolanda (2009), "Stereotypes of the Tropics in 'Portuguese Newark': Brazilian Women, Urban Erotics and the Phantom of Blackness". In: KLIMT, Andrea; HOLTON, Kim (eds), *Community, Culture and the Makings of Identity*. North Dartmouth, MA: Tagus Press, University of Massachusetts, Dartmouth: 431-460.
- REICHARD, John F. (1983), "Summary and Agenda for Future Interchanges". In: JENKINS, Hugh M. (ed.), *Educating Students from Other Nations: American Colleges and Universities in International Educational Interchange*. San Francisco: Jossey-Bass: 295-318.
- SCHON, Donald A. (1995), "The New Scholarship Requires a New Epistemology", *Change* 27 (6): 26-35.
- SCHOORMAN, Dilys (1999), "The Pedagogical Implications of Diverse Conceptualizations of Internationalization: a U.S.-Based Case Study", *Journal of Studies in International Education* 3: 19-46.
- SLIMBACH, Richard (2010), *Becoming World Wise: A Guide to Global Learning*. Sterling VA: Stylus.
- SLIMBACH, Richard (2014), "Reinventing International Education: Purpose, Product, Place, and Pedagogy", *International Educator* 23 (5): 58-63.
- SOCIENTIZE (2015), *White Paper on Citizen Science for Europe*. European Commission, Socientize Consortium.
- STOHL, Michael (2007), "We Have Met the Enemy and He Is Us: The Role of the Faculty in the Internationalization of Higher Education in the Coming Decade", *Journal of Studies in International Education* 11 (3-4): 359-372.
- TARRANT, Michael A.; RUBIN, Donald L.; STONER, Lee (2014), "The Added Value of Study Abroad: Fostering a Global Citizenry", *Journal of Studies in International Education* 18 (2): 141-161.
- TORRES, Vasti; HOWARD-HAMILTON, Mary F.; COOPER, Diane L. (2003), *Identity Development of Diverse Populations: Implications for Teaching and Administration in Higher Education. ASHE Higher Education Report* 29 (6). San Francisco: Jossey-Bass.
- UNITED NATIONS (2013), *Intercultural Competencies: Conceptual and Operational Framework*. Paris: UNESCO.
- VYGOTSKY, Lev S. (1978), *Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes*. Cambridge, MA: Harvard University Press.
- WHITE, Lewis (2021), "Forgotten Histories: How Unknown Stories of Portuguese and Cape Verdean immigrants shaped the Cape, IV". Falmouth Public Library/Migrant Communities Project Joy of Learning program, session 4. <https://www.youtube.com/watch?v=iyd2W_7GtUQ>.

WIJEYESINGHE, Charmaine; JACKSON, Bailey W. (2012), *New Perspectives on Racial Identity Development: Integrating Emerging Frameworks*. 2nd ed. New York: New York University Press.

ZEMACH-BERSIN, Talya (2009), "Selling the World: Study Abroad Marketing and the Privatization of Global Citizenship". In: LEWIN, Ross (ed.), *The Handbook of Practice and Research in Study Abroad*. New York: Routledge: 303-320.

LEMBRANÇAS DE ESCOLA: ALGUNS REGISTROS DOS SABERES INDÍGENAS

por

Geovana Tabachi Silva¹

Resumo: A proposta deste trabalho é refletir sobre as memórias de escola de professores indígenas, discentes do curso de Licenciatura Intercultural Indígena Tupinikim e Guarani. A metodologia consistiu na análise de um memorial sobre as lembranças da escola, desenvolvido pelos alunos como requisito da disciplina Metodologia do Ensino de Ciências Sociais, na qual a autora atuou como docente. As considerações apontadas nos memoriais reforçam a descoberta de que ser indígena na escola se traduzia em subalternidade, de modo que os professores não indígenas, reiteradas vezes, atribuíam juízos de valor que os inferiorizavam. No final, conclui-se sobre a importância da educação escolar indígena para o reforço de emoções e sentimentos de pertencimento, considerando-os instrumentos de luta por direitos e interesses comuns.

Palavras-chave: Memórias; Professores Indígenas; Metodologia de Ensino.

Abstract: The purpose of this work is to reflect on the school memories of Indigenous teachers, students of the Tupinikim and Guarani Indigenous Intercultural Degree course. The methodology consisted of analysing a memorial about school memories, developed by students as a requirement of the Social Sciences Teaching Methodology course, in which the author worked as a teacher. The considerations pointed out in the memorials reinforce the discovery that being Indigenous at school was translated into subalternity, so that non-Indigenous teachers often attributed value judgments that made Indigenous inferior. In the end, it will be concluded on the importance of indigenous school education to reinforce emotions and feelings of belonging, considering them instruments of struggle for common rights and interests.

Keywords: Memories; Indigenous Teachers; Learning Methodology.

INTRODUÇÃO

Suspender o céu é ampliar os horizontes de todos, não só dos humanos. Trata-se de uma memória, uma herança cultural do tempo em que nossos ancestrais estavam tão harmonizados com o ritmo da natureza que só precisavam trabalhar

¹ Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal Fluminense/UFF, Campos dos Goytacazes, Brasil. Coordenadora do Motirô Nhaderekó. Grupo de Pesquisa em Memória e Cultura. E-mail: geovanatabachi@id.uff.br.

algumas horas do dia para proverem tudo que era preciso para viver. (...) Vamos ter que produzir outros corpos, outros afetos, sonhar outros sonhos para sermos acolhidos por esse mundo e nele podermos habitar. Se encarmos as coisas dessa forma, isso que estamos vivendo hoje não será apenas uma crise, mas uma esperança fantástica, promissora (Krenak, 2020a).

A proposta deste trabalho² é refletir sobre as memórias de escola de professores indígenas, discentes do Programa de Licenciatura Intercultural Indígena Tupinikim³ e Guarani, da Universidade Federal do Espírito Santo (PROLIND/UFES). Este programa de apoio à formação superior de professores, que atuam em escolas indígenas de educação básica, tem como objetivo a formulação e a efetivação de políticas públicas de valorização da diversidade e promoção da equidade na educação. Ambas as etnias referenciadas estão localizadas no município de Aracruz, região litorânea do norte do Estado do Espírito Santo, na região sudeste do Brasil, constituindo-se em 12 (doze) Territórios Indígenas (TIs)⁴. A proposta de elaborar um memorial com registros das memórias escolares dos professores indígenas em formação ocorreu como avaliação final no âmbito da disciplina Metodologia do Ensino de Ciências Sociais, ministrada por uma docente não indígena na modalidade remota, durante o contexto pandêmico, no segundo semestre de 2021.

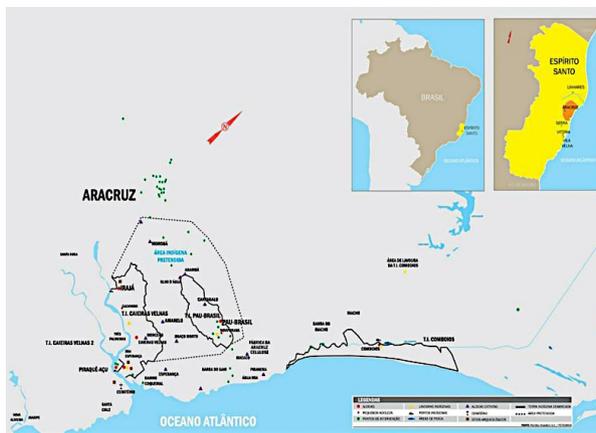


Fig. 1. Mapa das Terras Indígenas do Espírito Santo⁵.

² Trabalho inicialmente apresentado no VIII Congresso da Associação Portuguesa de Antropologia, realizado entre os dias 06 a 09 de setembro de 2022, em Évora/PT, na modalidade remota.

³ A expressão Tupinikim será adotada no decorrer deste trabalho, considerando documentos e publicações da UFES, embora possa haver variação em sua grafia.

⁴ Para conhecer mais sobre as etnias Guarani e Tupinikim, consulte: Ciccarone, 2001; Teão, 2018.

⁵ Disponível em <<http://temaindigena.blogspot.com/2011/03/mapa-das-terras-indigenas-do-espírito.html>>, acesso em 20/11/22.

A atividade propôs relacionar memórias (Rodrigues e Lombardi, 2020), saberes escolares e territorialidade, tendo em vista a relevância estratégica destes para a continuidade dos povos e comunidades tradicionais, ao mesmo tempo que possibilitou relações com outras culturas e seus respectivos saberes. Algumas questões norteadoras foram inicialmente consideradas: como foi seu primeiro contato com a escola? Quais as lembranças do período da escola? Quais as principais dificuldades encontradas? O que mais gostava? Seus professores eram indígenas? Todas as inquirições caminharam no sentido de construir um memorial de lembranças da escola, com registros de memórias pessoais e escolares, incluindo situações, narrativas de pessoas, objetos, assim como as práticas cotidianas nas comunidades e os atravessamentos que reforçam e fortalecem a educação e os saberes indígenas. Esse processo gerou desafios e suscitou a construção de metodologias de ensino e aprendizagem, que sintetizam e potencializam pedagogias ligadas às especificidades de cada contexto escolar indígena. Além disso, provocou a adoção da pesquisa como base pedagógica essencial da construção do itinerário formativo indígena, com vista a uma melhor compreensão e avaliação do fazer educativo, do papel sociopolítico e cultural da escola, da realidade das comunidades tradicionais e do contexto sociopolítico e cultural da sociedade brasileira em geral.

Considerando as indagações elencadas acima, as quais recaem na seara da memória (e avaliando ainda que este conceito pode ser compreendido como conhecimento do passado guiado pelo presente, ou mesmo como uma forma de conhecimento que se alimenta de cada sujeito e de suas lembranças, dos jogos de poder e interesse, dos seus julgamentos morais), essa narrativa faz emergir registros da vida e das trajetórias pessoais e coletivas dos alunos indígenas, alguns já professores na educação básica, à luz da reconfiguração do tempo e da resignificação dos sentidos. Desse modo, a presença do passado é reforçada pelas relações afetivas de identidade, que se reconfiguram no presente gerando outras formas de socialização e busca pelo reconhecimento, tomando a memória como potência, como reexistência e não somente por sua característica de resistência frente ao histórico processo de apagamento.

O texto está organizado em dois momentos, que se complementam. Inicialmente, voltado para a caracterização do curso, dos alunos, do ambiente da disciplina e dos territórios em que se inserem, e, num segundo momento, a abordagem tratará do drama social suscitado nas narrativas dos discentes indígenas, suas experiências e memórias de escola.

1. LICENCIATURA INDÍGENA: O PROLIND-UFES

Na Universidade Federal do Estado do Espírito Santo, uma modalidade de acesso de estudantes indígenas ao ensino superior é o PROLIND-UFES, um Programa de Apoio à Formação Superior e Licenciatura Intercultural Indígena ligado ao Ministério da Educação (MEC), que visa apoiar a formação de professores indígenas, em nível de graduação, considerando as especificidades locais e culturais dos povos, ao mesmo tempo que obedece à legislação da educação escolar indígena, como indicam as diretrizes do Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena Tupinikim e Guarani. O documento foi criado em 2014 e prevê a criação de vagas destinadas a professores de Educação Básica que estejam atuando em Escolas Indígenas:

O Projeto Político-Pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural indígena está concebido na perspectiva de formação plena dos professores, com vistas a um trabalho diferenciado no Ensino Fundamental e no Ensino Médio das escolas indígenas, referenciada nos projetos societários das comunidades envolvidas, tendo como referência as práticas bilíngues, interdisciplinares e interculturais de ensino, de aprendizagem e de pesquisa. Tem como princípio o respeito, a valorização e o fortalecimento da identidade cultural de cada povo, seus conhecimentos, práticas e valores na busca da consolidação do processo de luta pelo reconhecimento e defesa dos seus direitos, da autonomia e da sustentabilidade (UFES, 2014).

O curso é oferecido pela UFES aos professores Guarani e Tupinikim que atuam nas escolas das aldeias, desde o segundo semestre de 2015, sendo ministrado em regime de alternância, intercalando períodos de tempo/universidade e tempo/comunidade, tendo sido criado conforme a Resolução n.º 11/2014 do Conselho Universitário (CUN-UFES). Contudo, o PROLIND teve as suas atividades iniciadas em 2009, com a efetivação de dois seminários realizados nas aldeias, com ampla participação de indígenas e não-indígenas, tendo em vista suplantiar as demandas pelo curso superior. O ingresso no curso se caracterizou pelo vestibular por meio de prova de redação em língua indígena, tendo a primeira turma 70 alunos. Além das aulas, foram realizadas diversas atividades, como cineclube, seminários, noites culturais, projetos e práticas pedagógicas (Teão, 2018). A experiência contou com narrativas que versam sobre identidade, memória, território e meio ambiente:

(...) um grupo de trabalho composto paritariamente por indígenas e não indígenas, através de reuniões periódicas e a realização de três seminários nas aldeias, teve, como tarefa, reunir e sistematizar informações, sugestões e

expectativas das comunidades interessadas com relação à formação superior e, em particular, à construção de um programa de licenciatura indígena intercultural na UFES.

Diante do amplo debate realizado com os povos Tupinikim e Guarani, em 2015 foi dado início ao curso de licenciatura intercultural indígena, com entrada única, e oferta de 70 vagas, destinadas a professores de educação básica que estejam atuando nas escolas Indígenas das aldeias. O curso irá habilitar o docente para o Ensino Fundamental e Médio, em uma das três Habilitações Plenas, a saber: Habilitação 01: Ciências Sociais e Humanidades; Habilitação 02: Artes, Linguagens e Comunicação. Habilitação 03: Ciências da Natureza e Matemática (UFES, 2014).

A disciplina Metodologia de Ensino, cujo ambiente analisamos aqui, se orientou pelas propostas e experiências de ensino de Ciências Sociais em escolas indígenas e se ancorou nos projetos políticos das escolas indígenas, nas orientações teórico-metodológicas de ensino das Ciências Sociais, assim como na Habilitação 01: Ciências Sociais e Humanidades, as quais imputam relevante ênfase à pesquisa qualitativa. Nesse sentido, dentre os seus objetivos, destaca-se a articulação da proposta política e pedagógica da escola indígena com a formação de professores indígenas, com vista ao exercício integrado da docência e da fundamentação da pesquisa, considerando ainda a participação em diferentes dimensões da vida de suas comunidades e suas especificidades. Vale ressaltar que a prática de ensino se refere a um conjunto amplo de atividades ligadas ao exercício docente, desde o ato de ensinar propriamente dito até a produção e a análise de material didático-pedagógico, a experiência de gestão e a realização de pesquisas. Desse modo, a prática de ensino deve estar articulada a todo o processo formativo do professor indígena, integrando desde suas atividades iniciais até as de conclusão do curso. Portanto, foi importante propiciar aos discentes conteúdos relativos ao domínio dos métodos e técnicas de ensino-aprendizagem que permitissem a transposição do conhecimento das Ciências Sociais, ao mesmo tempo que instigassem a competência na articulação entre os saberes tradicionais e o saber acadêmico, saber escolar, pesquisa e prática social, estimulando, ainda, atitudes cognitivas como o estranhamento e a desnaturalização (Moraes e Guimarães, 2010) e a imaginação sociológica (Mills, 1982), tomando como fio condutor o debate sobre as escolas indígenas e não indígenas.

As aulas foram desenvolvidas em ambiente virtual, considerando as limitações advindas do ensino remoto, e também das realidades de cada território indígena e sua relação com as novas tecnologias digitais. O andamento da disciplina se desdobrou: a) na forma síncrona, com aulas expositivas e participação dos alunos presentes (tempo-universidade); b) na forma assíncrona, em que o discente desenvolveu as atividades pedagógicas, conforme

orientação da professora, em sua comunidade (tempo-comunidade). Foram 05 (cinco) encontros de aproximadamente 02h30min (duas horas e trinta minutos), com início às 18 horas, no período entre 18 de outubro de 2021 até 22 de outubro de 2021. As leituras foram previamente indicadas, entretanto, a maior parte dos 13 (treze) discentes que compunham a turma não conseguiu efetuar-las, tanto por falta de tempo, visto que trabalhavam em tempo integral, ou mesmo por dificuldades com a internet. Desse universo de alunos nem todos atuavam, na ocasião, no magistério, mas tinham alguma relação com a escola ou com a educação em suas comunidades, Guarani ou Tupinikim, por serem lideranças ou por já terem sido professores em seus territórios. A avaliação contou com a participação nas aulas e a elaboração do trabalho escrito, cujo conteúdo se referiu ao memorial das trajetórias pessoais de escolarização, o qual foi construído no tempo-aldeia, além da apresentação oral destes registros sobre as lembranças de escola, contendo reflexões e análises acerca do período escolar (fundamental ou médio), tendo ocorrido de forma remota nos dias 16 e 17 de novembro de 2021, com cerca de 02 (duas) horas em cada encontro.

2. MEMÓRIA E INTERCULTURALIDADE

Somente o diálogo intercultural efetivo é capaz de possibilitar a coexistência das lógicas da etnia e da cidadania em um mesmo espaço social e territorial (Santos, 2006: 89).

As ações de formação constituem um espaço de narração e produção de conhecimento. Desse modo, o trabalho relacionado às memórias de escola constitui uma estratégia, um jeito de experimentar e reinventar práticas de formação e saberes. Como indicam os estudos de Carmen Perez (Perez et al, 2009) na América Latina, a perspectiva intercultural está diretamente relacionada à memória, à tradição e à ancestralidade. A autora ainda afirma que, como ferramenta teórica, “a interculturalidade revela-se um dispositivo a serviço da ruptura do paradigma escolar fundado no monoculturalismo e no etnocentrismo” (Perez et al, 2009: 253). Na perspectiva intercultural, o trabalho com a memória possibilita acionar ideias, sensações, imagens, sentimentos e experiências, individuais ou coletivas, que compõem o acervo cultural de diferentes grupos sociais. A articulação com a memória, ainda, proporciona a atualização de práticas educativas, assim como a consolidação do pertencimento e o reconhecimento de tradições e saberes. Portanto, a interculturalidade possibilita a conjunção de membros de grupos sociais e étnicos diversos promovendo práticas que estimulam a compreensão e o respeito entre diferentes contextos socioculturais: “no que diz respeito à interculturalidade, na América Latina essa perspectiva

surge principalmente por motivações sociais, políticas, ideológicas e culturais relacionadas às populações indígenas” (Perez et al, 2009: 254). Em outras palavras, a memória, como um processo intercultural, proporciona romper barreiras, pensar margens e fronteiras, acionar invisibilidades, desconstruir preconceitos, desnaturalizar hábitos e comportamentos. O uso da memória como recurso de ensino mobiliza questionamentos que possibilitam o ativar de reminiscências da própria comunidade, principalmente no sentido de problematizar esquecimentos e silêncios (Pollak, 1989). A memória é relevante para o tempo presente, sendo construída a partir da rememoração do passado, uma vez que este é eterna reconstrução (Halbwachs, 2006). Em vista disso:

A memória, como um processo intercultural, propicia o (re)conhecimento de experiências coletivas, a reatualização e a afirmação de marcas culturais e identitárias. A interculturalidade é a substância que aglutina membros de diversos grupos sociais, garantindo-lhes o sentimento de pertença, a consciência de si mesmos e dos outros, que compartilham experiências culturais diferentes (Perez et al, 2009: 254).

Portanto, a disciplina Metodologia do Ensino de Ciências Sociais para os graduandos do PROLIND, que atuarão na Habilitação 01, área de Ciências Sociais e Humanidades, caracterizou-se como mais uma oportunidade de qualificação e atuação na educação escolar indígena, tendo em vista a construção de sujeitos políticos, na perspectiva do engajamento, na medida em que os indígenas tomaram para si a tarefa de defender os seus próprios direitos (Ramos, 2007). É relevante também distinguir educação indígena e educação escolar indígena, visto que a primeira se refere aos processos próprios de transmissão e produção dos conhecimentos dos povos indígenas, enquanto a educação escolar indígena diz respeito aos processos de transmissão e produção dos conhecimentos não-indígenas e indígenas por meio da escola, que tem sido uma instituição própria dos povos colonizadores. Nessa direção, como assegura o antropólogo e professor Gersem José dos Santos Luciano, também conhecido por Gersen Baniwa, indígena do povo Baniwa, não existe apenas um modelo, um objetivo e uma meta única que oriente esses processos educativos, uma vez que “cada povo indígena concebe historicamente sua escola e projeta -a segundo suas perspectivas contextualizadas” (Santos, 2013: 1).

3. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA: (RE)SIGNIFICANDO O CAMINHO A PARTIR DAS MEMÓRIAS

A história de lutas está aqui hoje por causa da nossa luta (Professor Indígena, Terra Indígena Comboios).

A atividade avaliativa da disciplina Metodologia do Ensino apresentou alguns marcadores relevantes que puderam ser observados nas apresentações orais dos discentes indígenas sobre as suas memórias do tempo de escola, tanto no que se refere ao campo pessoal, quanto aos campos político, histórico, educacional e cultural. Dentre eles merece destaque o marcador pessoal, haja vista apresentar narrativas que indicam as características de professor ou professora, que almejam para si, ou seja, pessoas que se empenham contra a conformidade a partir da compreensão do ensinar como um ato de liberdade, de um indígena protagonista, que se reconhece indígena e está conquistando lugar de fala. Entretanto, nem sempre foi assim. As formações para professores da Escola Indígena iniciaram-se apenas em 1994 e, até então, não era atribuído valor ao pertencimento indígena, assim como havia lideranças que não apoiavam a educação escolar indígena, segundo as narrativas dos alunos com que tive contato. Inclusive há relatos que corroboram a falta de compreensão do ser indígena e existiam pais que não queriam que os seus filhos estudassem com professores indígenas. Um dos relatos de uma professora destaca que ela somente percebeu a sua condição identitária quando iniciou o curso no PROLIND:

Minha mãe é indígena e meu pai não indígena... em 1989 vinha passar férias na casa de meu avô na roça... não tinha consciência de que eu era indígena, que meu avô morava na aldeia... no PROLIND que me dei conta de ser indígena (Professora, Terra Indígena Pau Brasil).

Eu não ouvia falar do povo indígena, na minha cabeça eu não sabia o que era indígena... eu não sabia falar sobre a aldeia... hoje estudar na aldeia há o autorreconhecimento (Professora, Terra Indígena Caieiras Velha).

Eu tinha vontade de ser professora. Cursei História na faculdade, mas a internet era horrível. Tranquei a faculdade⁶, casei e tive 02 filhos. Depois entrei no PROLIND em 1º lugar. Até hoje atuo como professora de história

⁶ Considerando as narrativas das memórias de escola, alguns indígenas receberam bolsas de estudo da multinacional Aracruz Celulose, fruto do acordo realizado entre a empresa e os Guarani e Tupinikim no processo de devolução de 11 mil hectares aos indígenas. Este processo de retomada ocorreu em meados do mês de maio de 2005. Para mais informações consultar <<https://cimi.org.br/2005/08/23788/>>. Acesso em 30/04/2023.

na educação escolar indígena. Assumi que era indígena quando comecei a trabalhar as questões indígenas em sala de aula (Professora, Terra Indígena Comboios).

Eu me pintava para me sentir mais próximo da família quando fui estudar em São Paulo... a pintura era sentimento, era espiritualidade presente (Professor, Terra Indígena Caieiras Velha).

As memórias de escola acionam lembranças do tempo em que cursavam o ensino fundamental em seus territórios, com professores não indígenas fornecidos pela FUNAI⁷, ou o ensino médio em escolas fora de suas comunidades, na região ou em outras localidades, como nas escolas família-agrícola que funcionavam em regime de alternância, nos municípios em Rio Bananal ou Guarapari⁸. Os relatos indicam os preconceitos sofridos e o quanto o processo de socialização no ambiente escolar foi sofrido. Desse modo, as memórias apresentaram as limitações e as fronteiras da escola colonizada para a escola intercultural, exaltando, através das narrativas, marcadores históricos e políticos que demonstram a postura integracionista e assimilacionista do modelo hegemônico de educação, imputando aos estudantes indígenas a importância de serem melhorados e incorporados à sociedade nacional:

A professora da FUNAI parecia regime militar, havia castigos... eu tomava reguada e já fiquei de joelhos em pedra (Professor, Terra Indígena Comboios).

A escola indígena que estudei não era murada, com duas salas multisseriadas... o novo modelo de escola mudou, tendo hoje os padrões da escola não indígena, com muros e prédio grande... a presença da comunidade quando a escola era no centro da aldeia os mais velhos passavam e contribuía (Professor, Terra Indígena Aldeia Nova).

Lá fora é muito ruim mesmo. A escola exigia usar tênis, uniforme, mas os pais não tinham condições [de comprar] ... era muito ruim fazer trabalho em grupo, o mesmo era participar de time na educação física (Professora, Terra Indígena Caieiras Velha).

⁷ Fundação Nacional do Índio (FUNAI). Órgão criado em 1967.

⁸ Rio Bananal é um município localizado no norte do Estado do Espírito Santo, distante cerca de 100 km do município de Aracruz onde estão localizadas as Aldeias Indígenas. Guarapari é um município localizado ao sul do Estado, distante cerca de 138 Km de Aracruz <<https://br.distanciadas.net>>.

A professora [cita o nome da professora não indígena] batia nos alunos, chamava de repetente. Fiquei traumatizada. A maior dificuldade era permanecer na escola... era pra comer, mas a comida era horrível, mas era o que tinha. Sofri humilhação sem tênis e uniforme... ficava num cantinho, porque os professores chamavam a gente de piolhenta, fedorenta. Depois entrei no Ensino Médio de Contabilidade, tive filho aos 17 anos e minha mãe insistiu para eu voltar a estudar após 04 anos parada. As meninas [se referindo às colegas estudantes indígenas] eram as domésticas [empregadas domésticas] das professoras ou das colegas na escola (Professora, Terra Indígena Caieiras Velha).

Apanhava dos professores e não podia falar para os pais, porque apanharia novamente. Eu achava que não merecia aquilo, mas não havia diálogo. Não lembra da valorização do indígena. Ia de chinelo, às vezes com prego no chinelo. Na escola não deixavam entrar porque estava de chinelo, mas ter chinelo era uma vitória. Os pais eram chamados de preguiçosos [pela escola] e nós de piolhentos (Professora, Terra Indígena Caieiras Velha).

A Constituição de 1988 é um importante marco histórico e político no sentido de romper com a postura integracionista e assimilacionista, na medida em que considera o direito à diferença cultural dos grupos indígenas, ou seja, o direito de expressar a sua identidade cultural (suas línguas, tradições, saberes e práticas), possibilitando a atuação da escola indígena. Essa nova postura produz outras práticas, numa educação diferenciada, como a valorização de saberes ancestrais, formação dos próprios indígenas para atuarem como professores em suas comunidades. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394/1996 ou Lei Darcy Ribeiro, também fortalece a educação escolar indígena, dando tratamento diferenciado daquele oferecido às demais escolas dos sistemas de ensino, o que é enfatizado pela prática do bilinguismo e da interculturalidade. Além disso, a Lei 11.645/2008 altera a LDB (Lei 9.394/1996) e estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, com a obrigatoriedade do ensino de história e cultura africana e indígena nas escolas.

Numa sociedade marcada pela fluidez, pelo consumo, pelo conhecimento tecnológico, pelo acirramento das violências, das desigualdades e pelos impactos na perspectiva de futuro, em que sentido a educação pode produzir transformações?

É possível considerar que a valorização da interculturalidade vem para romper barreiras, pensar margens e fronteiras, desconstruir preconceitos, ao mesmo tempo que desnaturaliza hábitos e comportamentos discriminatórios, apontando para a construção de uma educação antirracista, com vista à equidade social e à construção de novas identidades docentes, não mais limitada ao saber técnico-pedagógico. Nesse sentido, a Lei 11.645/08

insufla uma importante política de reconhecimento, a qual tende a valorizar processos históricos dos povos originários e africanos, sendo um importante marco temporal na reconfiguração do currículo escolar (França, 2022).

A educação antirracista pode funcionar como instrumento de luta no fortalecimento das epistemologias indígenas, contribuindo para a construção de uma escola plural e inclusiva, cujas diretrizes estejam pautadas no respeito pelas territorialidades, processos históricos e tradicionais, educação bilíngue, calendário específico e diferenciado, justiça curricular e intercultural, assim como na regularização das legislações da Educação Escolar Indígena (EEI) no sistema de ensino dos estados. Nesse âmbito, é possível estimular questionamentos das formas hegemônicas impostas pela racionalidade ocidental moderna e contribuir para criar novos espaços de debate, consequentemente críticos à estrutura colonial, racista, patriarcal e capitalista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há, portanto, um entendimento comum entre os povos indígenas de que a escola deve contribuir para possibilitar uma relação menos desigual e desvantajosa com a sociedade nacional e global, desde que não seja em detrimento dos seus conhecimentos, culturas e identidades (Santos, 2013: 8).

Diante do exposto, podemos considerar a memória como a experiência social do vivido, assim como um fenômeno de identidade, o qual tem caráter coletivo. Sendo assim, a memória coletiva abrange e é constituída de fenômenos de identidade persistentes no tempo, conforme pode ser observado nos relatos das professoras e dos professores indígenas acerca de suas memórias de escola, ao mesmo tempo que é um recurso de luta pelo reconhecimento e valorização de seus saberes locais, tradições e territorialidades.

Acionar memórias, portanto, apresenta um caráter desafiador e, do mesmo modo, transformador no sentido de dialogar com uma perspectiva decolonial (Quijano, 1992). Esse olhar permite observar as realidades sociais a partir das margens do sistema mundo, possibilitando, assim, potencializar agentes históricos, o surgimento de novas sociabilidades e diferentes formas de expressão cultural, social e política no contexto contemporâneo, num momento de negação de direitos e de negação das diferenças. Como diz Ailton Krenak, em *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*, “é importante viver a experiência da nossa própria circulação pelo mundo, não como metáfora, mas como fricção, poder contar uns com os outros” (Krenak, 2020b: 27).

As emoções e os sentimentos verbalizados pelos professores indígenas evidenciaram lugares comuns entre as duas etnias: a sensação de não pertencimento à escola; a lembrança de como a disciplina imposta era uma forma de violência; e a descoberta de que ser indígena na escola se traduzia em subalternidade. Além disso, os professores não indígenas, reiteradas vezes, atribuíam juízos de valor que inferiorizavam os indígenas.

As narrativas dos discentes da disciplina Metodologia do Ensino em Ciências Sociais também apontam para exaltar a larga distância entre o que está estabelecido na lei e o que ocorre na prática, na medida em que as professoras e os professores indígenas, e suas comunidades, reivindicam para si os direitos que a legislação lhes assegura, construindo e atuando para uma educação escolar indígena que os represente.

REFERÊNCIAS

- BRASIL (2008), *Lei n.º 11.645, de 10 de Março de 2008*. Estabelece as diretrizes e a obrigatoriedade do ensino da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm>. Acesso em 05/02/21.
- BRASIL (1996), *Lei n.º 9.394, de 20 de Dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 05/02/21.
- CICCARONE, Celeste (2001), *Drama e Sensibilidade: Migração, Xamanismo e Mulheres Mbya Guarani* (Tese de doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- FRANÇA, Evanilson Tavares de (2002), “Uma Práxis Pedagógica Antirracista: Sob Luz, O Projeto Alma Africana”, *Poiésis* 16 (29): 220-238.
- KRENAK, Ailton (2020a), *A Vida Não é Útil*. 1.ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras: 46-47.
- KRENAK, Ailton (2020b), *Ideias para Adiar o Fim do Mundo*. 2.ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- HALBWACHS, Maurice (2006), *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro.
- MILLS, Charles Wright (1982), *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MORAES, Amaury César; GUIMARÃES, Elisabeth da Fonseca (2010), *Metodologia de Ensino de Ciências Sociais: Relendo as OCEM – Sociologia*. Coleção explorando o Ensino. Brasília: Ministério da Educação.
- PEREZ, Carmen Lucia Vidal; TAVARES, Maria Tereza Goudart; ARAÚJO, Mairce da Silva (2009), *Memórias e Patrimônios: Experiências em Formação de Professores*. Rio de Janeiro: Eduerj.

- POLLAK, Michel (1989), “Memória, Esquecimento, Silêncio”, *Estudos Históricos* 2 (3): 3-15.
- QUIJANO, Aníbal (1992), “Colonialidad y modernidade/racionalidade”, *Perú Indígena* 13 (29): 11-20.
- RAMOS, Alcida Rita (2007), “Do Engajamento ao Desprendimento”, *Revista Campos* 8: 11-32.
- RODRIGUES, Gilberto César Lopes; LOMBARDI, José Claudinei (2020), “Educação escolar indígena e afirmação étnica dos Borari e Arapium da T.I. Maró, no baixo Amazonas”. In: DIAS, José Alves; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha (orgs), *Cultura, Educação, Memória e Saberes*. Uberlândia: Navegando Publicações.
- SANTOS, Luciano Gersem-Baniwa (2006), *O Índio Brasileiro: O que Você Precisa Saber Sobre os Povos Indígenas no Brasil de Hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, p. 89. Disponível em <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/indio_brasileiro.pdf>. Acesso em 13/11/22.
- SANTOS, Luciano Gersem-Baniwa (2013), “Educação Escolar Indígena no Brasil: Avanços, Limites e Novas Perspectivas”, *Trabalho apresentado na 36ª Reunião Nacional da ANPED, realizada entre 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia/GO*. Disponível em <http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_encomendados/gt21_trabalhoencomendado_gersem.pdf>. Acesso em 13/11/22.
- TEÃO, Kalna Mareto (2018), “O Prolind-UFES e Relatos de Experiências no Ensino de História Indígena”, *Trabalho apresentado na 31.ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF*. Disponível em <<https://www.31rba.abant.org.br>>. Acesso em 11/07/22.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO/UFES (2014), *Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena Tupinikim e Guarani*. Disponível em <https://indigena.ufes.br/sites/indigena.ufes.br/files/field/anexo/Prolind_Versa%cc%83o%20_Envio%20_MEC_%2016-04.pdf>. Acesso em 11/07/22.

INTEGRANDO METODOLOGIAS DE PESQUISA EM ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA — ANALISANDO O CASO XUKURU DO ORORUBÁ X ESTADO BRASILEIRO NA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS (CIDH)

por

Kelly Emanuely de Oliveira¹
Rita de Cássia Neves²
Vânia Fialho³

Resumo: O artigo reflete sobre a metodologia de confecção de um dossiê antropológico apresentado no caso jurídico do Povo Indígena Xukuru contra o Estado brasileiro à CIDH — Corte Interamericana de Direitos Humanos. O documento integrou parte das alegações finais para a defesa dos Xukuru e representa um instrumento importante na reflexão sobre como o diálogo entre antropologia e história nos possibilita uma ampliação no olhar sobre a coleta e análise de dados. O dossiê foi construído a partir da integração de memórias, histórias orais, documentos escritos e audiovisuais, pesquisas bibliográficas e observação participante realizada por três antropólogos com intensa relação de pesquisa com a comunidade estabelecida por mais de duas décadas.

Palavras-chave: Antropologia; Metodologia; Xukuru.

Abstract: The article reflects on the methodology of making an anthropological dossier presented in the legal process of the Xukuru Indigenous People against the Brazilian State, at the IACHR — Inter-American Court of Human Rights. The document integrated part of the final arguments for the defence of the Xukuru and represents an important instrument in the reflection on how the dialogue between anthropology and history allows us to broaden our view on data collection and analysis. The dossier was built from the integration of memories, oral histories, written and audio-visual documents, bibliographic research and participant observation carried out by three anthropologists with an intense research relationship with the community established for more than two decades.

Keywords: Anthropology; Methodology; Xukuru.

¹ Professora na Universidade Federal da Paraíba. E-mail: mensagenskelly@gmail.com.

² Professora na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. E-mail: rita.neves@ufm.br.

³ Professora na Universidade de Pernambuco. E-mail: vania.antropologia@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O artigo propõe refletir sobre a metodologia de confecção de um dossiê antropológico elaborado com o objetivo de subsidiar a Associação Brasileira de Antropologia (ABA) a se pronunciar junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) sobre o caso do povo indígena Xukuru contra o Estado brasileiro. No formato de parecer técnico, o documento integrou parte das alegações finais para a defesa dos Xukuru e representa um instrumento importante na reflexão sobre o diálogo entre antropologia e história.

O dossiê foi elaborado por três antropólogas com intensa relação de pesquisa com a comunidade, estabelecida por mais de duas décadas. O processo de construção do texto nos possibilitou uma ampliação do olhar sobre a coleta e análise de dados durante o fazer antropológico, levando à reflexão sobre possibilidades de pesquisa em antropologia partir do aparato de memórias, histórias orais, documentos escritos e audiovisuais, pesquisas bibliográficas e observação participante. Também contribui para a compreensão das repercussões do trabalho antropológico na esfera política.

Neste artigo, propomos refletir ainda sobre como os trabalhos que impactam e colaboram com a manutenção da memória coletiva possibilitam não só um ganho às comunidades pesquisadas, como à própria antropologia, ao aproximar a disciplina dos seus interlocutores e possibilitar um diálogo efetivo no resultado das pesquisas, remetendo ao debate sobre a autoridade etnográfica descrita em Clifford (2002). Oportunizamos, por fim, uma reflexão sobre a responsabilidade social da antropologia, frente a posicionamentos que desrespeitam preceitos básicos de ética na disciplina antropológica.

1. DO DOSSIÊ



Fig. 1. Audiência Pública na CIDH, em 21.03.2021
(canal da CIDH <<https://vimeo.com/209608214>>).

O dossiê foi demandado, a partir do incômodo da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas no Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME), à ABA, no intuito de se pronunciar sobre o processo impetrado pelo povo Xukuru contra o Estado brasileiro na CIDH. Na carta da APOINME era denunciada a posição de um antropólogo que, contratado pelo Estado, havia apresentado parecer que foi duramente criticado pelo movimento indígena nacional.

No seu parecer, o antropólogo expôs uma apresentação superficial sobre o povo Xukuru, errando dados fundamentais, como o número total de indígenas ou mesmo o tamanho do território. Indo além, não usou por base uma vasta bibliografia existente⁴, pegando dados genéricos em sites e deixando de lado pesquisas substanciais sobre a história do povo indígena em questão. Por fim, após o relato pouco detalhado, que inclusive foi questionado pelos juizes, ele apresentava a conclusão de que não haveria relação entre a morosidade de duas décadas no processo de regularização fundiária e o aumento no processo de violência ocorrido no território⁵.

A apresentação do parecer deste antropólogo causou uma reação imediata por parte de lideranças indígenas, que demandaram ao mesmo e à ABA uma resposta. Do parecerista veio uma carta lacônica, em quatro laudas, onde tentava justificar seu parecer afirmando que “o Estado detém o direito de defender-se perante a Corte e para isso se faz valer de peritos” e ainda complementa dizendo: “lamento que os peritos que poderiam ter colaborado de forma mais adequada, com a apresentação da posição de vocês, não tenham sido inscritos”⁶.

A justificativa de que a ação de um perito antropólogo deva ser de defesa da parte que o contrata, tal e qual um advogado, foi algo escandaloso para a ética antropológica, comprometida com pesquisas balizadas em metodologias científicas mundialmente reconhecidas e que haviam sido deixadas de lado por este profissional. A discussão sobre a responsabilidade social, em diálogo com a responsabilidade científica, foi mais uma vez acionada. Trata-se de um debate que vem mobilizando reflexões dentro e fora do país sobre como a atuação da antropologia demanda um posicionamento ético e

⁴ Hohenthal, 1958; Siqueira, 1994; Fialho, 1998, 2003; Neves, 1999, 2005; Almeida, 2001; Oliveira, 2001, 2014; Palitot, 2003; Cavalcante, 2004; Silva, 2004; Souza, 2004; Silva, 2008; Santos, 2009; Figueiroa, 2010; Fialho, Neves e Figueiroa, 2011; Lôbo, 2011.

⁵ A audiência completa, com a apresentação deste parecer antropológico, está disponível na conta da CIDH no Vímeo, em duas partes: Audiência Pública. Caso Pueblo Indígena Xucuru y sus miembros Vs. Brasil”. Parte 1 <<https://vimeo.com/209458762>> e Parte 2 <<https://vimeo.com/209608214>>, acessado em maio de 2023.

⁶ Carta endereçada pelo antropólogo Christian Theófilo da Silva à Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES – APOINME, tendo como assunto: “Declaração Pericial no caso Xucuru e seus membros vs Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos”, em 30 de março de 2017. A carta foi enviada dois dias depois de uma outra, feita pela APOINME e endereçada à ABA, pedindo providências quanto à posição deste antropólogo, diante das declarações deste na audiência da CIDH.

comprometido socialmente com o campo pesquisado (Berreman, 1968; Laraia, 1994; Almeida, 2018)⁷.

Como forma de reparar tal atitude, a ABA demandou a confecção de um parecer realizado por profissionais que estabeleceram pesquisas por um longo período naquele contexto, o que acontecia com as antropólogas autoras deste artigo. Com o tempo exíguo para dar conta da apresentação do parecer na CIDH, atuamos no levantamento de documentos, processos, dados bibliográficos e de pesquisa, que foram revisados, rememorados e apresentados de forma a alicerçar o dossiê.

O dossiê foi construído através de um percurso que considerou, em primeiro lugar, uma apresentação da proposta, enfatizando a base teórica utilizada. Daí passamos à primeira seção sobre “o processo de regularização fundiário Xukuru”. Em seguida, descrevemos “os atos administrativos, judiciais e fluxos sociais” decorrentes deste período. A terceira seção fala “da criminalização e da violência institucional” sofrida pelo povo, com destaque para uma análise dos casos de assassinato de lideranças e da forma leniente com que foram tratados. Por fim, na “conclusão” apresentamos um resumo, estabelecendo os indícios da ação omissa do Estado no caso Xukuru.

Fizemos, assim, uma exposição sobre o longo percurso de regularização do território indígena, que durou mais de 20 anos, e apresentamos os impactos da morosidade do Estado na vida da comunidade. A trajetória do processo de regularização fundiária nos Xukuru é semelhante à de tantos outros povos indígenas, cuja deflagração só se inicia mediante o iminente, ou já concretizado, conflito. O que torna paradigmático o processo de regularização do território deste povo é a sincronia dos eventos e a evidência de que a inoperância do Estado provocou um crescente grau de violência e insegurança no grupo.

Através da análise de documentos relacionados com o processo de regularização, relatos de indígenas que viveram esse período (inseridos em textos antropológicos produzidos por nós e por outros pesquisadores) e memórias das autoras, fomos articulando relatos que levaram em consideração não apenas o processo formal de regularização fundiária, mas também seu impacto na vida dos indígenas e das estratégias de mobilização necessárias à sobrevivência do grupo.

⁷ Sobretudo o artigo de Alfredo Wagner Berno Almeida (2018), nos possibilita um olhar com maior atenção para as relações entre ética e antropologia, apresentando casos desde a época de atuação de Franz Boas, em defesa de uma antropologia social, até os recrutamentos para atuação em ações militares ou na produção de relatórios de impacto ambiental para hidrelétricas, madeireiras, mineradoras, entre outros. O texto apresenta questões importantes sobre a responsabilidade social e a necessidade da articulação da antropologia política na prática de pesquisa e produção científica, analisando de forma contextualizada os impactos dos interesses dos estados nacionais e dos mercados empresariais sobre as populações pesquisadas.

O caso Xukuru é mais um desses casos exemplares⁸ de processos mal conduzidos com conseqüências nefastas, a partir dos quais podemos visualizar o ônus de um processo que foi negligenciado pelo Estado brasileiro em várias de suas etapas. Para o dossiê, apresentamos dados baseados na documentação e em pesquisas antropológicas anteriores, que nos mostram que todo o processo administrativo de identificação e demarcação da terra indígena Xukuru ocorreu sem um planejamento e sem a observância de critérios objetivos. O combustível do andamento do processo foi o conflito, em alguns casos com trágicos desfechos. Isso significa que o processo jurídico só caminhou após vários assassinatos cometidos contra o povo Xukuru e a partir de um processo chamado de retomadas, quando os indígenas se reapropriam de suas terras, ocupando fazendas improdutivas no território já demarcado⁹.

Observamos que, apesar de todo o “tecnicismo”, burocracia e formalismo jurídico que circundam os processos de regularização fundiária de uma terra indígena, eles são fundamentalmente processos políticos em que a injunção das diferentes esferas de poder tem dado o tom das negociações. Por isso mesmo, a própria política indigenista oficial, fundamentada principalmente nesse tecnicismo, não consegue dar conta da intensidade das dinâmicas sociais, o que se revela na morosidade do processo de regularização fundiária e deflagração de conflitos de diferentes naturezas.

O processo de regularização fundiária foi movido pela ação do povo Xukuru, que elaborou estratégias para impulsionar o Estado, cuja prática já foi caracterizada por “administrar por crises” (Oliveira, 1988). A tensão que permeou todo o processo foi melhor visualizada no acompanhamento dos eventos dos assassinatos atrelados à questão fundiária da Terra Indígena em questão.



Fig. 2. Cacique Xicão Xukuru (reprodução de arquivo da família).
Data aproximada: final da década de 1980.

⁸ Dentre vários outros, podemos citar os seguintes casos: Yanomami, localizados na fronteira entre Brasil e Venezuela; Xukuru-Kariri em Alagoas; e Guaraní Kaiowá no Mato Grosso do Sul.

⁹ Vários trabalhos antropológicos foram realizados sobre o processo de retomadas e demarcação de terras indígenas no Brasil. Dentre estes, o livro organizado por João Pacheco de Oliveira (1999), intitulado *A Viagem da Volta*, possui um compilado de artigos sobre esse tema. Mais recentemente, o próprio Oliveira (2022) organizou outro livro sobre este assunto.

A tensão na região atingiu o seu ponto culminante quando em 20 de maio de 1998, Xicão, eleito cacique Xukuru desde 1988 e um dos principais líderes indígenas do Nordeste, foi assassinado quando chegava na residência de sua irmã, localizada no bairro “Xucurus”, na cidade de Pesqueira. Ele foi alvejado com seis tiros à queima-roupa por um indivíduo desconhecido que, segundo informações de moradores das imediações, rondava o local há algumas horas.

Este foi o terceiro crime praticado no bojo do processo de regularização fundiária da Terra Indígena Xukuru. No dia 3 de setembro de 1992, foi assassinado, com 4 tiros numa emboscada, o índio José Everaldo Rodrigues Bispo, filho do pajé Xukuru Pedro Rodrigues Bispo. Em 14 de maio de 1995, o procurador da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), Geraldo Rolim Mota Filho, foi também assassinado com tiros, na cidade de São Sebastião do Umbuzeiro, no estado da Paraíba, próximo ao território Xukuru.

Representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Pesqueira, onde era presidente do Partido Socialista Brasileiro (PSB) local, Rolim notabilizou-se pela assessoria prestada em prol da regularização fundiária da Terra Indígena Xukuru. Ambos os assassinatos, ainda que claramente remetidos à problemática fundiária, foram imputados a disputas pessoais e averiguados no âmbito da Justiça Comum, aquela constituída pela Justiça Federal e Estadual. No caso do procurador da FUNAI, o seu assassino foi absolvido em julgamentos realizados em 1996 e 1997, na Comarca de Monteiro, no estado da Paraíba, sob alegação de que teria agido “em legítima defesa”, como apontado no processo.

Em agosto de 2001, dentro do território Xukuru, foi também assassinado com tiros Chico Quelé, uma liderança tradicional desse povo, que acompanhou todo o processo de regularização de suas terras. Em 2003, o cacique Marcos Luidson, filho do cacique Xicão, sofreu uma emboscada e dois jovens indígenas que o acompanhavam foram assassinados dentro da Terra Indígena.

Mesmo diante do abalo sofrido principalmente com a morte de Xicão, os Xukuru optaram por dar continuidade ao processo de ocupação de imóveis que consideravam de extrema importância para efetivar a retomada de seu território.

No dossiê apresentamos como cada um dos processos judiciais desses crimes foi tratado na Justiça, partindo da utilização de duas noções que possibilitam a análise antropológica: *criminalização* e *violência institucionalizada*.

Por violência institucionalizada entendemos a violência perpetrada pelo Estado, a partir de Rauter (2001), em sua forma mais concreta – a violência da polícia e dos diversos sistemas de encarceramento e tutela de que se tornam alvo alguns segmentos da população: “é a violência exercida sobre o corpo e, portanto, sobre a mente, que é também corpo” (Rauter, 2001: 1).

Por criminalização, entendemos, de acordo com o que propõe o jurista Zaffaroni (Zaffaroni e Pierangeli, 2004) acerca do que denomina de *criminalização secundária*, como a ação punitiva é exercida sobre pessoas concretas: a ação punitiva deixa sua característica abstrata e impessoal da criminalização primária e passa a se efetuar por uma intencionalidade, a partir da qual serão escolhidos os que virão a ser os criminalizados.

O caso Xukuru articula as duas noções supracitadas, a de criminalização e a de violência institucionalizada, como amplamente registrado, seja pela compilação realizada para instruir os autos dos processos criminais, seja pela extensa bibliografia sobre este grupo étnico.

No entanto, no dossiê, nossa concepção de criminalização se reportou efetivamente a elementos objetivos no registro de movimentação dos processos criminais. De uma forma geral foi possível afirmar que, em todos eles, a hipótese inicial de investigação sempre era direcionada para a culpabilidade das lideranças indígenas como a mais plausível. Nenhuma outra linha investigativa era cogitada. A própria Polícia Federal que investigava o caso, em várias ocasiões, imputou essa lógica da culpabilidade das próprias lideranças indígenas ao afirmar, por exemplo, a “articulação de supostos indígenas para perturbação da ordem, com as retomadas de terras, furtos de gado, etc”¹⁰.

Fechamos o dossiê fazendo um resumo e estabelecendo os indícios da ação omissa do Estado no caso Xukuru. Primeiramente, percebemos que o processo de identificação, delimitação e demarcação da Terra Indígena Xukuru se deu de forma morosa, deixando os Xukuru à mercê de grandes latifundiários e operadores do Estado, acirrando a violência contra esse povo e, também, provocando conflitos internos. Até os dias atuais, embora os Xukuru detenham controle de seu território, este ainda não foi totalmente desintrusado.

Houve efetivamente uma disjunção entre o que a legislação determina e o que de fato ocorreu no caso Xukuru. Embora o Brasil seja signatário da convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e a Constituição brasileira apresente o Regime Jurídico de acordo com as orientações internacionais, o que observamos no caso Xukuru é o total descompasso entre a lei e as ações práticas efetivas: morosidade no processo demarcatório; assassinatos movidos pela disputa do território; criminalização das lideranças através de instituições que a rigor deveriam ser neutras, mas que se mostraram parciais e desfavoráveis aos indígenas, como atestam os documentos dos processos acima referidos; e ainda a não resolução a contento dos casos de assassinato, tais como a absolvição do assassino do procurador que atuava entre os Xukuru, além de mortes de testemunhas e de réus confessos, como é o caso do latifundiário Zé de Riva

¹⁰ Trecho retirado do processo: Caso Chicão (Processo n.º 2002.83.00.012442-1, Quarta Vara da Justiça Federal do Estado de Pernambuco (Brasil)).

que, após ser preso pelo assassinato de Xicão, foi encontrado morto na carceragem da Polícia Federal, sem que fossem apontados os demais responsáveis¹¹.

O longo processo, desde a delimitação até a desintrução do território, propiciou um clima de insegurança e medo, que culminou com o atentado ao cacique Marcos Xukuru e o assassinato de dois indígenas que o acompanhavam.

Outra questão que mereceu destaque no dossiê foi a grande violação dos direitos dos Xukuru, provocada pela omissão do Estado brasileiro, na medida em que o judiciário assegurou apenas aos posseiros o direito de retenção de terras indígenas, com ocupação, posse e exploração, mesmo quando agiram de má fé, comprando e vendendo terras em período posterior à declaração de que ali era terra indígena. As teses, dissertações e laudos antropológicos vêm atestando essa grave violação dos direitos humanos no caso Xukuru. E, mesmo assim, todas as peças e laudos antropológicos anunciando a complexidade e o problema dos operadores do Estado que atuavam nos casos, foram completamente desconsiderados nos diversos processos envolvendo os conflitos e assassinatos nos Xukuru. Este vasto material bibliográfico, que denuncia e esclarece a situação do povo indígena, foi inclusive ignorado na análise do anteriormente referido antropólogo perito chamado pelo Estado ao julgamento da Corte Interamericana, levando à necessidade da realização deste dossiê para embasamento antropológico mais completo e coerente sobre o caso.

Por fim, o processo de demarcação do Território Xukuru configurou-se, substancialmente, por um conjunto de eventos e procedimentos que só podem ser lidos se colocados em conjunto, como um grande quebra-cabeças. Porém, emaranhadas nessas peças estão vidas humanas e o destino de um povo que resistiu ao avassalador processo colonizador, que vem apresentando diferentes facetas durante a história, cujo período mais recente é caracterizado pela judicialização e institucionalização.

2. O DIÁLOGO ENTRE ANTROPOLOGIA E HISTÓRIA NA CONFEÇÃO DO DOSSIÊ

O prazo para elaboração do parecer foi extremamente curto (cerca de 15 dias), daí termos optado pela pesquisa bibliográfica, dada a vasta produção científica nas áreas de antropologia e sociologia, existente sobre o povo, como já citado anteriormente, e pela pesquisa documental, a fim de facilitar a argumentação sobre o caso.

¹¹ A morte foi noticiada de forma ampla nos jornais do estado de Pernambuco. Entre as notícias, destacamos: “Caso Chicão: PF investiga morte de Zé de Riva” <<https://ne10.uol.com.br/canal/noticias/noticia/2002/05/27/pf-investiga-morte-de-ze-de-riva-10589.php>>, acessado em maio de 2023.

Durante a análise, no entanto, observamos que não estávamos tratando apenas de uma avaliação de materiais escritos, mas também de memórias anteriores que tínhamos dos nossos períodos de pesquisa de campo e de produção de laudos etnográficos entre o povo, que a todo momento dialogavam com o que estávamos lendo. Por outro lado, a própria memória dos nossos entrevistados, ao longo dos anos, se fazia presente nos textos que estávamos lendo, reavivando os elementos que os indígenas colocavam como relevantes em suas análises sobre a história de mobilização do povo e as dificuldades enfrentadas na obtenção do território.

Compreendemos que ao longo do tempo a memória sobre determinado fato tende a mudar, reforçando a ideia de “memória seletiva”, em que nem tudo fica registrado, sendo que esta “sofre flutuações que são função do momento em que ela é articulada, em que ela está sendo expressa” (Pollak, 1992: 203). Não seria o caso de esquecimento ou omissão dos detalhes de determinado momento, mas de uma explicitação do que seria relevante no tempo em que esta memória é apreendida.

Pudemos perceber, ao longo da bibliografia sobre os Xukuru, em mais de duas décadas, em relatos de pesquisadores que atuaram entre o povo, as nuances em tais relatos, contextualizando as falas em função do período histórico em que foram feitas. Observamos que os relatos orais transcritos, produzidos no início do processo de mobilização pela terra, possibilitaram a compreensão da arena política (Swartz, 1968), ou seja, dos valores, significados e recursos possuídos pelos atores envolvidos no campo em que se desenrolava a história do grupo.

A relação entre a memória individual das pesquisadoras e a dos pesquisados, portanto, foi fundamental no diálogo com a pesquisa bibliográfica e documental, possibilitando a criação de um dossiê que apresentou uma observação mais detida sobre o contexto de produção do material, atentando não só para o que estava escrito, “mas como foi escrito, por que foi escrito e como aquele texto circulou e foi guardado” (Lara, 2008: 22).

Cabe destacar que os documentos e as entrevistas tiveram um uso não hierarquizado, ou seja, não houve uma primazia dos documentos escritos sobre a fala, ou vice-versa, tendo os dados sido costurados de forma a compreender a complexidade de ações no percurso. No entanto, é importante destacar que os relatos orais de indígenas Xukuru, presentes nas pesquisas antropológicas, nos esclareceram melhor de que forma estes indígenas têm estabelecido sua relação com o Estado brasileiro.

Inserimos também anotações de campo das pesquisadoras, que ao enfatizar a importância do material de cunho etnográfico, marca indelével da *expertise* antropológica, procuram dar visibilidade aos dramas sociais que marcam a vida de indivíduos e da coletividade Xukuru.

Tal material, valorizado no dossiê, mostrou-se atento ao que o trabalho dos antropólogos John Comarof e Jean Comarof bem dimensionou sobre o método da pesquisa antropológica:

a etnografia é um exercício mais de dialética do que de diálogo, ainda que o último seja sempre parte da primeira. Além de conversa, ela impõe a observação da atividade e da interação, tanto formal quanto difusa; dos modos de controle e de constrangimento; do silêncio, assim como da afirmação e do desafio. Ao longo do percurso, os etnógrafos também lêem diversos tipos de textos: livros, corpos, construções, às vezes até cidades (Holston, 1989; Commarof e Commarof, 1991) [e acrescentamos, aqui, processos judiciais]; mas devem sempre fornecer contextos aos textos e atribuir valores às equações de poder e significado que estes expressam. Os contextos tampouco estão lá, simplesmente. Também eles precisam ser analiticamente construídos à luz de nossos pressupostos acerca do mundo social (Comaroff e Comaroff, 2010: 13).

Com base no texto de Comaroff e Comaroff (2010), podemos afirmar que tratar do processo Xukuru a partir do campo normativo, ou do ideal posto pela pretensão dos pressupostos legais apenas, pode incorrer em um grave equívoco, por desconsiderar contextos específicos, o que conseqüentemente não pode ser tomado como uma análise antropológica.

Eis a possibilidade do campo antropológico: ler os documentos, as falas, as normatividades, situando-os no que o sociólogo e filósofo Jürgen Habermas (2001) define como o “mundo da vida”, ou seja, um mundo em que o domínio social é marcado pelos processos comunicativos, cujo meio é a ação comunicativa, o que concede “carne” e “sangue” ao trabalho científico.

Segundo um dos fundadores da antropologia social, Bronislaw Malinowski (1984), referência clássica sobre o método etnográfico, não se deve proceder a um “levantamento de dados” *per se*, que garanta apenas a apresentação do esqueleto da constituição tribal, sendo necessário acrescentar “carne” e “sangue” a esses dados. Isto significa que se deve apreender o fluxo regular da cultura nativa e seus acontecimentos cotidianos, aquilo que o etnógrafo chama de “imponderáveis da vida real” (Malinowski, 1984). Estes fenômenos são de suma importância e não podem ser apreendidos com instrumentos de pesquisa, tais como questionários ou entrevistas, mas sim por meio da observação participante, o que foi plenamente acionado nas pesquisas que foram a base desse dossiê.

A fim de subsidiar, portanto, uma análise mais qualificada segundo conceitos antropológicos, delimitamos o universo de nossa análise no processo de regularização fundiária da Terra Indígena Xukuru, cuja compreensão só é possível se a ele atrelarmos o conjunto de eventos que aqui definimos como “a criminalização do direito ao território” (Fialho, Neves e Figueiroa, 2011).

Antes de entrarmos na seara do campo em si, no entanto, apresentamos ainda a perspectiva conceitual que nos direciona a pensar a intervenção estatal neste grupo indígena. Pensar a relação do Estado brasileiro com o povo Xukuru requer compreendê-lo a partir da sua formação, como um setor do que o sociólogo Pierre Bourdieu (2014) chama de campo de poder ou metacampo.

Bourdieu ressalta dois aspectos centrais sobre o Estado: a incorporação do poder simbólico como dimensão essencial do Estado e a necessidade de investigar sua gênese. O Estado passa a ser examinado como um objeto histórico e a história é incorporada à análise como um princípio de compreensão. O recurso à história é defendido como um instrumento fundamental de ruptura epistemológica. Segundo o antropólogo Marcos Bezerra (2015), o fato de o Estado ter uma participação significativa na estruturação das representações legítimas do mundo social acaba por contribuir para que o pesquisador, ao se propor a pensar o Estado, o faça segundo as categorias e termos do próprio Estado.

Eis aqui um desafio que pretendemos superar no dossiê: ao relatar e interpretar os documentos pesquisados, intencionamos mostrar as contradições do próprio Estado. Bezerra (2015), ao resenhar a obra de Pierre Bourdieu, afirma que a formação do Estado, como lugar de elaboração do oficial, do bem público e do universal, é indissociável de dois outros aspectos.

Primeiro, os agentes identificados com o bem público — como funcionários e políticos — encontram-se também submetidos às obrigações próprias ao campo administrativo. A demonstração de que estão a serviço do universal, do interesse coletivo e não de um interesse particular, por exemplo, é um meio de usufruir do reconhecimento social associado a esta condição; isto é, de se beneficiar dos lucros simbólicos que se encontram diretamente vinculados às manifestações de devoção ao universal. Em segundo lugar, reconhecer que as lutas que definem os processos de universalização são acompanhadas de lutas entre agentes sociais interessados em monopolizar o acesso ao universal. O poder do Estado seria, assim, objeto de disputa entre agentes concorrentes interessados em fazer com que o seu ponto de vista e seu poder prevaleçam como os legítimos.

Bourdieu e Bezerra, seguidos pelo antropólogo Antônio Carlos de Souza Lima (1995, 2002), auxiliam a nos distanciar de uma postura purista e normativa de que o Estado brasileiro seria exemplar na garantia dos direitos territoriais dos povos indígenas.

Os autores nos ajudam a perceber que não basta ter um modelo idealmente construído sobre políticas públicas e ações do Estado, sem compreender que este modelo está sujeito ao universo simbólico e de disputas, como apresentado acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para concluir, reforçamos que, a partir do material apresentado no dossiê, demonstramos como o Estado brasileiro, através dos vários corpos que o compõem, violou de maneira inquestionável, no caso dos Xukuru, os princípios dos direitos humanos, como afirmado na Constituição brasileira e nas convenções em que o Brasil é signatário.

A produção do Estado não se dá, portanto, desvinculada de suas margens que, no caso, é como essa ausência de ações por parte do Estado compôs um campo de violência no entorno do povo Xukuru, ao mesmo tempo em que, numa *descida ao ordinário*, o próprio povo Xukuru produziu ações, operando das margens, como afirma Veena Das (2020). É nas margens, onde a violência está mais presente, que o Estado é construído e enfrentado por outras formas de se regular e assegurar a sobrevivência das próprias populações vítimas de violência.

Na produção do dossiê foi preciso articular uma abordagem contextual, acompanhada de uma dimensão histórica, mas sempre pensando o povo Xukuru como protagonista no enfrentamento sistemático da violência. Utilizando, portanto, recursos relacionados às metodologias de pesquisa e teorias da antropologia e da história, conseguimos elaborar um dossiê que teve em sua construção um percurso reflexivo de ampla aprendizagem sobre como integrar disciplinas na obtenção da produção de peças bibliográficas de aspecto significativo na prática de pesquisas qualitativas.

Trata-se ainda de afirmar que o campo da produção acadêmica está inserido nesse mesmo contexto de disputas de poder. A produção do dossiê evidenciou que a articulação entre diferentes disciplinas, como a antropologia e a história, nos leva à possibilidade de falar não só de diálogo interdisciplinar, mas de disciplinaridade dialógica. Diz respeito a um exercício muito mais profundo e amplo, evitando a hierarquização de saberes entre as disciplinas científicas e reduzindo o controle exercido por formas dominantes de pensamento e de linguagem. A elaboração do dossiê evidenciou a potência das narrativas negligenciadas, pelo tecnicismo e pela formalidade das peças técnicas que subsidiam as decisões judiciais, e desvelou a violência em várias camadas existentes e sobrepostas, que segue quase num contínuo entre o mundo da vida e a vida apresentada nos tribunais.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (2018), “‘Cowboy Anthropology’: Nos Limites da Autoridade Etnográfica”, *Revista Entre Rios do Programa de Pós-Graduação em Antropologia* 1 (1): 8-35.
- ALMEIDA, Eliene Amorim (2001), *A Política de Educação Escolar Indígena: Limites e Possibilidades da Escola Indígena* (Dissertação de mestrado em Educação). Recife: CE/UFPE.
- BERREMAN, Gerald Duane (1968), “Is Anthropology Alive? Social Responsibility in Social Anthropology”, *Current Anthropology* 9 (5): 391-396.
- BEZERRA, Marcos Otavio (2015), “Resenha da obra *Sobre o Estado*” (de Pierre Bourdieu, São Paulo: Companhia das Letras, 2014), *Revista de História* 173: 487-495.
- BOURDIEU, Pierre (2014), *Sobre o Estado: Cursos no Collège de France* (1989-92). Tradução Rosa Freire d’Aguaiar. 1.ª ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- CAVALCANTE, Heloisa Eneida (2004), *Reunindo as Forças do Ororubá: A Escola no Projeto de Sociedade do Povo Xukuru* (Dissertação de mestrado em Sociologia). Recife: UFPE.
- CLIFFORD, James (2002), “Sobre a Autoridade Etnográfica”. In: GONÇALVES, Reginaldo dos Santos (org.), *A Experiência Etnográfica: Antropologia e Literatura no Século XX*. 2.ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ: 17-62.
- COMAROF, Jean; COMAROF, John (2010), “Etnografia e Imaginação Histórica”. Tradução de Iracema Dullely e Olívia Janequine. *Revista Proa* 2 (1): 1-72. Disponível em <<http://www.ifch.unicamp.br/proa>>. Acesso em março de 2017.
- DAS, Veena (2020), *Vidas e Palavras: A Violência e sua Descida ao Ordinário*. São Paulo: Editora Unifesp.
- FIALHO, Vânia (1998), *As Fronteiras do Ser Xukuru*. Recife: Massangana.
- FIALHO, Vânia (2003), *Desenvolvimento e Associativismo Indígena no Nordeste Brasileiro: Mobilizações e Negociações na Configuração de uma Sociedade Plural* (Tese de doutorado em Sociologia). Recife: UFPE, 2003.
- FIALHO, Vânia; NEVES, Rita de Cassia Maria; FIGUEIROA, Mariana Carneiro Leão (orgs) (2011), “Plantaram” *Xicão: Os Xukuru do Ororubá e a Criminalização do Direito ao Território*. 1.ª ed. Manaus: PNCSA-UEA/UEA Edições.
- FIGUEIROA, Mariana Carneiro Leão (2010), *Ad. Argumentandum Tantum: Um Olhar Antropológico acerca do Processo Criminal da Morte do Cacique Xicão Xukuru* (Dissertação de mestrado em Antropologia). Recife: Universidade Federal de Pernambuco.
- HABERMAS, Jürgen (2001), *Teoría de la Acción Comunicativa: Racionalidad de la Acción y Racionalización Social*. 3.ª ed. Madrid: Taurus.

HOHENTHAL, William (1958), “Notes on the Shucurú Indians of Serra de ARAROBÁ, Pernambuco, Brazil”, *Revista do Museu Paulista* 8: 93-166.

LARA, Sílvia Hunold (2008), “Os Documentos Textuais e as Fontes do Conhecimento Histórico”, *Anos 90* 15 (28): 17-39.

LARAIA, Roque de Barros (1994), “Ética e Antropologia: Algumas Questões”, *Série Antropologia* 157: 1-11.

LIMA, Antonio Carlos de Souza (1995), *Um Grande Cerco de Paz: Poder Tutelar, Indianidade e Formação do Estado no Brasil*. 1.^a ed. Petrópolis RJ: Vozes.

LIMA, Antonio Carlos de Souza (2002), “O Indigenismo no Brasil: Migração e Reapropriações de um Saber Administrativo”. In: L’ESTOILE, Benoît de; NEIBURG, Federico; SIGAUD, Lygia (orgs), *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dunará.

LÔBO, Sandro Henrique Calheiros (2011), *Construindo o Pluralismo Jurídico no Brasil: A Experiência da Harmonia Coercitiva no Povo Xukuru do Ororubá* (Dissertação de mestrado em Antropologia). Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

MALINOWSKI, Bronislaw (1984), *Argonautas do Pacífico Ocidental*. São Paulo: Editora Abril.

NEVES, Rita de Cássia Maria (1999), *Festas e Mitos: Identidades na Vila de Cimbres – PE* (Dissertação de mestrado em Antropologia). Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

NEVES, Rita de Cássia Maria (2005), *Dramas e Performances: O Processo de Reelaboração Étnica Xukuru nos Rituais, Festas e Conflitos* (Tese de doutorado em Antropologia). Florianópolis: PPGAS/UFSC.

OLIVEIRA, João Pacheco de (1988), *“O Nosso Governo”: Os Ticunas e o Regime Tutelar*. São Paulo/Brasília: Marco Zero/ CNPq.

OLIVEIRA, João Pacheco de (1999), *A Viagem da Volta: Etnicidade, Política e Reelaboração Cultural no Nordeste Indígena*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.

OLIVEIRA, João Pacheco de (org.) (2022), *A Conquista do Território: Etnografias do Protagonismo Indígena Contemporâneo*. Rio de Janeiro: E-papers.

OLIVEIRA, João Pacheco de; ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno (1989), “Demarcação e Reafirmação Étnica: Um Ensaio sobre a FUNAI”. In: OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de (org.), *Os Poderes e as Terras dos Índios*. Rio de Janeiro, *Comunicação n° 14*, PPGAS/MUSEU NACIONAL/UFRRJ.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely de (2001), *Mandaru: Uma Grande Reportagem sobre a História de Vida do Cacique Xicão Xukuru (PE)* (Monografia de bacharelado em Comunicação). João Pessoa: UFPB.

OLIVEIRA, Kelly Emanuely de (2014), *Guerreiros do Ororubá: O Processo de Organização Política e Elaboração Simbólica do Povo Indígena Xukuru*. Recife: Ed. Universitária da UFPE.

PALITOT, Estevão (2003), *Tamain Chamou Nosso Cacique: A Morte do Cacique Xicão e a (Re) Construção da Identidade entre os Xukuru do Ororubá* (Monografia de bacharelado em Ciências Sociais). João Pessoa: UFPB.

POLLAK, Michael (1992), “Memória e Identidade Social”, *Revista Estudos Históricos* 5: 200-212.

RAUTER, Cristina (2001), “Notas sobre o Tratamento das Pessoas Atingidas pela Violência Institucionalizada”, *Psicologia em Estudo* 6 (2): 3-10.

SANTOS, Hosana Celi (2009), *Dinâmicas Sociais e Estratégias Territoriais: A Organização Social Xukuru no Processo de Retomada* (Dissertação de mestrado em Antropologia). Recife: Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, Cláudia Maria Moreira da (2004), *Juventude, Sociabilidades e Participação Política: Os Jovens Indígenas Xukuru do Ororubá* (Monografia de graduação em Serviço Social). Natal: UFRN.

SILVA, Edson Hely (2008), *Xukuru: Memória e História dos Índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950-1988* (Tese de doutorado em História). IFCH/Unicamp.

SIQUEIRA, Francisco de Assis (1994), *Associativismo Indígena: O Povo Xukuru na Serra do Ororubá e Suas Várias Formas Organizacionais* (Monografia de especialização em Associativismo). Recife: UFRPE, Departamento de Educação.

SOUZA, Liliane Cunha de (2004), “Doença que Rezador Cura” e “Doença que Médico Cura”: *Modelo Etiológico Xukuru a partir de Seus Especialistas de Cura* (Dissertação de mestrado em Antropologia). Recife: UFPE.

SWARTZ, Marc (1968), *Local-Level Politics: Social and Cultural Perspectives*. Chicago: Aldine.

ZAFFARONI, Eugênio Raúl; PIERANGELI, José Henrique (2004), *Manual de Direito Penal Brasileiro: Parte Geral*. 5.^a ed. São Paulo: Imprensa, Revista dos Tribunais.

AUSTERIDADE RELIGIOSA CONTRA CULTOS DE MATRIZ AFRICANA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

por

Maria S. Ramalho Braga¹

Resumo: Neste artigo analisam-se casos de intolerância religiosa contra o candomblé e a umbanda. Serão analisados fatores históricos que promoveram o controle destes cultos, sendo a metodologia utilizada a de revisão da literatura. Posteriormente, serão identificados os dados recebidos por instituições dedicadas à denúncia de violência racial e religiosa, bem como a forma como o Estado processa essas acusações. O estudo pretende aprofundar o imaginário popular e as disposições legais sobre este tema, assim como as iniciativas que serão necessárias para garantir os direitos da população negra e das pessoas que optaram por seguir religiões afro-brasileiras, vislumbrando no Plano Nacional de Combate à Discriminação uma estratégia e ferramenta para os contextos de conflito. Para isso, foi estabelecido como objetivo geral identificar os fatores históricos que promoveram a tentativa de controlar os cultos de matriz africana. No final, almeja-se identificar quais foram os mecanismos utilizados para cercear os direitos aos cultos religiosos de raiz africana.

Palavras-chave: Religião; Matriz Africana; Preconceito Religioso.

Abstract: This article analyses cases of intolerance against religions of African origin, such as *candomblé* and *umbanda*. Historical factors that promoted the control of these cults will be identified, with the methodology used being a literature review. Subsequently, data received by institutions dedicated to denouncing racial and religious violence will be analysed, as well as the way in which the State processes these accusations. The study intends to deepen the popular imagination and the legal provisions on this subject, as well as the initiatives that will be necessary to guarantee the rights of the Black population and of people who have chosen to follow Afro-Brazilian religions, envisioning in the National Plan to Combat Discrimination a strategy and tool for conflict contexts. For this, it was established as a general objective to identify the historical factors that promoted the attempt to control the cults of African matrix. In the end, the aim is to identify the mechanisms used to curtail the rights to the religious cults of African origin.

Keywords: Religion; African matrix; Religion Prejudice.

¹ Doutora em História Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. E-mail: mariaramalho2@gmail.com.

INTRODUÇÃO

Durante o século XIX, autores como Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882) e Cesare Lombroso (1835-1909), baseados em critérios racistas, desenvolveram ideias que procuravam justificar cientificamente a desigualdade social. Essas ideias vieram a ser assimiladas pela sociedade brasileira.

A intolerância religiosa se tornou uma das principais causas de perseguição das minorias no mundo e com frequência as atitudes de intolerância não vêm isoladas; componentes de etnocentrismo, racismo, questões econômicas e de manutenção do *status* social são algumas das motivações que podem acompanhar tal manifestação.

Tendo em vista este cenário, este artigo pretende abordar o debate acerca da discriminação de religiões de matriz africana. O objetivo do estudo é explicitar as manifestações de discriminação e intolerância religiosas contra os seus praticantes com atos que podem ser caracterizados como racismo religioso, compreendendo a sua formação a partir do pensamento colonial.

Foi a partir das transformações da mão de obra escrava, que teorias raciais se expandiram pela Europa e influenciaram o pensamento social brasileiro, assomando assim o racismo como construção social baseada nas conjecturas científicas dos “cientistas” do pensamento social.

Os conceitos de pensadores como Joseph Arthur de Gobineau e Cesare Lombroso chegam ao Brasil e com eles os discursos para analisar a sociedade brasileira, estabelecendo diferenças internas entre a população; os negros e escravos passam a ser vistos como “objetos de ciência”, se “tornam uma classe perigosa”, sendo definidos pela ciência como diferentes e inferiores, pois era a partir da ciência que se estabeleciam as diferenças e as inferioridades. Os “homens da ciência”, como João Batista Lacerda, Sílvio Romero, Nina Rodrigues e Oliveira Vianna, sob a influência de Gobineau, desenvolveram teorias raciais fortes no Brasil, que influenciaram a elite branca, que utilizava mão de obra escrava oriunda dos países africanos.

A teoria racista de Gobineau não era preconceituosa apenas contra as raças não brancas, mas contra inclusive os brancos que considerava terem sangue mesclado com negros e índios. Essa teoria racista do século XIX fomentou a denominação feudal que se transformaria em uma ideologia justificadora dos países capitalistas centrais sobre a Europa, África, Ásia e América e de uma elite dominante proprietária sobre o conjunto da população trabalhadora, assimilada pelo convívio social, sendo que parte dessa população resiste, até a atualidade, a manifestações de intolerância religiosa, como bem afirma o historiador Buonicore (2005: 2).

O objetivo deste artigo é compreender o fenômeno da intolerância religiosa perante os cultos de matriz africana, nas primeiras décadas do século XXI, bem como sugerir

ações para sua superação. Embora se reconheça, de modo geral, que a sociedade brasileira possui uma pluralidade religiosa, até então sucedem muitos casos de intransigência diante as celebrações referidas.

A metodologia para este estudo, assentou, por um lado, na revisão da literatura e, por outro lado, na análise dos episódios de intolerância racial apresentados nos meios de comunicação social, à luz da legislação de combate à intolerância religiosa (Lei n.º 9.459/97) e da educação em direitos humanos. Desse modo, pretende-se analisar os fatores que geram estes conflitos entre as religiões africanas num Estado laico e as ações desse mesmo Estado.

1. ORIGEM DO CONTROLE RELIGIOSO E SOCIAL

De acordo com o antropólogo Ilzer de Matos Oliveira (2014), os motivos pelos quais as religiões de matriz africana passaram a ser perseguidas, em todo o Brasil, estavam relacionados com o desígnio de banir das cidades e do país essas representações do atraso proveniente da presença negra e tudo o que derivasse de sua existência na composição da população.

É possível confirmar que a intolerância religiosa faz parte de uma herança cultural, advinda da colonização das terras do país dominado pelo cristianismo cultural e demonizada pelo preconceito cultural proveniente de outras etnias; quando os governantes não eram favoráveis aos cultos africanos, foi utilizada força policial, os líderes religiosos foram detidos e aplicaram-se leis para incentivar a extinção de toda e qualquer manifestação representada por negros.

Principal pesquisadora da cultura e religiosidade africanas no Estado Brasileiro de Sergipe, Brasil, e umas das principais antropólogas do país, Beatriz Góis Dantas (1987) discute as acusações que serviram de pretexto à perseguição policial aos cultos de raiz africana durante o período da República Brasileira e a década de 30. Para a autora, acusações revelam pontos de tensão na sociedade e constituem-se em atos políticos, na medida em que pretendem a eliminação de concorrentes, e no campo da religião, onde as disputas entre diferentes agências religiosas remetem às lutas propriamente políticas que se desenvolvem no âmbito da sociedade global, acusações que constituem um tema sempre recorrente.

Em sua obra, o historiador Jaime Pinsky descreve este cenário, onde se confirma que um quantitativo elevado de negros não podia exercer suas práticas religiosas; por essa razão, os negros recorreram ao sincretismo religioso, que se iniciou durante a chegada dos africanos ao Brasil no século XVI, por volta de 1535, então na condição de escravos, mesmo estando sujeitos à conversão ao catolicismo (Pinsky, 2015).

Desde a chegada dos negros ao território brasileiro surgiram os primeiros casos de intolerância, mas tal não é comparável com o que foram as perseguições que mais tarde ocorreram durante toda a história brasileira (Oliveira, 2014).

O antropólogo Pierre Verger analisa a dinâmica do processo: “as convicções religiosas dos escravos eram, entretanto, colocadas a duras provas aquando de sua chegada ao novo mundo, onde eram batizados obrigatoriamente ‘para a salvação de sua alma’” (2002: 14). A vinda dos escravos africanos destinava-se ao cultivo da terra, e considerando que a teologia não punha nenhuma dúvida sobre a legitimidade de tal recurso, a etapa seguinte era converter os pagãos, que agora começavam a integrar uma sociedade cristã e católica.

Nesse contexto, é possível perceber o controle, por exemplo em ações impostas como o batismo e a submissão às doutrinas da religião cristã do colonizador; essas ações representam bem a intolerância religiosa dessa época e como ela perpassou até aos dias de hoje, sempre vindo como inferior tudo que deriva da cultura do colonizado, ou escravizado, como afirma o antropólogo Roberto Oliveira (2014).

Pierre Bourdieu (2012) observa que as relações apresentam um poder simbólico nesse caso; segundo o sociólogo, um poder que se deixa ver menos ou que é até mesmo invisível; poder que se exerce pela ausência ou pouca importância dada ao que fundamenta e movimenta uma série de atos da cultura africana.

O desprezo e a arrogância do colonizador relativamente à religião e aos costumes africanos, eram justificados pelo simples fato de associá-los a seres sem alma, que estariam ainda mergulhados nas trevas por praticarem feitiçarias e bruxarias, podendo apenas o catolicismo salvá-los. Para os portugueses colonizadores, as suas ações seriam em benefício dos negros, dando-lhes assim a oportunidade de se converterem e alcançarem a salvação, como afirma o filósofo Gilbraz Aragão (2016).

A ideia simbólica de salvação, de certo modo, se perpetua até aos dias atuais, quando grupos religiosos evangélicos tentam sobrepor a sua fé aos cidadãos praticantes de religiões de matriz africana. A justificativa para o fato se baseia no imaginário de salvação da alma dos africanos por estarem mergulhados nas trevas exteriores; é como se tudo o que derivasse do negro estivesse encharcado de pecado e heresia (Mattos, 2008; Aragão, 2016).

Desse modo, a cultura africana é tratada como algo anormal e fora dos padrões estabelecidos, largamente praticada desde os três impérios medievais do norte da África, durante os séculos X a XV, estabelecendo suas relações com a Ásia, com a Europa e com as Américas. Outra exigência imperativa é de que a história (e a cultura) da África devem pelo menos ser vistas de dentro, não sendo medidas por régua de valores estranhos.

Mas essas conexões têm que ser analisadas nos termos de trocas mútuas e em influências multilaterais, em que existe algo da contribuição africana a ser considerado

para o desenvolvimento da espécie humana. Além disso, as expressões culturais oriundas do povo negro passaram a receber uma carga depreciativa no processo de desumanização da população negra para impor a cultura do colonizador, como destaca Gilbraz Aragão (2016). Nas palavras de Darcy Ribeiro:

A empresa escravista, fundada na apropriação de seres humanos através da violência mais crua e da coerção permanente, exercida através dos castigos mais atrozes, atua como uma mó desumanizadora e desculturadora de eficácia incomparável. Submetido a essa compreensão, qualquer povo é desapropriado de si, deixando de ser ele próprio, primeiro, para ser ninguém ao ver-se reduzido a uma condição de bem semovente, como um animal de carga; depois, para ser outro, quando transfigurado etnicamente na linha consentida pelo senhor; que é mais compatível com a preservação de seus interesses (Ribeiro, 1995: 118).

2. LEGITIMAÇÃO DA RELIGIOSIDADE AFRICANA

O processo de perseguição ao reconhecimento pelo Estado brasileiro das religiões de matriz africana vem do início do século XVI até à atualidade; é fato que a sociedade se transformou, mas uma minoria conservadora ainda defende que devem ser consideradas excluídas da coletividade, justamente por não cumprirem os padrões culturais e religiosos impostos pelo corpo social. Além disso, apesar das transformações sociais desde o início do século XXI, as desigualdades raciais continuam se expressando exemplarmente e com particular intensidade no mercado de trabalho. Nessa esfera, mesmo com todos os avanços da Constituição de 1988, os mecanismos de discriminação permanecem operando de maneira sutil, mas eficiente.

A presença deste item na legislação possibilitou que os movimentos sociais demandassem outras leis a serem aprovadas entre as décadas de 1990 e 2000. O movimento negro e a Constituição de 1988 foram importantes para estas conquistas; mesmo assim, a sociedade brasileira ainda presencia consequências dos erros do passado, apesar dos acordos firmados em busca de formar uma nação ideal, onde todos os cidadãos possam ser iguais, independentemente da cor de sua pele, religião ou classe social.

Viver numa comunidade moldada para fins determinados foi por muito tempo desejo dos governos do passado, mas as garantias para as transformações que ocorreram nos anos 70 do século XIX vieram a influenciar o povo brasileiro; os reflexos desses acontecimentos ainda existem e uma solução definitiva será sempre alvo de discussões.

Durante o século XIX, o Brasil detinha atividades exploratórias e os direitos só pertenciam aos colonizadores e aos empossados pela coroa, como representante do império português; os direitos eram sobretudo para favorecer o poder de além-mar.

Essas diretrizes foram geradoras de muitas revoltas espalhadas pela colônia portuguesa; os preceitos eram usados para apoiar e firmar os privilégios dos proprietários de engenho, senhores da terra e das minas de ouro, e também para controlar que desafios vindos de escravos libertos não fossem possíveis contra o poder dominador da época, do patriarcado e dos senhores das terras.

Vale a pena destacar que o processo de mudança social não é totalmente negativo; houve problemas, contudo, muito contribuiu para a asserção dessas religiões; por exemplo, a umbanda teve sua primeira federação em 1939 (Moraes, 2018).

De acordo com Frigerio (2005), ao analisarmos o processo de legalização do culto da umbanda, no final da década de 1930, este vai além de sua representatividade da cultura, religiosidade, preservação e memória na sociedade para o amparo de sua história. Nesse aspecto, se agrega a esse processo o planejamento de retorno à África como uma tendência contemporânea das religiosidades afro-brasileiras.

O contexto de africanização compreende uma série de reformulações, que inclui a substituição da oralidade pela adoção de escritos produzidos pelos próprios adeptos, ou importados da produção científica (Aragão, 2016). De acordo com Verger (2002), há uma busca pela pureza de culto perdida nos processos de aculturação pós-diáspora, cujo exemplo aponta para o abandono das imagens de santos católicos e de outras influências, que não configurem a ideia de matriz africana, em processos ativos de sincretização doutrinária e ritual.

Stuart Hall (2003) analisa a concepção de diáspora e seus efeitos, no vasto processo de constituição da identidade cultural, que origina a presença civilizatória dos povos africanos que foram espalhados pelo “Novo Mundo”. Mais que isso, colocam-se em questão os ideários de purificação, que perpassam nossas concepções de cultura como um dado impermeável e avesso ao sincretismo, tencionando as percepções étnico-raciais.

A hostilidade, o racismo e a discriminação contra as religiões de matriz africana remontam ao tempo da escravidão desde o Brasil colônia; tais religiões foram negativamente rotuladas pelo simples fato de serem de origem africana; por outro lado, têm sido criticadas pelos movimentos neopentecostais, que nos últimos anos se valeram de mitos e preconceitos para “demonizar” e insuflar a perseguição observada no passado, que ainda configura referência central na literatura especializada (Frigerio, 2005).

Neste processo histórico, o que é produzido pelo negro brasileiro é consideravelmente desumanizado, desvalorizado ou considerado estranho, exótico, folclórico; por outro lado, o discurso de alguns grupos neopentecostais estimula a visão da religião africana como ligada ao culto do demônio, diabo, satanás, e a rituais satânicos, macumba ou que fazem o mal.

Diante desse contexto, as novas formas de negociação social dessas comunidades oferecem formatos através dos quais se institucionalizam as experiências reivindicativas, em relação as matrizes discursivas que organizam essas ações, se projetam como efetivamente distintas daquelas com pensamentos simbólicos de adequação e acomodação das práticas junto a sociedade envolvente e à cultura hegemônica.

Um dos objetivos de aumentar o escopo é chamar a atenção para o problema e nacionalizar o debate, além de pressionar os governantes para a implementação de políticas públicas mais efetivas. Outra meta é cobrar a execução da legislação já existente, que tipifica o crime de intolerância religiosa.

É essencial perceber também que esse processo de legitimação esbarra nas contradições próprias do campo afro, seja em função das relações de poder ativadas por uma suposta matriz teológica a ser seguida, seja em razão das lógicas identitárias construídas por contornos étnicos, cuja delimitação projeta possibilidades de identificação por parte dos atores deste campo (Frigerio, 2005).

Nesse sentido, é relevante dizer que existe a necessidade de compreensão dos processos de negociação que envolvem as práticas religiosas de matriz africana, uma vez que elas se encontram num contexto de entendimento, participação e aproximação das perspectivas políticas modernas que representam as relações étnico-raciais, bem como as lógicas de participação política em diversificados canais de aproximação entre Estado e sociedade civil (Morais, 2018).

Em outros momentos, a concepção da Lei Estadual n.º 5931, aprovada em 25/03/2011, acerca da legitimação social implementada por este segmento, está centrada na adaptação e acomodação dos ritos da coletividade envolvente. Na sociedade moderna observa-se uma postura substancialmente distinta, através da qual exigem-se políticas de reconstrução social e possibilidades concretas de uma participação mais ativa na esfera pública, na comunidade escolar e nos movimentos sociais.

3. CULTOS AFRICANOS: IMAGEM E CONFLITOS

As religiões de matriz africana constituem um dos maiores elementos simbólicos da sociedade brasileira. Os ataques e sua destruição têm em sua grande maioria as mais diversas formas como: terreiros incendiados; pessoas perseguidas nas ruas por usar trajes e vestimentas religiosas do candomblé; prisão dos Pais e Mães de Santo; proibição de suas práticas. Todas essas manifestações são reflexos de um longo regime escravocrata, que ainda tem seus resquícios do passado nos tempos atuais (Fernandes, 2017).

Aragão (2016) considera que a intolerância religiosa pode ser entendida como uma prática marcada pelo não reconhecimento da veracidade de outras religiões; assim, está relacionada com a incapacidade de os indivíduos entenderem e respeitarem crenças diferentes, ao sobrepor sempre a cultura do branco acima das outras crenças, e com casos concretos de manifestações de intolerância no campo prático.

É com este entendimento atribuído ao fenômeno, que se buscam apresentar formas e casos de intolerância religiosa, entre os quais o segmento das religiões afro sofre manifestações hostis (Fernandes, 2017). As ações violentas, de forma física ou verbal, nos espaços físicos às divindades cultuadas, constituem casos de intolerância, que se reproduzem atualmente, perpetuando uma prática das elites brasileiras. Como refere Fernandes:

Os preconceitos e ações contra esse grupo, o de praticantes das religiões afro, em todos os países americanos em que essas religiões são praticadas, tem a ver com a formação da estrutura estatal sob a colonial modernidade, visto que, para o colonizador, evangelizar as populações submetidas (indígenas e africanos escravizados) era parte fundamental da empreitada colonial (2017: 118).

Com a expansão dessas religiões a partir da segunda metade do século XX, verificou-se também o aumento das ações discriminatórias, vistas principalmente sobre a forma de discursos de ódio, agressões físicas aos praticantes, destruição de templos de culto, causando impactos sobre a vida dos indivíduos, que apesar de terem garantidos a liberdade de crença e o exercício de culto pela Constituição Federal de 1988, continuam tendo suas vidas atingidas por esse fenômeno (Oliveira, 2014).

Conforme o Ministério da Mulher e Direitos Humanos apresentado no *site* Brasil de Fato, de abrangência nacional, entre 2015 e o primeiro semestre de 2019, registaram-se 2.722 casos de intolerância religiosa – uma média de 50 por mês, sendo que as religiões de matriz africana são as mais atingidas (BBC Brasil, Rio de Janeiro, 21 de janeiro 2016).



Fig. 1. Gráfico retratando o aumento dos casos de intolerância religiosa. Fonte: Ministério da Mulher e Direitos Humanos (Site Balanço Disque 100 – Ministério da Mulher, junho, 2019).

Além disso, é possível observar a diferença e ações contra as religiões de matriz africana em relação às demais religiões, o que merece atenção por parte do Estado para esse fato causador de danos irreparáveis. Entre as características das vítimas, nota-se que o cidadão de matriz africana tem predominância (Souza, 2020):

Nos casos identificados, ataques a religiões de matriz africana são os mais numerosos

Fonte: Balanço Disque 100 – Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos

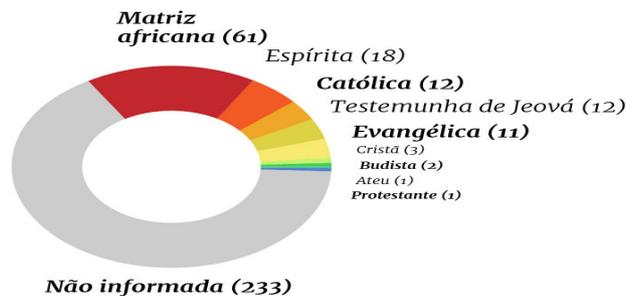


Fig. 2. Gráfico retratando ataques por intolerância religiosa. Fonte: Ministério da Mulher e Direitos Humanos (Site Balanço Disque 100 – Ministério da Mulher, junho, 2019).

Uma das principais instituições repressoras foi, no passado, a igreja católica; atualmente, percebe-se um discurso demonizado, partindo de uma parcela das igrejas neopentecostais, nos cultos, nas mídias e na literatura evangélica. Há ainda manifestações de intolerância religiosa, como as depredações aos terreiros, aos símbolos religiosos, chegando mesmo a ações violentas, como, por exemplo, agressões físicas e mortes (Fernandes, 2017).

A falta de conhecimento sobre essas religiões ainda é um dos pilares que sustenta a ocorrência de práticas intolerantes. Como destaca Gilbraz Aragão (2016), é necessária a efetivação de políticas públicas que garantam assistência a esse segmento religioso, de forma a contribuir para a amenização do problema, por meio de ações práticas que propaguem conhecimentos adequados sobre a cultura africana e as religiões afro-brasileiras.

A própria perspectiva de identificação das fragmentações e rivalidades endógenas do africanismo encontra-se profundamente vinculada ao dualismo entre o culto praticado em perspectiva individualista e a sistematização doutrinária corporativa (individualismo e coletividade) típica das análises de Durkheim (1993), a qual é compreendida como

obstáculo a ser ultrapassado. Noutra sentido, este princípio de oposição entre sagrado e profano, que pode ser reinterpretado como manipulação legítima ou profanadora do sagrado, serve de modelo para uma proposta de transformação conceitual das práticas africanistas enquanto religião sistematizada.

Mesmo com os ataques permanentes sofridos pelas religiões de matriz africana, nota-se que existe uma movimentação buscando unir forças para dar maior visibilidade à luta contra o racismo religioso no Brasil. Apesar do sofrimento, intolerância e descaso do poder público, e de uma parcela da sociedade, as religiões de matriz africana seguem batalhando e unindo forças para continuar apreciando seus Deuses e lutar pelos seus direitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para compreender a violência sofrida pelos adeptos das religiões de matriz africana é necessário revisitar o passado marcado pela escravidão, pela intolerância e pela hierarquização dos sujeitos.

Os africanos trazidos para o Brasil para serem escravizados foram classificados como seres sem alma e sem cultura e isso reflete-se ainda hoje nas suas relações sociais, políticas, econômicas e religiosas. É preciso compreender quais foram os pilares utilizados para estabelecer os valores que ajudaram a moldar uma sociedade racista, misógina e intolerante. O desejo de estabelecer como cultura uma cultura hegemônica, fez com que os portugueses, com o apoio da igreja católica, marginalizassem, excluíssem, violentassem tudo aquilo que significasse uma ameaça para o seu projeto de sociedade.

Portanto, o colonizador foi lutando para eliminar as epistemologias negras e indígenas. Apesar de todas as arduidades, os escravizados conseguiram criar habilidades para escapar dos horrores impostos pela colonização religiosa e lutaram pelo direito de praticar as suas ações religiosas, tanto em sua área física do terreiro, como no lugar público nos mais diversos estados do Brasil.

Ao dissecar a relevância das religiões de matriz africana, é importante pensar em obstáculos, pois mesmo apesar de outras manifestações dominantes, e da distância da pátria mãe, os Deuses Africanos sobreviveram e são festejados e venerados nos diversos terreiros existentes em todas as regiões brasileiras.

Não podemos deixar de dizer que a luta pelo direito à liberdade religiosa ainda é uma realidade, mesmo assim os afro-religiosos seguem resistindo. É muito difícil deixar de falar sobre os ataques sofridos pelos praticantes das religiões de matriz africana sem mencionar as questões étnico-raciais. As religiões de matriz africana sofrem com os ataques racistas e preconceituosos devido à origem étnica e cultural dos seus seguidores.

Diante disso, ainda hoje muitos adeptos dos terreiros de umbanda e candomblé ocultam a sua identidade religiosa como uma forma de proteção. Os ataques sofridos pelos umbandistas e candomblecistas estão estritamente ligados à cor da pele e ao passado histórico desse povo. Por isso, utilizar a expressão racismo religioso é dar crédito a uma luta de anos do movimento negro que busca, através da lei, encontrar punições para os atos racistas e preconceituosos.

Salientamos que, apesar de todas as dificuldades impostas, as religiões de matriz africana continuam buscando aparelhos de sobrevivência através da aproximação com outras religiões, da participação em atos ecumênicos, da utilização das mídias sociais e da luta no âmbito jurídico. Igualmente, vale aludir que, apesar das religiões de matriz africana serem as maiores vítimas da intolerância no Brasil, elas prosseguem sem utilizar a violência nas suas comunicações contra aqueles que promovem os ataques de ódio. A frequência de jovens engajados nos terreiros com certeza traz esperança para dias melhores e, acima de tudo, para a continuidade das crenças e tradições religiosas de matriz africana.

REFERÊNCIAS

- ARAGÃO, Gilbraz Souza (2016), “Da Intolerância Religiosa ao Diálogo Transreligioso”, *Religare: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências das Religiões da UFPB* 12 (1): 152–171.
- BOURDIEU, Pierre (2012), *O Poder Simbólico*. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BUONICORE, Augusto Cesar (2005), “Reflexões sobre o Marxismo e a Questão Racial”, *Revista Espaço Acadêmico* 51.
- DANTAS, Beatriz Góis (1987), “Pureza e Poder no Mundo dos Candomblés”. In: MOURA, Carlos Eugênio Marcondes de (Org.), *Candomblé, Desvendando Identidades*. São Paulo: Emw editores: 121-127.
- DURKHEIM, Émile (1993), *Las Formas Elementales de La Vida Religiosa*. Madrid: Alianza.
- FERNANDES, Nathalia Vince Esgalha (2017), “A Raiz do Pensamento Colonial na Intolerância Religiosa Contra Religiões de Matriz Africana”, *Revista Calundu* 1 (1): 117-136.
- FRIGERIO, Alejandro (2005), “RE Africanização em Diásporas Religiosas Secundárias: A Construção de Uma Religião Mundial”, *Religião e Sociedade* 25 (2): 136-160.
- HALL, Stuart (2003), *Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

MATTOS, Marcelo Badaró (2008), *Escravidados e Livres: Experiências Comuns na Formação da Classe Trabalhadora Carioca*. Rio de Janeiro: Bom Texto.

MORAIS, Mariana Ramos de (2018), *De Religião a Cultura, de Cultura a Religião: Travessias Afro Religiosas no Espaço Público*. Belo Horizonte: Editora PUC Minas.

OLIVEIRA, Ilzver de Matos (2014), “Perseguição aos Cultos de Origem Africana no Brasil: O Direito e O Sistema de Justiça como Agentes da (In)tolerância”. Disponível em <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/>>. <<http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=13d83d3841ae-1b92#:~:text=A%20intoler%C3%A2ncia%20%C3%A0s%20religi%C3%B5es%20de,o%20nosso%20processo%20de%20democratiza%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 07 abr. 2022.

PINSKY, Jaime (2015), *A Escravidão no Brasil*. 21.^a ed. São Paulo: Contexto.

RIBEIRO, Darcy (1995), *O Povo Brasileiro a Formação e o Sentido do Brasil*. 2.^a ed. São Paulo: Companhia das Letras.

SOUZA, Marina Duarte (2020), “Denúncias de Intolerância Religiosa Aumentaram 56% no Brasil em 2019”. *Brasil de Fato*, São Paulo, 21, jan. 2020. Disponível em: Revista Eletrônica <<https://www.brasildefato.com.br/2020/01/21/denuncias-de-intolerancia-religiosa-aumentaram-56-no-brasil-em-2019>>. Acesso em 07 abr. 2022.

VERGER, Pierre Fatumbi (2002), *Orixás: Deuses Iorubás na África e no Novo Mundo*. 6. ed. Salvador, BA: Corrupio.

LUGARES DE MEMÓRIA E VIOLÊNCIA: OS CONCEITOS *DARK* COMO POSSIBILIDADE DE COMPREENSÃO DA FASCINAÇÃO PELO MÓRBIDO

por

Karen Cristina Galletto¹

Resumo: O artigo analisa a relevância da história oral como parte do patrimônio imaterial e propõe uma reflexão sobre o racismo no Brasil através dos conceitos teóricos *dark heritage* e *dark tourism* destacando a importância das memórias para a construção da história e da identidade cultural. O período estudado situa-se entre o século dezanove e o século vinte, na cidade de Campinas, e a abordagem da história oral aspira complementar as informações existentes nas fontes oficiais, trazendo novas perspectivas sobre o passado. Este trabalho se concentra em dar voz às experiências e memórias de pessoas comuns, que geralmente não são consideradas relevantes na história oficial, assim como promover uma ponderação sobre a importância de preservar lugares e memórias, marcados pela dor e pelo desconforto, a fim de resgatar a história e construir uma identidade cultural mais completa e diversificada.

Palavras-chave: História oral; Racismo; *Dark heritage*; *Dark tourism*.

Abstract: The article analyses the relevance of oral history as part of intangible heritage and proposes a reflection on racism in Brazil through the theoretical concepts' dark heritage and dark tourism, highlighting the importance of these memories to the construction of history and cultural identity. The study focuses on the period between the 19th and 20th centuries in the city of Campinas, and the approach of oral history aims to complement the existing information found in official sources, bringing new perspectives on the past. This work focuses on the need to give voice to the experiences and memories of ordinary people, who are often overlooked in official historical accounts, and also prompts a reflection on the significance of preserving places and memories, that bear the marks of pain and discomfort, to recover lost history and foster a more comprehensive and diverse cultural identity.

Keywords: Oral history; Racism; Dark heritage; Dark tourism.

¹ Mestra em Patrimônio Cultural pela Universidade do Minho (UMINHO) e Licenciada em Ciências Sociais pelo Instituto Superior de Ciências Aplicadas (ISCA). ORCID <<https://orcid.org/0000-0001-5319-3553>>. E-mail: karengalletto@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O advento do capitalismo e as suas inovações tecnológicas impactam e modificam o cotidiano dos indivíduos em diversas esferas (tangíveis e intangíveis). Ressignificando toda uma nova era de memórias, assume formas diversas de seleção daquilo que possa ser considerado histórico e, também, o que deva ser fadado ao esquecimento. É essa a conjuntura que percorre a memória histórica e a história oral. Não é somente o esforço da memória e da história, mas, principalmente, os temores dos seus esquecimentos (Ricoeur, 2007).

A história oral é um precioso bem do patrimônio cultural imaterial, que ao longo dos anos vem perdendo o seu valor. Quando se estuda a relação entre a recordação e o esquecimento, buscam-se as finalidades principais da memória e a luta para que esta se mantenha viva. Portanto, contar histórias não é tarefa fácil; é um ofício para vozes que transformam o tempo vivido em tempo pensado e narrado, através das linhas da memória sensível (Galletto, 2022).

De fato, a habilidade de compor histórias e narrativas é fundamental para a conservação dos grupos sociais e para a transmissão de conhecimentos e valores entre as gerações. Desde tempos remotos, os seres humanos têm utilizado a narrativa como forma de transmitir informações e experiências, de uma geração para outra, e de consolidar os laços sociais dentro de um grupo.

Ao contar histórias, os seres humanos criam tramas simbólicas que servem como orientadoras da vida em coletividade. Essas histórias podem ser mitos, lendas, contos populares, fábulas, entre outras formas de narrativa. Elas ajudam a estabelecer valores morais, crenças e ideologias importantes para a coesão e o funcionamento do grupo.

Além disso, a habilidade de compor histórias é essencial para a construção da identidade individual e coletiva. As histórias que contamos sobre nós mesmos, nossa família, nossa comunidade e a nossa cultura nos ajudam a entender quem somos e de onde viemos. Elas fornecem-nos um senso de pertencimento e nos ajudam a criar um senso de continuidade histórica.

Assim, é através do exercício da capacidade de elaborar histórias que os seres humanos deixam as suas trilhas para as gerações futuras. As histórias que contamos hoje podem influenciar as histórias que serão contadas no futuro, moldando a visão de mundo e a identidade das próximas gerações.

Diante disso, acreditamos na prerrogativa de que deve haver um comprometimento para com estudos que pretendam compreender as diversas formas de preconceitos, como, por exemplo, os de cunho racial, como instrumentalização capaz de interromper o(s) silêncio(s) e invisibilidade(s), tornando conhecidas as facetas dos factos muitas vezes obscurecidos pelas memórias oficiais.

Consideramos que o preenchimento das lacunas históricas sobre a intolerância possa ocorrer por meio do resgate da memória histórica e da história oral. Para Thompson, a história é um processo de construção de narrativas que dão sentido ao passado. O autor argumenta que essas narrativas são influenciadas por fatores sociais, políticos e culturais e que diferentes grupos podem ter perspectivas distintas sobre o mesmo evento histórico. Assim, a história não é vista como uma verdade objetiva e universal, mas como uma construção social e cultural (Thompson, 2017).

Experiências precipitadas pela dor e pelo sofrimento ganham a cada dia mais visibilidade por meio de experiências oriundas do turismo, envolvendo lugares de incômodo que, se bem atribuídas e compreendidas, podem se tornar verdadeiras práticas educacionais extraordinárias, preservando e recuperando memórias livres do esquecimento. Afinal, conservar em trechos diversos as narrativas, estruturadas pelas memórias tecidas diariamente, é um grande contributo para refletirmos sobre a representação do que é doloroso e que não deve ser esquecido.

Este artigo está estruturado em três partes. Na primeira parte, são resgatadas as memórias e a história oral, com base nos conceitos referentes ao patrimônio; na segunda, são apresentados alguns factos sobre a violência racial no Brasil, especialmente na cidade de Campinas, no estado de São Paulo; e, na terceira parte, é demonstrado um exemplo empírico que permite evidenciar os conceitos de *dark heritage* e de *dark tourism*, a partir da história do escravo Elesbão.

1. PATRIMÔNIO, MEMÓRIA E HISTÓRIA ORAL

Podemos pensar o patrimônio como a agregação de condutas, de bens, de objetos e de valores, que possibilita a criação de uma identidade que une e consolida culturalmente o grupo social (Corá, 2014). Sendo assim, as memórias coletivas efetivam-se através das respostas de socialização nas atividades compartilhadas (Ikeda e Pellegrini, 2008).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reconhece que alguns lugares na Terra são de “valor universal excepcional” e devem fazer parte do patrimônio comum da humanidade. Os bens patrimoniais integram-se nas seguintes categorias: i) patrimônio cultural e patrimônio natural; ii) patrimônio móvel e imóvel; iii) patrimônio tangível e intangível (Benhamou, 2017).

Os sítios arqueológicos, as cidades históricas, os locais sagrados (igrejas ou mosteiros), os monumentos e os castelos pertencem ao patrimônio cultural. As paisagens naturais (florestas, rios, montanhas, costas marítimas) pertencem ao patrimônio natural. Ao patrimônio cultural móvel correspondem todos os bens que podem ser transportados,

tais como os objetos, as obras de arte e o artesanato. Todos esses exemplos correspondem ao patrimônio tangível, ou seja, são bens que podem ser tocados. Os bens classificados como patrimônio intangível não são palpáveis, como, por exemplo, as canções, as lendas, as rimas, o folclore e os provérbios.

A UNESCO evidenciou, no ano de 2003, a necessidade de salvaguardar a cultura imaterial, incluindo as expressões vivas e as tradições que várias comunidades mundiais têm a necessidade de transmitir oralmente aos seus descendentes. Isso evidencia a emergência da noção de patrimônio sob os pressupostos conservacionistas da modernidade, considerando os seus dois mais importantes pilares: o culto da preservação e o da nostalgia (Lowenthal e Kenneth, 1985).

A preocupação com o patrimônio pode ter, entre as suas principais motivações, a aceleração do ritmo de mudanças impostas pelo mundo moderno, impactando diretamente na questão da identidade. Portanto, investigações de caráter antropológico podem ser uma das possibilidades metodológicas para uma melhor compreensão dos processos de construção, representação e consumo de significados culturais em museus de patrimônio cultural (Anico, 2008). Essas pesquisas podem abordar questões como, por exemplo: quais os métodos e abordagens utilizados pelos antropólogos na investigação desses processos; como a preservação dos aspectos simbólicos dos objetos etnográficos em museus pode influenciar a compreensão dos significados culturais pelos visitantes; e como os museus e exposições podem ser usados como locais de contacto entre diferentes grupos e culturas (Clifford, 1997).

A preservação de objetos etnográficos em museus é crucial para compreender e valorizar as culturas de diferentes povos, uma vez que revela a possibilidade de analisarmos a importância da sua preservação e exposição e, também, a construção de identidades culturais. Desta maneira, os resultados obtidos poderão contribuir para aprimorar as práticas de conservação e para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio cultural.

O patrimônio cultural, num sentido abrangente, poderá levar-nos a entender a realidade humana como encruzilhada de vontades e de dúvidas, contra o fatalismo, o determinismo, a ignorância e o esquecimento. A educação, como aprendizagem permanente a partir da transmissão dos saberes, do exemplo e da experiência, tem, por isso, um papel crescente e fundamental no combate em prol da “sociedade de cultura”, da “cultura da paz” e da defesa e salvaguarda de um patrimônio comum, da humanidade, dos povos e das pessoas, independentemente da sua natureza material ou imaterial (Galletto, 2022).

A história oral nos traz vivências, emoções e sentimentos, ao contrário, por exemplo, da fotografia, que enquadra um foco e transmite um momento exato, assim como refere-se a uma aprendizagem, envolvendo emoções e sentimentos. Mas para utilizá-la como

técnica de pesquisa, deve-se ter em mente certas particularidades da lembrança pessoal e a sua relação com a anamnese coletiva.

Para que isso ocorra é de extrema importância o domínio de um método de pesquisa que, para além de quantificar e qualificar as fontes utilizadas (primárias e secundárias) possibilite uma análise detalhada das recolhidas dos dados obtidos com objetivos e critérios de codificação pré-definidos e, a partir deles, a realização metódica da transcrição e interpretação das informações fornecidas, reproduzindo um texto analítico (Bardin, 1977).

Partindo da premissa da sua importância histórica e da oralidade, propomos refletir sobre o racismo no Brasil a partir de um caso específico ocorrido no século XIX, na cidade de Campinas, localizada no estado de São Paulo, região sudeste do país, que remonta à temática do *dark heritage* e do *dark tourism*, tendo em vista a importância dos lugares de dor e de incômodo e de como devem ser preservados (Foley e Lennon, 2000).

Ao interagirmos com a história cultural do município de Campinas, que é o foco deste artigo, fica claro o potencial das narrativas orais, que manifestam toda a complexidade de rituais e outras práticas simbólicas que expressam hábitos, costumes, celebrações, saberes, fazeres e tradições regionais. Tal constatação nos leva a ousar afirmar que para serem efetivamente preservadas e mantidas no tempo e no espaço social, as memórias deveriam ser mobilizadas por políticas culturais. A gestão da cultura como recurso assume, neste caso, o patrimônio cultural como um campo de possibilidades de desenvolvimento.

A história oral, geralmente, espreita cada vez mais a indiferença, ocasionando maior abertura para espaços consumidos pela tecnologia que, não podemos negar, possuem diversos aspetos importantes; porém, devemos saber tirar partido dela. Ao mesmo tempo, em contrapartida, observa-se um processo de perda do contacto com as histórias contadas pelos avós, com as famosas lendas sobre diferentes localidades, que na sua maioria preservam a história e a memória de um tempo e de um espaço.

Este processo de perda pode estar relacionado com a aceleração do ritmo de vida moderno, que muitas vezes deixa pouco tempo para a transmissão oral de histórias e tradições. Além disso, a valorização crescente da cultura de massas pode contribuir para o enfraquecimento da preservação das narrativas e das lendas regionais. No entanto, é importante destacar que essas histórias possuem um valor único e insubstituível na preservação da identidade cultural de uma comunidade, na transmissão de valores e no estímulo à imaginação e à criatividade. Por isso, é fundamental valorizá-las e incentivá-las como parte do patrimônio cultural imaterial de uma região ou país.

Ademais, não podemos esquecer as relações que movem a vida do ser humano em sociedade. Todos os seres humanos necessitam suprir as suas inúmeras necessidades de sobrevivência, além das infinitas outras necessidades criadas pela sociedade de consumo.

Neste contexto, a perda do contato com tradições, e especialmente com a história oral, nos leva a refletir sobre as reais necessidades humanas no contexto do cotidiano e dos valores transmitidos pela comunicação. Parece que certos tipos de socialização estão cada vez mais em desuso, apesar de as tecnologias nos fazerem sentir mais conectados reciprocamente.

2. VIOLÊNCIA RACIAL NO BRASIL E NA CIDADE DE CAMPINAS

Temas como a escravidão africana e o tráfico negreiro continuam a ser, presentemente, de suma importância. A violência e a ampla duração destes fenômenos evidenciam a crueldade dos seres humanos. Tais fenômenos também foram capazes de causar alterações nos espaços em que decorreram, dando assim origem a elementos que se constituíram como memórias (monumentos, etnônimos, lendas, mitos, entre outros), ou seja, a partir dessas memórias é possível recuperar tramas fundadoras (Henriques, 2013).

O escravismo foi instituído por um sistema de classes, baseado em dinamismo econômico de exportação de mercadorias e importação de mão de obra, mantido pela violenta dominação instituída normativamente pelos governantes (Moura, 1994). O regime escravista provocou uma fratura estrutural na sociedade brasileira: a divisão entre “brancos” e “não brancos”, indivíduos “livres” e “escravizados”, fundamentando, assim, um estatuto de classe polarizado entre “senhores” e “escravos”. Estaria aí o *ethos* para tentarmos compreender os significados do racismo no Brasil.

O racismo pode ser explicado de duas maneiras: devido a uma dominação étnica e devido a uma classificação discriminatória do grupo subordinado, ao se promoverem designações com base em distinções corporais e de aparência, como a depreciação relacionada com a questão da cor da pele. Assim, a definição racial de um grupo de pessoas em resultado de determinadas semelhanças, sejam físicas, históricas e/ou sociais, que desenha o processo de racialização, seria “consequência da dominação étnica” (Goodman, 2016: 43).

A cidade de Campinas tem em torno de duzentos e sessenta anos de história e milhares de anos de história indígena. A sua formação colonial deriva da primeira metade do século XVIII, ainda como um bairro rural da então antiga Vila de Jundiá (Teixeira, 2002). Localizado nas margens de um trilho aberto por paulistas do Planalto de Piratininga, entre 1721 e 1730, que seguia em direção às recém-descobertas minas dos Goias, o povoamento do “Bairro Rural do Mato Grosso” iniciou-se com a instalação de um pouso de tropeiros nas proximidades da “Estrada dos Goias” (Sousa Coelho, 2014).

Os cafezais nasceram no interior das fazendas de cana, impulsionando em pouco tempo um novo ciclo de desenvolvimento da cidade. A partir da economia cafeeira, Campinas passou a concentrar um grande contingente de trabalhadores escravos e livres, de diferentes procedências, empregados em plantações e em atividades produtivas rurais e urbanas. Neste período, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição das Campinas do Mato Grosso de Jundiá tornou-se, em 1797, a Vila de São Carlos e, em 1842, o nome de origem da região foi resgatado da vila à Cidade de Campinas (Sousa Coelho, 2013).

A escravidão na cidade de Campinas iniciou-se em meados de 1779. Com a transição da cultura canavieira para a cafeeira, o número de escravos, entre os anos de 1779 e 1829, aumentou consideravelmente, até a proibição, em 1850, do tráfico negreiro. Nessa época, a cidade já possuía a maior captação de escravos do Oeste Paulista, chegando ao total de aproximadamente 14 mil escravos (Eisenberg, 1987).

Os escravos que não cumprissem ordens ou tentassem a fuga eram, na sua maioria, punidos e castigados, o que, inclusive, era permitido por lei. O castigo imputado ao escravo infrator apresentava-se como parte do “governo econômico dos senhores”, aliado ao trabalho excessivo e à alimentação insuficiente.

O poder do senhor exercido sobre o escravo não objetivava exterminá-lo, mas sim otimizar a sua produção econômica e diminuir a sua força de reação contra o sistema dominante. É justamente o perigo da perda de funcionalidade do sistema de dominação do senhor sobre o escravo que fez com que a punição senhorial fosse um agente político, manifestando-se e reativando-se na punição do cativo faltoso (Lara, 1988: 116).

O castigo exemplar praticado contra os escravos consistia numa espécie de “teatro do medo”, derivado das experiências inquisitoriais, que incluía açoitamento, picadas com navalhas ou facas, aplicação de sal, limão e urina, além da imposição de correntes. Esse tipo de punição era bastante comum na transição do tempo medieval para a época moderna e tinha como objetivo aterrorizar e controlar os escravos (Lara, 1988: 74-75).

A violência exagerada dos senhores contra os escravos se dava, na maioria das vezes, por necessidade de exemplificação aos outros escravos, como função pedagógica e, geralmente, recaía sobre os cativos mais velhos e sem expressivo valor econômico, até porque os senhores julgavam necessária a aplicação da justiça particular nos limites da fazenda, como espetáculos exemplares, visíveis a toda comunidade para prevenir eventuais crimes e contravenções que poderiam ocorrer nas suas propriedades (Machado, 1987: 77).

Os escravos já eram familiarizados com os instrumentos de tortura desde muito jovens, pois sabiam que cada falta cometida resultaria num castigo específico, consoante a gravidade do ocorrido e as normas de conduta estabelecidas (Neves, 1996). Embora a pena capital fosse evitada, ela poderia ser aplicada em caso de crimes graves, sendo o enforcamento a forma mais comum, seguida pelo desmembramento e exposição pública

dos retalhos corporais. Foi essa a punição aplicada ao personagem escolhido para análise neste texto — o escravo Elesbão.

3. O CASO ELESBÃO: *DARK HERITAGE* E *DARK TOURISM*

O Largo da Forca, atualmente Largo Santa Cruz, recebeu esse nome porque foi enforcado neste local, em meados do século XIX, o escravo Elesbão, fugitivo de uma fazenda escravagista por ser acusado de ter assassinado o seu proprietário. Elesbão ter-se-ia abrigado num *quilombo*², mas teria sido delatado. Convicto da sua inocência, retornou para Campinas, mas foi capturado e condenado a passar por um calvário — saiu da Igreja do Carmo e foi arrastado até ao Largo da Forca, sendo ali executado.

Segundo estudos oriundos da história oral, a primeira corda que envolvia o pescoço de Elesbão arrebentou-se no momento do acionamento do dispositivo no cada-falso e muitas pessoas pediram clemência às autoridades. A segunda corda também teria arrebentado e muitos dos que presenciavam o ocorrido passaram a acreditar na sua inocência e em um milagre. Mesmo assim, Elesbão acabou por ser enforcado. Os seus membros foram cortados e separados, sendo os seus restos mortais espalhados pela cidade com o intuito de deixar clara a mensagem aos outros escravos que pensassem em fugir (Mesquita, 2020).

A história de Elesbão permanece viva no imaginário local através da oralidade e das memórias que passaram por várias gerações de moradores. Segundo alguns relatos, o fantasma de Elesbão passou a assombrar o Largo da Forca e, nas suas aparições, continuaria, como no dia do seu enforcamento, a reafirmar a sua inocência. O facto que aqui nos chama a atenção é a sobrevida do conto, dada a parca existência de fontes documentais que atestem tal evento, sendo este perpassado através da oralidade.

Graças a história oral, também podemos averiguar as mudanças no espaço em que ocorreu o assassinato de Elesbão, ou seja, o Largo da Forca. Tal local acabou por ser descaracterizado a pedido de alguns moradores, como que provocando uma espécie de “esquecimento forçado” da degradante história perpassada naquele lugar. Mas é

² A palavra “quilombo” tem origem na língua quimbundo, um idioma falado por grupos étnicos bantos da região de Angola e do Congo, localizados na África. O termo original, “kilombo” ou “kilumbu”, denota o significado de “acampamento” ou “fortaleza”. Durante o período colonial no Brasil, o vocábulo “quilombo” começou a ser empregado para designar agrupamentos de indivíduos escravizados que escapavam das plantações e estabeleciam comunidades autônomas e resistentes. Essas comunidades geralmente se localizavam em regiões remotas, como matas densas, montanhas ou áreas pantanosas. Os quilombos representavam uma forma de resistência ao sistema escravista, uma vez que os fugitivos buscavam liberdade e autodeterminação. Eles estabeleciam estruturas sociais, econômicas e políticas próprias, muitas das quais se transformaram em comunidades autossustentáveis (Reis, 1996).

este o cenário que possibilita pensarmos este fenômeno a partir das perspectivas e dos conceitos *dark*.

Assim como tem acontecido com o *dark tourism*, o *dark heritage* parece alcançar uma maior visibilidade atualmente, mesmo que ainda seja pouco estudado pela academia. Este fenômeno, profundamente associado à expansão do turismo mundial e à procura por novas experiências turísticas, resulta da necessidade dos consumidores vivenciarem um “turismo diferenciado” e diferente dos usuais, como, por exemplo, a incorporação do “sombrio”. Em 1979, a UNESCO classificou o Campo de Concentração de Auschwitz como Patrimônio da Humanidade. A partir dessa altura, os lugares com uma história sombria começaram a despertar maior interesse, somando-se às percepções de que a memória, mesmo que dolorida, deveria ser preservada, visando evitar a repetição de trágicos eventos como o Holocausto.

Os professores britânicos John Lennon e Malcolm Foley foram os primeiros a investigar sociologicamente fenômenos relacionados com o turismo mórbido, contribuindo ainda nos anos de 1990 com artigos acerca do *dark heritage* e do *dark tourism*. Esta nomenclatura tem origem inglesa e foi usada pela primeira vez pelos autores citados, em 1996, no *International Journal of Science of Heritage Studies*. O *dark heritage* e o *dark tourism* se complementam a partir do momento em que um precisa do outro para existir, pois o primeiro é o lugar em que ocorre o facto doloroso e o segundo evoca a sua mercantilização e massificação, seja da morte real ou criada (Foley e Lennon, 2000).

Esses autores confirmaram que houve um crescimento significativo do turismo nesses locais (Foley e Lennon, 1997) e que a procura pelos mesmos aumentou desde meados do século XX. Outros estudiosos também atribuem esse crescimento ao que denominam por “surgimento do discurso da sociedade pós-moderna” e aos fenômenos de base intelectual e social que oferecem algum crédito aos argumentos de que o mundo de hoje e de amanhã estão em constante transformação, inclusive de caráter epistemológico (Sharpley e Stone, 2009).

Os locais aos quais é associada a denominação *dark* possuem uma simbologia cultural e histórica e os estudos a respeito desses lugares devem beneficiar-se de teorias estabelecidas sobre o turismo de herança. Por exemplo, as investigações relacionadas com o Holocausto ou, mais recentemente, com o memorial onde se localizavam as torres gêmeas, em Nova Iorque, mostraram que os espaços com características *dark* possuem uma enorme carga de lembranças, demonstrações de identidade nacional e possibilitam experiências educacionais (Seaton, 1996; Foley e Lennon, 1999).

No caso do *dark tourism* podem existir diversas formas de nomear tal fenômeno e a sua tradução não literal acaba por assumir múltiplas conotações, sendo as principais: turismo macabro; turismo negro; turismo sombrio; turismo mórbido; turismo sinistro;

e turismo das trevas. Os estudiosos deste segmento procuram compreender as motivações que levam esses turistas a destinos reais associados à morte (Farmaki, 2013).

O *dark tourism* é capaz de proporcionar efeitos terapêuticos, além da tradicional experiência educacional associada à emocional (Foley e Lennon, 2000; Henderson, 2000; Braithwaite e Lee, 2006). A mercantilização do *dark tourism* é parte de um processo bastante inerente, pois aqueles que procuram esta modalidade têm uma expectativa ligada ao consciente e ao inconsciente; e um desejo de experiências que os trazem para a vida e para a morte, lidando, portanto, com a morte transformada em representações culturais (Sharpley e Stone, 2008). Proporcionar aos turistas novas experiências é um fator definitivo para o êxito de um destino turístico e é isso que o torna mais competitivo e diferente em relação aos demais.

O *dark tourism* foi criado por conta da suposta necessidade do “turista” em obter novas experiências além do turismo convencional. Criados pelo *marketing*, alguns locais foram construídos somente para esta finalidade, como consta na análise de Stone (2006), que categoriza os “calabouços sombrios”, que existem em vários países. É o caso de *Dark Fun Factories* e de *Dark Exhibitions*. Como exemplo das *Dark Fun Factories* destaca-se o *London Dungeon*, um Teatro/Museu que oferece espetáculos com efeitos especiais e cenas de terror que procuram impactar os participantes. O calabouço representa anos de história interpretados em sustos, passeios, personagens e labirintos. Seu sucesso foi tão grande que hoje existem espaços similares em várias localidades, como Amsterdão, Nova Iorque, Berlim, Backpool, Hamburgo e Edimburgo (Prezzi, 2009). Como refere Ferreira (2016), na pós-modernidade, o espetáculo é o que dá sentido às massas, que se revelam cada vez mais fascinadas por ele.

A experiência nesses locais associados ao óbito faz com que o interlocutor passe por um processo reflexivo entre a questão da vida e da morte, fornecendo uma conexão entre ambas, pois estes sítios, associados a desastres e atrocidades naturais ou provocadas por seres humanos, tornaram-se ao longo do tempo, mais do que locais de memórias e histórias, também atrações de turismo (Stone, 2012). É de suma importância que os indivíduos possam conhecer e participar dessa modalidade de turismo diferenciado, pois tal vertente pode acabar por sensibilizar aspectos dissonantes, fazendo com que aquilo que ocorreu permaneça vivo nas suas memórias, possibilitando a sua transmissão ao longo do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho, pudemos destacar que a história oral desempenha um papel crucial no resguardo e compreensão da história e cultura de diferentes comunidades e grupos de pessoas. Ela é uma abordagem que envolve a coleta e preservação de relatos de testemunhas oculares e participantes diretos e/ou indiretos de eventos históricos, bem como as suas vivências, perspectivas e memórias. Em resumo, a história oral é uma ferramenta poderosa para ampliar e diversificar a nossa compreensão da história. Ela valoriza as vozes individuais e as experiências vividas, promove a inclusão e ajuda a construir narrativas mais abrangentes e precisas. Ao preservar as histórias das pessoas, a história oral contribui para a preservação do patrimônio cultural e fortalece a nossa conexão com o passado (Thompson, 2017).

Os locais sombrios possuem um significado cultural e histórico considerável e os estudos sobre esses lugares devem se beneficiar das teorias estabelecidas sobre o turismo de herança. Isso implica ter em consideração os espaços de lembrança e de luto, experiências espirituais, aspectos relativos à identidade nacional e a experiências educacionais (Seaton, 1996). Embora possa ser importante despertar o interesse das pessoas por esse tipo de turismo, é fundamental que elas não o vivenciem como uma mera experiência acabada, mas sim como uma oportunidade de aprofundamento sobre as temáticas retratadas. Tal postura poderá promover a atenção e a reflexão sobre os locais relacionados à dor e ao sofrimento. Não adianta apenas conhecer histórias, como as de Elesbão, sem reconhecer as estruturas que tornaram a escravidão possível no Brasil, assim como as suas consequências ainda sentidas atualmente.

Negligenciar a morte, independentemente da sua natureza degradante ou não, é ignorar um dos poucos padrões universais sobre os quais tanto o eu coletivo como o individual são edificados. Tudo o que evoca dor, comoção e/ou sofrimento deve ser tratado com extremo cuidado e respeito.

Os patrimônios de dor e sofrimento, também conhecidos como *dark heritage*, podem se tornar benéficos por diversas razões. Em primeiro lugar, a preservação desses patrimônios pode contribuir para a compreensão da história e do legado de grupos marginalizados ou oprimidos, permitindo que as suas vozes sejam ouvidas e as suas experiências sejam reconhecidas.

Além disso, a preservação desses patrimônios pode servir como um lembrete importante das consequências negativas da violência, da discriminação e do preconceito, incentivando a reflexão crítica e o compromisso com a justiça social e a igualdade.

Finalmente, a gestão e a preservação desses patrimônios podem gerar benefícios econômicos e turísticos para as comunidades locais, ajudando a impulsionar o desenvolvimento sustentável e a criação de empregos. Portanto, embora possam evocar dor e

sofrimento, os patrimônios de *dark heritage* podem desempenhar um papel importante e benéfico para a sociedade, ao permitir que a história seja compreendida, as injustiças sejam reconhecidas e o progresso seja impulsionado em direção a um mundo mais justo e igualitário.

REFERÊNCIAS

- ANICO, Marta (2008), “Representing Identities at Local Municipal Museums: Cultural Forums or Identity Bunkers?”. In: ANICO, Marta; PERALTA, Elsa (orgs), *Heritage and Identity: Engagement and Demission in the Contemporary World*. Londres: Routledge.
- BARDIN, Laurence (1977), *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- BENHAMOU, Françoise (2017), *Economia do Patrimônio Cultural*. São Paulo: Edições Sesc.
- BRAITHWAITE, Dick; LEE, Yun Lok (2006), “Dark Tourism, Hate and Reconciliation: The Sandakan Experience”, *International Institute for Peace Through Tourism Occasional Paper* 8: 1-22.
- CLIFFORD, James (1997), *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Massachusetts: Harvard University Press.
- CORÁ, Maria Amelia Jundurian (2014), “Políticas Públicas Culturais no Brasil: Dos Patrimônios Materiais aos Imateriais”, *Revista de Administração Pública* 48 (5): 1093-1112.
- EISENBERG, Peter (1987), “Ficando Livre: As Alforrias em Campinas no Século XIX”, *Estudos Econômicos* 17 (2): 175-216.
- FARMAKI, Anna (2013), “Dark Tourism Revisited: A Supply/Demand Conceptualisation”, *International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research* 7 (3): 281-292.
- FERREIRA, Karolina Matias (2016), *Turismo Macabro: Uma Possibilidade na Fortaleza de Santa Cruz, Niterói-RJ* (Trabalho de conclusão de curso de graduação em Turismo). Niterói: Universidade Federal Fluminense.
- FOLEY, Malcolm; LENNON, John (1997), “Dark Turism: An Ethical Dilemma”. In: LENNON, John; FOLEY, Malcolm; MAXWELL, Gillian (orgs), *Hospitality, Tourism and Leisure Management: Issues in Strategy and Culture*. Londres: Cassell.
- FOLEY, Malcolm; LENNON, John (1999), “Interpretation of the Unimaginable: The US Holocaust Memorial Museum, Washington, DC, and ‘dark tourism’”, *Journal of Travel Research* 38 (1): 46-50.
- FOLEY, Malcolm; LENNON, John (2000), *Dark Tourism: The Attraction of Death and Disaster*. Londres: Thomson.

- GALLETTO, Karen Cristina (2022), *O Dark Tourism Como Possibilidade de Experiência Turística no Município de Campinas (Brasil)* (Dissertação de mestrado em Patrimônio Cultural). Braga: Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- GOODMAN, Glen (2016), “A Reprodução do Racismo: Fazendeiros, Negros e Imigrantes no Oeste Paulista, 1880-1914, de Karl Monsma”, *História: Debates e Tendências* 16 (2): 508-511.
- HENDERSON, Joan (2000), “War as a Tourist Attraction: The Case of Vietnam”, *International Journal of Tourism Research* 2 (4): 269-280.
- HENRIQUES, Isabel de Castro (coord.) (2013), *Lugares de Memória da Escravatura e do Tráfico Negreiro: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Comité Português do Projecto UNESCO “A Rota do Escravo”.
- IKEDA, Alberto Tsuyoshi; PELLEGRINI FILHO, Américo (2008), “Celebrações Populares: Do Sagrado ao Profano”, *Terra Paulista: Histórias, Artes, Costumes* 3: 87-102.
- LARA, Silvia Hunold (1988), *“O Castigo Exemplar” em Campos da Violência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- LOWENTHAL, Douglas; KENNETH, Rahn (1985), “Regional Sources of Pollution Aerosol at Barrow, Alaska During Winter 1979-1980 as Deduced from Elemental Tracers”, *Atmospheric Environment* 19 (12): 2011-2024.
- MACHADO, Maria Helena (1987), *Crime e Escravidão: Trabalho, Luta e Resistência nas Lavouras Paulistas (1830-1888)*. São Paulo: Brasiliense.
- MESQUITA, Igor do Nascimento (2020), “Projeto Dia do Orgulho Negro”, *Revista de Psicologia da Unesp* 19: 30-55.
- MOURA, Clóvis (1994), “O Racismo como Arma Ideológica de Dominação”, *Revista Princípios* 34: 28-38.
- NEVES, Maria Fátima Rodrigues (1996), *Documentos sobre a Escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto.
- PREZZI, Andréa de Souza (2009), *Turismo Sombrio: Uma Viagem em Busca do Inusitado* (Trabalho de conclusão de curso de graduação em Turismo). Niterói: Universidade Federal Fluminense: 10-57.
- REIS, João José (1996), *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras.
- RICOEUR, Paul (2007), “Memoria, Storia, Oblío”, *Lettera Internazionale: Rivista Trimestrale Europea* 91 (1): 1225-1253.
- SEATON, Anthony (1996), “Guided by the Dark: From Thanatopsis to Thanatourism”, *International Journal of Heritage Studies* 2 (4): 234-244.

SHARPLEY, Richard; STONE, Philip (2008), "Consuming Dark Tourism: A Thanatological Perspective", *Annals of Tourism Research* 35 (2): 574-595.

SHARPLEY, Richard; STONE, Philip (2009), *(Re) Presenting the Macabre: Interpretation, Kitschification and Authenticity*. Bristol: Channel View Publications.

SOUSA COELHO, Rodrigo (2013), *Grandes Esperanças: A Implantação do Sistema Único de Assistência Social na Região Metropolitana de Campinas* (Tese de doutorado em Economia Social e do Trabalho). Campinas: Universidade Estadual de Campinas.

SOUSA COELHO, Rodrigo (2014), "A Formação de um Território Desigual: Uma Breve História de Campinas (1774-1930)", *Universitas* 7 (13): 63-77.

STONE, Philip (2006), "A Dark Tourism Spectrum: Towards a Typology of Death and Macabre Related Tourist Sites, Attractions and Exhibitions", *Tourism: An International Interdisciplinary Journal* 54 (2): 145-160.

STONE, Philip (2012), "Dark Tourism and Significant Other Death: Towards a Model of Mortality Mediation", *Annals of Tourism Research* 39 (3): 1565-1587.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo (2002), "O Processo Migratório na Formação de Campinas: 1765-1830", *Revista Brasileira de Estudos de População* 19 (1): 75-93.

THOMPSON, Paul (2017), *The Voice of the Past: Oral History*. Nova Iorque. Oxford University Press.

A ANÁLISE HISTÓRICA DA VIOLÊNCIA CONJUGAL — RELEVÂNCIA, APROXIMAÇÕES E FONTES

por

Rita Paiva Costa¹

Resumo: Qual o interesse da análise histórica da violência conjugal? Qual o contributo para o conhecimento da realidade atual? Pretende-se com o presente artigo evidenciar que o entendimento da violência conjugal, problema secular e de fortes raízes no passado, não se pode concretizar sem a necessária contextualização histórica. O período a que a investigação trazida neste artigo diz respeito, a partir da segunda metade do século XIX até ao final da Primeira República (1926), é estruturante, pois se, por um lado, apresenta características herdadas de tempos mais recuados, evidencia também novas circunstâncias, que foram agravando os quadros de violência conjugal. As fontes utilizadas, como os processos judiciais do Círculo Judicial de Coimbra e os processos policiais e processos de medicina-legal, permitem não só o estudo de casos particulares, mas possibilitam reconstituir uma realidade inerente a estas situações de violência, e que as influenciavam. Nesse sentido, a intenção deste artigo é refletir, primeiramente, acerca da importância do estudo da violência conjugal no passado. Num segundo momento, pretende-se mostrar sucintamente o papel do século XIX para o contexto não só da violência em geral, mas também, e particularmente, para o da violência doméstica e conjugal. Tentar-se-á aproximar de forma coeva os fenómenos analisados para o referido período. Por fim, apresentar-se-ão os vários tipos de documentação onde as referências à violência conjugal podem estar presentes.

Palavras-chave: Violência conjugal; História das mulheres; Coimbra.

Abstract: What is the purpose of the historical analysis of marital violence? What is the contribution to the knowledge of the current reality? The aim of this article is to demonstrate that the understanding of marital violence, a secular problem with strong past roots, cannot be achieved without the necessary historical context. The research, to which this article concerns, focuses mainly from the second half of the 19th century. This period (which extends until the end of the First Republic — 1926) is structuring because, on the one hand, it presents characteristics inherited from earlier times, but it also evidences new circumstances that aggravated the situations of marital violence. The sources used, such as the judicial processes of the Círculo Judicial de Coimbra, as well as the judicial processes and legal medicine processes, allow not only the study of particular cases, but make it possible to reconstitute a reality inherent to these situations of violence, and which influenced them. In this sense, this article aims is to reflect on the importance of studying marital violence in the past. Secondly, the article intends to briefly show the role of the 19th

¹ Doutoranda em História Contemporânea na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Investigadora do Centro de História da Sociedade e da Cultura da mesma universidade. Este trabalho é financiado por fundos nacionais e comunitários através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia — pela bolsa de doutoramento SFRH/BD/143220/2019. E-mail: ritadpcosta@gmail.com.

century in the context of general violence, but particularly of domestic and marital violence. An attempt will be made to approximate the phenomena analysed, for the referred period, in a coeval way. Finally, the article will indicate several types of documents where references to marital violence may be present.

Keywords: Marital violence; Women's history; Coimbra.

INTRODUÇÃO

Os problemas suscitados pela violência doméstica continuam a ser atuais, embora tenham raízes muito antigas. Em boa verdade, na vivência humana, poucas são as coisas verdadeiramente novas onde não encontramos, de alguma forma, origens mais recuadas. Contudo, o caso da violência no âmbito conjugal apresenta particularidades tais, de forte e incontornável influência histórica, que a levam a ser um anacronismo dos dias de hoje, um resquício claro do passado. Influenciada pela violência geral da sociedade em que se insere, a violência conjugal tem características que lhe são específicas e que trespassam tempos e espaços. Características estas que, muitas vezes, o presente já não consegue explicar inteiramente, porque não são a este tempo referente, nem às normas e aos modelos da atualidade, nem às práticas e às políticas que se pretendem implementar. Estudar, pois, esta realidade tendo apenas em consideração a contemporaneidade é reduzir o problema aos seus efeitos e não às causas, às conjunturas e não às estruturas. Cabe à história contribuir em conjunto com os demais ramos científicos, numa verdadeira intenção interdisciplinar, na tentativa de desvendar e dirimir esta questão, já intolerável nos nossos dias.

Sendo um padrão cultural, que se foi repetindo através de gerações, a violência conjugal foi inevitavelmente apreendida e, atravessando épocas, foi sendo replicada na vivência individual e coletiva da conjugalidade. Enquanto produto de uma construção artificial, de uma estruturação de mentalidades, que foram sendo reforçadas por discursos e por práticas sociais ao longo do tempo e, nesse sentido, enquanto problema atemporal, a violência conjugal não pode ser entendida isoladamente do seu percurso e do enquadramento histórico. Contudo, percorrendo os vários estudos efetuados acerca desta temática, pelas mais diversas áreas como o direito, a medicina, a sociologia, a psicologia ou a criminologia, a título de exemplo, percebemos que a análise de um problema, que é estrutural e “antiquíssimo” (Barroso, 2007: 15), se baseia sempre na análise de casos recentes e dos seus sujeitos enquanto produtos da sociedade a que pertencem. Esta circunstância, que é incontornável, já que não cabe a estas disciplinas a investigação histórica, impede o estudo direto do papel da herança cultural e dos padrões comportamentais, que se foram repetindo, e a perspetiva histórica é, nestes trabalhos, sempre limitada e resumida em poucas linhas. Com base neste panorama científico, é premente na historiografia

um estudo deste tipo que seja, sobretudo, um alicerce multidisciplinar, pois como bem observou o historiador Marc Bloch “a ignorância do passado não se limita a prejudicar o conhecimento do presente, compromete, no presente, a própria acção” (Bloch, 1993: 40).

O estudo histórico da violência conjugal tem sido, no entanto, quase inexistente ou pouco explorado na investigação em Portugal². Esta situação deve-se, porventura, ao facto de que este tema, em conjunto com outros que abordam a família e a vida privada, não se ter vindo a enquadrar nas principais correntes de investigação histórica. Por outro lado, existiu também, e por muito tempo, um certo constrangimento da ciência histórica, marcadamente mais conservadora, na análise de situações de intimidade e de infortúnio, que muitas vezes se tentaram esconder na conceção ultrapassada de assunto de cariz privado, que só aos envolvidos dizia respeito. Esta inibição não foi, nem deveria ter sido, sentida por outros ramos científicos, que há já vários anos estudam a realidade atual dos casos e vão promovendo, nas várias vertentes e sobre diversas perspetivas, e algumas vezes a partir da agregação de esforços, a densificação do conceito de violência doméstica.

A investigação histórica permite estudar diretamente, através das fontes, o real impacto da transmissão de valores e dos modelos comportamentais que se foram incorporando e repetindo. Este exame retrospectivo poderá desvendar assim as “fortes raízes culturais” e o “peso da tradição”, que os sociólogos Nelson Lourenço, Manuel Lisboa e Elza Pais, na vanguarda do estudo da violência doméstica em Portugal, reconheceram como influência determinante na conjuntura atual (Lourenço, Lisboa e Pais, 1997: 11-12). Observar a violência na relação conjugal numa perspetiva histórica possibilita descobrir as tendências de longa duração, não só dos atos violentos em si, mas também a apreciação deste tipo de violência. Neste cenário, o objetivo nunca poderá ser quantificar os casos de violência conjugal no passado, esforço vão e inexequível, considerando que um fundo judicial, a nossa base de investigação, representa apenas uma fração circunstancial dos números reais, e também porque os delitos associados a esta violência foram sempre muito menos denunciados (Foyster, 2005: ix; Pascua Sanchez, 2005: 305). Reconhecendo o perigo desta ilusão historiográfica, podemos, no entanto, abordar quantitativamente um conjunto de casos, segundo Irene Vaquinhas, como um “indicador das principais tendências, em estreita relação com a zona objecto de estudo” (2011: 115). Trata-se aqui, sim, de encontrar continuidades e diferenças que nos facilitem a apreensão de características comuns, articulando e inserindo o entendimento do fenómeno num complexo e longo processo histórico.

² Em Portugal, a historiografia sobre a violência conjugal ainda está restrita a estudos sobre a criminalidade em geral, não havendo nenhum trabalho de maior dimensão que tenha analisado exclusivamente esta temática. Para algumas abordagens breves, ver os capítulos referentes em: Santos, 1988; Guinote e Paulo, 1991; Vaquinhas, 1996, 2011; Anica, 2005; Garnel, 2007; Esteves, 2010; Silva, 2012; e Vaz, 2014.

Depois de introduzir esta temática e de tentarmos demonstrar a sua relevância, iremos de seguida apresentar o âmbito de pesquisa, a delimitação cronológica e, consequentemente, a importância do século XIX para o estudo da violência geral e da violência conjugal. Posteriormente, procuraremos clarificar um conceito coevo de violência conjugal, que se encontra em várias fontes, apresentadas numa secção seguinte do artigo. Reforça-se, assim, a importância da análise de fontes históricas para o estudo da intolerância e da violência.

1. ÂMBITO DA PESQUISA

O estudo de casos particulares de violência, que no nosso caso são os processos judiciais do Círculo Judicial de Coimbra (1850-1926), corrobora uma realidade de concordância onde podemos reconstituir a teia de poderes onde se apoiavam os maridos agressores. A análise dos relatos de violência mostra-se fundamental para compreender, ao longo do tempo, os padrões de repetição da conflitualidade marital, no seu aspeto privado, entre o casal, e na perceção pública, perante os outros, e assim descobrir atitudes e práticas que demonstram o pensamento e o quadro de valores vigente e enraizado (Anica, 2005: 42). Delimitar um objeto de estudo desta natureza, ou seja, um comportamento que vai percorrendo a escala gradativa de consideração de uma correção ordinária até um crime grave, é não só inserirmo-nos no íntimo da convivência conjugal, mas também vislumbrar o procedimento da própria estrutura social onde estas famílias se inseriam, compreendendo “os processos sociais subjacentes, historicamente construídos, socialmente imbuídos em relações de poder e cheios de significados culturais e ideológicos” (Lisboa, Patrício e Leandro, 2009: 13).

O fundo documental que analisamos evidencia um modelo de conduta generalizado que é reforçado, ou está em conformidade, com os discursos de poder da época, que para o século XIX são o direito, a medicina e a igreja católica, assim como a imprensa enquanto reflexo da opinião pública. Estes discursos funcionaram como legitimadores de comportamentos e constituíram alicerces na estruturação de mentalidades, ainda hoje presentes. Os textos publicados desvendam as linhas de pensamento fundamentais acerca dos papéis, prerrogativas e poderes, dentro do casal e da família, que legitimavam o uso da violência sobre a mulher. Nesse sentido, a violência assim enquadrada não pode ser separada do conceito de género pois, como expõe Zélia Barroso, está “intrínseca e estreitamente associada a relações assimétricas de poder entre homens e mulheres e ao domínio do modelo dominador/dominado, próprios de um sistema patriarcal ainda subsistente na maioria das sociedades contemporâneas ocidentais” (2007:15). A construção social de género edificou-se assim sobre uma relação desigual de poder, historicamente fabricada,

e através de modelos sociais, estereótipos e expectativas, que se foram reforçando pela reprodução intergeracional e pela força da tradição e dos costumes.

2. RELEVÂNCIA DO SÉCULO XIX PARA O ESTUDO DA VIOLÊNCIA

Havendo necessidade prática de balizar um período histórico a analisar, qual a relevância do século XIX para este contexto? Porque não outro período anterior ou mais recente? Reconheceremos, em primeiro lugar, a importância do século XIX quando se estudam as questões da violência. Estendendo esta noção, sabemos que as transformações e os desenvolvimentos sentidos, a vários níveis (científicos, técnicos, econômicos, sociais, políticos, urbanos, etc.), durante este século, estabeleceram definitivamente um modo de vida que, em traços largos, permanece a base da existência atual. O “longo século XIX”, segundo a expressão de Eric Hobsbawm, é ainda presente em muito do que fazemos e na forma como vivemos, reforçando o mesmo autor que “*it is not difficult to discover other ways in which our lives are still formed by, or are continuations of, the nineteenth century*” (1987: 338). Da mesma forma, a tendência oitocentista característica de controle e entendimento de fenômenos sociais, sobretudo os considerados inconvenientes ou disruptivos para o conjunto social, levará à inclusão da violência nas preocupações políticas e científicas. A violência interpessoal, sobretudo a sua vertente pública, torna-se um problema social, de tal forma que o autor J. Carter Wood a entende, para o período, como a “invenção da violência” (2004: 35).

Se nos séculos anteriores teria havido já alguma reflexão acerca da violência, sobretudo na sua consideração enquanto estratégia de governação e na defesa do corpo social para a sua própria segurança e proteção (Thomas Hobbes [1651], *Leviathan*; John Locke [1689], *Two Treatises of Government*; Montesquieu [1748], *L'Esprit des lois*; Jean-Jacques Rousseau [1762], *Du contrat social*; Cesare Beccaria [1764], *Dei Delitti e Delle Pene*), será no século XIX que se promoverá a sua teorização consistente e defenderá o combate à violência interpessoal enquanto problema social. Várias teorias científicas são desenvolvidas neste período: a propensão biológica para o crime e para a violência com a figura do “criminoso nato” (Cesare Lombroso [1876], *L'Uomo Delinquente*; Enrico Ferri [1884], *Sociologia Criminale*; Raffaele Garofalo [1885], *Criminologia*); as causas sociológicas ou “*social milieu*” (defendido por autores como Paul Topinard, Léonce Manouvrier, Paul Brouardel, Alexandre Lacassagne, Gabriel Tarde, Henri Joly); o individualismo como causa do declínio/mudança do tipo de violência mais sangrenta (observado por Émile Durkheim e por Ferdinand Tönnies); e também a teoria socialista que via a violência como poder econômico e como força de mudança

(Karl Marx [1867], *Capital*; Friedrich Engels [1877], *Anti-Dühring*; Georges Sorel [1908], *Réflexions sur la Violence*).

O entendimento da violência também se altera com uma nova sensibilidade geral, que levará à percepção de que os níveis de violência são sempre crescentes, cada vez mais descontrolados e brutais³, o que vai legitimar a intervenção e a regulação do Estado na vida e nos assuntos dos cidadãos (Santos, 2001: 14). Nesta mesma ilusão de percepção, existiu a convicção de uma dicotomia clara entre as cidades perigosas e os campos pacificados, o que promoveu o reforço da intervenção policial no espaço urbano, sobretudo sobre as classes mais desfavorecidas tidas como classes perigosas e, como considera Irene Vaquinhas, as foi tornando “alvo de um discurso que era, acima de tudo, moralizador” (1996: 407). A prática da violência é considerada agora como um desvio social indesejável e um traço pessoal negativo, cada vez mais sinónimo de crime, de delinquência, contra o novo ideal de masculinidade, de sobriedade e de civilidade, e estimulada, como observa Maria João Vaz, por outros perigos sociais como “o álcool, juntamente com outros factores como a miséria social, a falta de trabalho, a vadiagem, a desmoralização, a falta de instrução, certas profissões, a hereditariedade” (2014: 373).

3. IMPORTÂNCIA DO SÉCULO XIX PARA O ESTUDO DA VIOLÊNCIA CONJUGAL

Considerando o problema da violência conjugal, que pela sua natureza não se circunscreve a circunstâncias específicas ou a acontecimentos particulares, mas que a sua abordagem analítica necessita de a limitar a determinado período e lugar, como restringir um problema atemporal? E talvez mais crítico, como confrontar o passado e o presente sem o risco de anacronismos e como aproximar a experiência do passado à apreciação das causas atuais? Marc Bloch, abordando este tipo de análises de história comparativa, refere que “não há verdadeiro conhecimento sem um certo teclado de comparação. Contudo, está claro, que o confronto incida sobre realidades ao mesmo tempo diferentes e, contudo, aparentadas” (1993: 41). Como argumentámos anteriormente, o presente ainda é claramente constringido pelo século XIX, base fundacional da existência contemporânea.

Será que a importância atribuída à violência interpessoal no espaço público trespassará para a intimidade do lar oitocentista? De que forma o contexto referido anteriormente, que se vai construindo ao longo do século, influenciará a violência conjugal?

³ Embora vários estudos já tenham comprovado o contrário: o declínio dos crimes violentos, sobretudo dos homicídios (Chesnais, 1981; Elias, 1990; Chauvaud, 1991; Farcy, 2001; Eisner, 2003; Muchembled, 2014).

O movimento é claro. O combate à violência no local público vai fazer diminuir e reprimir a violência geral havendo, em sentido contrário, um aumento dos comportamentos violentos no espaço doméstico. Isto explica-se, segundo alguns autores, por uma clara transferência, ou uma nova exclusividade, da reatividade violenta masculina para o entorno familiar, sobretudo sobre a mulher e os filhos, enquanto último reduto consentido para esta agressividade inata, ou apreendida, mas agora cerceada (Guillais, 1986: 38; Pleck, 1989: 20; Pascua Sanchez, 2002: 85).

O cenário da violência conjugal é agravado pela própria definição dos conceitos liberais, assentes na concepção teórica de vida privada e na não imiscuição nos assuntos familiares dos cidadãos. Pugar-se-á pela separação entre o público e o privado: o primeiro, como um espaço da intervenção, da política, do Estado, da liberdade e igualdade dos cidadãos e o segundo, um lugar hierarquizado por relações de poder e subordinação, virado sobre si próprio e onde a interferência exterior era vista como desmando à autoridade masculina. O pai de família era senhor e soberano do seu pequeno reino⁴. Dentro de portas, o seu poder, tirânico ou brando, e a sua vontade, mesmo que incoerente, mesmo que imprudente, deveriam ser incontestados pelas pessoas da sua casa e pouco questionados pelo seu entorno e mesmo pelos poderes públicos (Esteves, 2010: 157; Vaquinhas, 2011: 122; Silva, 2012: 364, 367).

Por outro lado, como já aludido e, de facto, com significativa influência, será o galopante consumo de substâncias alcoólicas que se verifica no século XIX, que levará também à ruína de muitos lares, sobretudo, como afirma Alain Corbin, com a nova figura do “alcoólico solitário” (1990: 576). Se bem que, como refere Zélia Barroso: a violência “é um comportamento socialmente apreendido e não resultado do abuso de uma substância. A junção de ambos os factores pode aumentar a gravidade da violência, porém, a cura do alcoolismo não elimina os comportamentos violentos” (2007: 127).

Outro fator que interferiu na degradação da vida familiar foi o crescente mutismo das situações de violência conjugal potenciado pela evolução contemporânea do sistema penitenciário, com a passagem de penas infamantes para penas celulares e, como analisou Michel Foucault, a conseqüente diabolização da figura do presidiário, existindo por parte da mulher o medo do estigma da delinquência do marido e da degradação social da família ou mesmo da sua miséria (2013: 284).

⁴ John Locke, pai do Liberalismo, refere mesmo que a par da administração das propriedades e conservação da saúde, os assuntos domésticos são campos onde “*every man may consider what suits his own convenience and follow what course he likes best*” (Locke, 1689: 16).

4. APROXIMAÇÃO A UM CONCEITO COEVO DE VIOLÊNCIA CONJUGAL

A violência, na sua faceta mais inocente de elemento de sociabilização, não estava desenquadrada da vivência da maioria das pessoas, sobretudo das camadas populares da sociedade. Assim, esta presença e exposição constantes, desde cedo, no quotidiano dos indivíduos e nas mais diversas situações e relações sociais, funcionaram como determinantes à prática de violência. Poucos eram os lares que não apresentavam um histórico de abuso e de episódios de violência e onde os cônjuges não iniciavam uma relação livre de traumas e de experiências violentas anteriores. As mulheres subjugadas à autoridade parental, autoridade esta que depois se transferia para o marido e, nesse sentido, já acostumadas a um nível de violência de teor corretivo e de ajuste de poder, interiorizavam os mecanismos de submissão associados aos papéis de género, como refere Bourdieu (1999) (citado por Lisboa e Roque, 2006: 133). A somar a este fator, a construção da identidade masculina fazia-se através da violência enquanto elemento natural de socialização (Lisboa e Roque, 2006: 133; Vaz, 2014: 324).

A violência conjugal, como temos afirmado, não é uma realidade recente, embora a sua definição o seja (Pagelow, 1984: 12). Efetivamente, a extensão do conceito e aceção deste tipo de violência para o passado é necessariamente diferente do que é hoje considerado, pois ela compreende uma noção legal ultrapassada – o de poder de correção por parte do marido, intrínseco ao dever de obediência por parte da mulher (Chesnais, 1981: 8; Anica, 2001: 142; Vaquinhas, 2011: 144; Hall e Malcolm, 2020: 280). A violência conjugal não era, como hoje e por si só, um desvio do comportamento masculino, uma transgressão ou uma patologia; poderia ser apenas uma resposta racional à desobediência ou conduta feminina e, nesse sentido, apenas os excessos eram preocupantes e disruptivos socialmente (Stone, 1990: 198; Vaquinhas, 1996: 447). O entendimento da violência praticada influi, para este período e até muito tarde, na própria perceção da qualidade e legitimidade do homem agressor. Este é indissociável de dois critérios de tolerância — a escala gradativa da agressão e a escala de gravidade da falta cometida, ou motivo, que sempre se correlacionaram. A agressão justificada era um meio de correção aceite, didático e preventivo (Ghirardi e López, 2009: 259). Fácil e perceptível é esta conceção, porque até um período muito recente, e de forma bastante análoga devido à quase tutoria do marido sobre a mulher, era perfeitamente aceitável a agressão parental sobre os filhos, com a mesma noção de intenção corretiva ou de castigo.

Estes códigos sociais funcionaram, ao longo do tempo, como reguladores de abusos e prepotências legitimadas pela prática coletiva. Como defende Chesnais, “nas sociedades patriarcais, os privilégios matrimoniais incluem o direito de correção. As relações sociais funcionam segundo um modelo repressivo, hierárquico e autoritário, no qual a mulher se

define apenas em relação à posição de seu marido” (Chesnais, 1981: 99). Por outro lado, segundo Julie Hardwick, se a mulher foi ao longo dos séculos, dentro de uma certa legalidade, sujeita à disciplina marital, também, por isso, o seu padecimento era mais “público e notório”, facilitando a mediação externa. Já nas últimas décadas, a vítima, assim como o agressor, vivendo inseridos em sociedades que abominam e criminalizam tais práticas, têm maior tendência, pela vergonha e frustração dos ideais de conjugalidade, a esconder do conhecimento público qualquer violência praticada (Hardwick, 2006: 1).

A violência marital, enquanto elemento naturalizado da vida do casal nunca foi ignorada, sendo no passado mais facilmente percebida por ser menos constrangida que na atualidade. Mas seria um equívoco a ideia de que as comunidades consentiam ou não intervinham nas situações de violência familiar. Por razões óbvias, que confluíam também com a necessidade de ordem e sossego, as vizinhanças intercediam nas situações de violência mais grave pela interferência direta e pela denúncia às autoridades (Foyster, 2005: 8; Baggett, 2017: 32). Era a estas autoridades que competia, formalmente, a mediação e resolução destes conflitos, fossem as forças policiais através da sua ação direta em situações de perigo e nas participações posteriores, fossem os tribunais nos processos-crime ou até nos processos de separação.

5. PRESENÇA DA VIOLÊNCIA CONJUGAL NA DOCUMENTAÇÃO

A violência conjugal pode estar presente em processos judiciais de mais variada natureza, o que amplia bastante os fundos documentais a ser analisados, já que os processos de ofensas corporais menos graves pertencem à polícia correccional, as ofensas corporais graves e os homicídios às querelas, e as separações e divórcios correspondem ao cível. Considerando todos estes documentos, com origem diversa, o elemento comum que os aproxima é a circunstância da violência praticada e só assim os podemos analisar enquanto conjunto representativo de um comportamento passado. Para os casos de separação e divórcio, a violência (sevícias graves) pode constar como causa legítima da ação, interessando assim analisar a fundamentação exposta pelo autor da ação e a contestação, se houver, da parte acusada, assim como a prova testemunhal apresentada por ambas as partes. Estes processos são relevantes para o estudo da violência conjugal, pois comportam nas suas exposições mais detalhes e justificações da impossibilidade da convivência marital, descrevendo a trajetória do casamento desde os primeiros tempos, quais os fatores de conflito e as diversas situações de violência desde a privação de alimentos e bens, injúrias e ameaças e, finalmente, as agressões continuadas. Nos restantes casos analisados, de ofensas corporais e homicídio, introduzem-se outros intervenientes

como o Ministério Público que promove a ação, as forças policiais que investigam o caso e o parecer médico que determina a gravidade das contusões. Este conjunto documental, ao ligar-se pela violência que contém, e apresentando uma extensão significativa ao nível da matéria processual, dos poderes envolvidos, do espaço e do tempo, potencia, pela sua diversidade e ao mesmo tempo pela sua constância, um entendimento bem alicerçado e alargado do que era a violência conjugal.

Algumas fontes complementares poderão não só auxiliar a seleção de processos judiciais, mas também fornecer mais relatos e casos que acabaram, por diversos motivos, por não chegar aos tribunais. Em primeiro lugar, os núcleos de documentação da polícia são relevantes pelo registo de queixas e participações, assim como processos de investigação posterior. Sendo o passo que antecedia um processo judicial, foi por diversas vezes o único passo dado, a única memória que restou. De igual forma, também os processos médico-legais dos institutos de medicina legal são relevantes, sobretudo os concernentes aos exames de corpo delicto direto das vítimas, com as considerações médicas da violência praticada. Os ferimentos provocados pelas agressões seriam, em alguns casos, tratados em meio hospitalar, o que poderá possuir um fundo documental interessante, como os registos de aceitação de doentes mulheres e os óbitos de doentes mulheres⁵.

Para aprofundar o conhecimento acerca da perceção da violência conjugal à época, em particular nos discursos teóricos que discorrem sobre os papéis de género e os comportamentos expectáveis dos cônjuges, é importante analisar igualmente teses e opiniões publicadas pelos poderes vigentes. No caso do direito, interessa conhecer as principais obras jurídicas do período, sobretudo aquelas das quais os advogados se socorriam para apoiar a sua defesa, como os diferentes comentários e anotações aos Códigos Civil e Penal. Também importará analisar, assim como para o caso da medicina, as dissertações magnas de conclusão de curso e as publicações periódicas da área jurídica e médica. Para a apreciação do discurso da igreja católica, além de obras e revistas eclesiais, são relevantes alguns manuais de confessor, catecismos e sermões. A atenção pública pode ser entendida também através da leitura da imprensa periódica do tempo, especificamente no conteúdo das notícias de crimes contra mulheres, percebendo qual a entoação, o enfoque, a linguagem utilizada e o acompanhamento do caso. Neste ponto, é necessário compreender a conformidade entre uma cultura de silêncio estabelecida, que procurava esconder e resolver na intimidade comportamentos de violência na família, e a difusão de casos que adquiriam mediaticidade pública, sobretudo nos casos de homicídio.

⁵ No caso da nossa tese de doutoramento analisaremos complementarmente o fundo documental da Polícia de Investigação Criminal de Coimbra (Arquivo da Polícia Judiciária), os processos médico-legais do Instituto de Medicina Legal de Coimbra e os registos de doentes dos Hospitais da Universidade de Coimbra. Todas as fontes referidas encontram-se atualmente no Arquivo da Universidade de Coimbra, exceto os processos médico-legais que se encontram no Instituto de Medicina Legal de Coimbra.

As fontes publicadas, que abordam a violência conjugal, são bastante limitadas e, muitas vezes, temos de nos acercar a esta questão, não de forma direta, mas tendo em consideração outros assuntos mais latos. Para este período, as publicações não abordam a violência conjugal, pois não é considerada um assunto relevante ou com interesse, e a sua referência é sempre velada a um modo de proceder para ambos os cônjuges. A felicidade conjugal é, sim, uma preocupação oitocentista, na idealização romântica do lar doméstico e, por isso, tenta-se teorizar acerca das formas de bem-viver maritalmente. Naturalmente, o público-alvo deste aconselhamento matrimonial é restrito; no entanto, é naquilo que desaprova que entrevemos a realidade mais verdadeira. O que não se deve fazer é, muitas vezes, o que mais se vê fazer.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise histórica da violência conjugal permite, através do seu estudo direto, conhecer uma realidade e antever um percurso que vem desembocar na situação atual, descobrindo avanços e transformações, e percebendo recuos e continuidades. Sem relação particular a um espaço ou a um tempo, a violência conjugal apresenta características diferentes em distintos contextos históricos, mas constituiu uma nítida reprodução de um comportamento herdado, um claro reflexo do passado no presente.

A violência, nas suas mais variadas manifestações, é, sem dúvida, para a sociedade em análise, um meio de expressão habitual, uma forma de hierarquizar as relações com os outros. A violência conjugal é apenas mais um meio de impor e reforçar o domínio marital. A sua prática era tolerada dentro dos limites do razoável, tendo em vista sobretudo a correção e o melhoramento da mulher. Os excessos e as crueldades eram socialmente incómodos e combatidos pelas populações e pelos poderes públicos.

Este artigo pretendeu ilustrar uma realidade com raízes no passado, mas que, indiscutivelmente, é uma das chaves que possibilita a compreensão, com mais propriedade, dos fundamentos da situação no presente, ou seja, a violência conjugal enquanto processo histórico que vai evoluindo, e persistindo, até aos dias de hoje. A sua análise beneficia da perspectiva histórica, que carece de investigação nas diferentes áreas científicas que se dedicam a examinar esta problemática na atualidade. A história não se pode apartar de intervir no presente, na ciência para a humanidade de hoje e para os desafios que, embora atuais, sabemos que não são de hoje e, por isso, “pertencem-nos” também.

REFERÊNCIAS

- ANICA, Aurízia (2001), *A Transformação da Violência no Século XIX: O Caso da Comarca de Tavira*. Lisboa: Edições Colibri.
- ANICA, Aurízia (2005), *As Mulheres, A Violência e A Justiça no Algarve de Oitocentos*, Lisboa: Edições Colibri.
- BAGGETT, Ashley (2017), *Intimate Partner Violence in New Orleans: Gender, Race, and Reform, 1840–1900*. Jackson: University Press of Mississippi.
- BLOCH, Marc (1993), *Introdução à História*. Mem Martins: Europa-América.
- BOURDIEU, Pierre (1999), *A Dominação Masculina*. Oeiras: Celta Editora.
- CHAUVAUD, Frederic (1991), *De Pierre Rivière à Landru: La Violence Apprivoisée au XIXe Siècle*. Turnhout: Brepols.
- CHESNAIS, Jean-Claude (1981), *Histoire de la Violence en Occident de 1800 à Nos Jours*. Paris: Éditions Robert Laffont.
- COSTA, Rita Paiva (2021), “‘Ofensivo da sua Honra e Consideração’: Os Processos Judiciais de Injúrias e Ofensa à Moral Pública da Comarca de Coimbra em Finais do Século XIX”, *Revista Portuguesa de História* 52: 347-365.
- COSTA, Rita Paiva (2021), “O Depósito de Mulher Casada: Legislação e Processos Judiciais da Comarca de Coimbra (Séculos XIX-XX)”. In: MOSCATEL, Cristina; COUTO, Joana M.; FREITAS, Sónia Sousa (coords), *O Feminino nos Arquivos: Abordagens e Problematisações*. Ponta Delgada: Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.
- EISNER, Manuel (2003), “Long-Term Historical Trends in Violent Crime”, *Crime and Justice* 30: 83-142.
- ELIAS, Norbert (1990), *O Processo Civilizacional: Investigações Sociogenéticas e Psicogenéticas*. Lisboa: Dom Quixote.
- ESTEVES, Alexandra (2010), *Entre o Crime e a Cadeia: Violência e Marginalidade no Alto Minho (1732-1870)* (Tese de doutoramento em História). Braga: Universidade do Minho. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/11894>
- FARCY, Jean Claude (2001), *L’Histoire de la Justice Française de la Révolution à Nos Jours*. Paris: Presses Universitaires de France.
- FOYSTER, Elizabeth (2005), *Marital Violence: An English Family History, 1660-1857*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- FOUCAULT, Michel (2013), *Vigiar e Punir: Nascimento da Prisão*. Lisboa, Edições 70.

- GARNEL, Rita (2007), *Vítimas e Violências na Lisboa da I República*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- GHIRARDI, Mónica; LÓPEZ, Antonio Irigoyen (2009), “El Matrimonio, el Concilio de Trento e Hispanoamérica”, *Revista de Indias* 69 (246): 241-272.
- GUILLAIS, Jöelle (1986), *La Chair de l’Autre: Le Crime Passionnel au XIXe Siècle*. Paris: Olivier Orban.
- GUINOTE, Paulo; PAULO, Eulália (1991), “Amor a Quanto Obrigas: Crimes Passionais e Violência Conjugal na I República”. In: *A Vida da República Portuguesa, 1890-1990. Actas do Congresso A Vida da República Portuguesa, 1890-1990*. Lisboa: Cooperativa de Estudos e Documentação Universitária: 415-445.
- HALL, Dianne; MALCOLM, Elizabeth (2020), “Sexual and Family Violence in Europe”. In: ANTONY, Robert; CARROLL, Stuart; PENNOCK, Caroline (eds), *The Cambridge World History of Violence: 1500–1800*. Volume 3. Cambridge: Cambridge University Press: 274-291.
- HARDWICK, Julie (2006), “Early Modern Perspectives on the Long History of Domestic Violence: The Case of Seventeenth-Century France”, *The Journal of Modern History* 78 (1): 1-36.
- HOBBSAWN, Eric (1987), *The Age of Empire: 1875-1914*. Londres: Abacus.
- LISBOA, Manuel (coord.) (2006), *Prevenir ou Remediar: Os Custos Sociais e Económicos da Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: Colibri.
- LISBOA, Manuel; BARROSO, Zélia; PATRÍCIO, Joana; LEANDRO, Alexandra (2009), *Violência e Género: Inquérito Nacional sobre a Violência Exercida Contra Mulheres e Homens*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.
- LOCKE, John (1689), *A Letter Concerning Toleration*. Disponível em: <https://socialsciences.mcmaster.ca/econ/ugcm/3ll3/locke/toleration.pdf>.
- LOURENÇO, Nelson; LISBOA, Manuel; PAIS, Elza (1997), *Violência Contra as Mulheres*. Lisboa: Comissão para a Igualdade e Direitos da Mulher.
- MUCHEMBLED, Robert (2014), *Uma História da Violência*. Lisboa: Edições 70.
- PAGELOW, Mildred (1984), *Family Violence*. Nova Iorque: Greenwood Publishing Group.
- PASCUA SÁNCHEZ, Maria José (2002), “Violencia y Familia en la España del Antiguo Régimen”, *Revista de Historia Moderna* 28: 77-102.
- PLECK, Elizabeth (1989), “Criminal Approaches to Family Violence, 1640-1980”. *Crime and Justice* 11: 19-57. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1147525?seq=1>.
- PLECK, Elizabeth (2004), *Domestic Tyranny: The Making of American Social Policy Against Family Violence from Colonial Times to the Present*. Chicago: University of Illinois Press.

SANTOS, Maria José Moutinho (1988), “O Casamento na Sociedade Tradicional: Algumas Imagens da Literatura de Cordel”, *História: Revista da Faculdade de Letras* (II série) 5: 211-244.

SANTOS, Maria José Moutinho (2001), *A Sombra e a Luz: As Prisões do Liberalismo*. Porto: Afrontamento.

SILVA, Susana Serpa (2012), *Violência, Desvio e Exclusão na Sociedade Micaelense Oitocentista (1842-1910)*. Lisboa: Centro de História Além-Mar.

STONE, Lawrence (1990), *Road to Divorce: England 1530-1987*. Oxford: Oxford University Press.

VAQUINHAS, Irene (1996), *Violência, Justiça e Sociedade Rural: Os Campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*. Porto: Edições Afrontamento.

VAQUINHAS, Irene (2002), “Linhas de Investigação para a História das Mulheres nos Séculos XIX e XX. Breve Esboço”, *História: Revista da Faculdade de Letras* (III Série) 3: 201-221.

VAZ, Maria João (2014), *O Crime em Lisboa, 1850-1910*. Lisboa: Tinta da China.